

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

BHARBARA BONELLE DE SOUSA

**CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO: UM
ESTUDO COMPARATIVO SOBRE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM PÚBLICA EM
REPORTAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL**

VITÓRIA
2018

BHARBARA BONELLE DE SOUSA

CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO: UM
ESTUDO COMPARATIVO SOBRE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM PÚBLICA EM
REPORTAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos sobre texto e discurso.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Penha Pereira Lins

VITÓRIA

2018

BHARBARA BONELLE DE SOUSA

CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO: UM
ESTUDO COMPARATIVO SOBRE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM PÚBLICA EM
REPORTAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos sobre Texto e Discurso.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Pereira Lins
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Rivaldo Capistrado de Souza Junior
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Prof.^a. Dr.^a. Leonor Werneck dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro externo

Á Leila, Damião e Dhyego, razões de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é resultado de muitas horas de trabalho e dedicação, e expressar minha gratidão às pessoas que me ajudaram em mais uma etapa da minha vida seria uma atitude extremamente significativa.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por serem essenciais em minha vida e por terem me concedido sabedoria e força para prosseguir e não desistir em meio aos momentos de aflição.

Aos meus pais, Leila e Damião pela confiança na minha capacidade e pela formação sólida que me proporcionou a continuidade nos estudos até a chegada ao mestrado. Obrigada por todo amor, paciência e compreensão dedicados a mim nessa jornada.

Ao meu irmão, Dhyego, meu maior incentivador e exemplo, por sempre me encorajar e me incentivar a ir atrás dos meus sonhos. Te admiro e te amo muito.

À minha orientadora, a Prf^a Dr^a Maria da Penha Pereira Lins pela orientação, pelo conhecimento compartilhado, por sua agradável companhia nas viagens a Congressos, e acima de tudo pela amizade. Obrigada, professora pela parceria durante esse processo.

Ao Prof. Dr Rivaldo Capistrano de Souza Junior pelas ricas contribuições durante a disciplina de Linguística Textual, pela supervisão e orientação durante o estágio supervisionado e pelas orientações na banca de qualificação, que foram de grande relevância para a construção da minha pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Luis Fernando Bulhões Figueira pelas contribuições dadas em minha qualificação. E a Prof^a. Dr^a Leonor Werneck dos Santos da Universidade Federal do Rio de Janeiro que gentilmente aceitou o convite para compor a minha banca de defesa e pelas considerações feitas à minha pesquisa.

Também sou grata aos meus amigos de mestrado, pelos momentos divididos juntos, especialmente à Mayra, Tamiris, Mariana e Anna Maria que se tornaram ótimas amigas. Vocês transformaram o convívio e os desafios mais fáceis de serem lidados.

Mayra, obrigada por todos os momentos compartilhados, desde as alegrias até os momentos de angústia, pelos conhecimentos trocados e construídos juntos, pela parceria nos artigos e congressos e, principalmente, por sua amizade e paciência. E Tamiris, obrigada pelas aflições divididas, pelo apoio compartilhado, por sua amizade e por sua alegria sem limites que sempre me contagiaram e me motivaram desde a graduação. Vocês se tornaram amigas que carrego em meu coração para a vida toda.

Por fim, agradeço a Capes, cujo apoio financeiro contribuiu para a realização desta pesquisa.

RESUMO

No final do ano de 2015 e durante o ano de 2016, o quadro político brasileiro sofreu uma reconfiguração de caráter extraordinário. A representante presidencial, Dilma Rousseff, foi acusada de crime de responsabilidade por improbidade administrativa, levando o parlamento a dar início a um processo de *impeachment*. Algumas revistas brasileiras acompanharam todo o desenrolar desse processo e, por meio de reportagens, expuseram diferentes pontos de vista em relação ao fato. Percebe-se que, apesar do pressuposto da isenção, observa-se uma postura crítica dos repórteres nas informações transmitidas, visto que cada revista constrói sua posição subjetivamente, com vistas a alcançar determinado público. Nessa perspectiva, a partir de um viés qualitativo e interpretativo de reportagens veiculadas nas revistas Veja e Carta Capital, esta pesquisa visa a analisar o processo de referenciação, em seu curso de categorização e recategorização, com a finalidade de verificar como o objeto de discurso "Dilma Rousseff" se concretiza nas reportagens das duas diferentes revistas, bem como verificar como a imagem social da presidente é construída e desconstruída discursivamente por meio das expressões referenciais. Parte-se da hipótese de que essa construção se coloca entre dois eixos polares de posições distintas. Para tanto, no que concerne ao aporte teórico, contar-se-á, principalmente, com as teorias de Mondada e Dubois (2015, 2016), Marcuschi (2004, 2008, 2010), Koch (1998, 2005, 2011), Koch e Elias (2012, 2015), Cavalcante (2011, 2014) e Cortez (2013) no que tange aos estudos da referenciação. E para entender questões relacionadas à imagem social, têm-se como contribuição as teorias pragmáticas que desenvolvem esse tema a partir da noção de face e polidez linguística, sendo de relevância fundamental os estudos de autores como Goffman (1967, 1980, 2011), e Brown & Levinson (1975).

Palavras-chave: Referenciação; Objeto de discurso; Imagem social; Impeachment.

ABSTRACT

At the end of 2015 and during the year 2016, the Brazilian political framework underwent an extraordinary reconfiguration. The presidential representative, Dilma Rousseff, was charged with a crime of responsibility for administrative impropriety, prompting parliament to initiate impeachment proceedings. Some Brazilian magazines accompanied all the unfolding of this process and, by means of reports, presented different views in regarding the fact. It is noticed that, despite the assumption of the exemption, it is observed a critical posture of the reporters in the transmitted information, once each magazine constructs its position subjectively, with a certain point of view in order to meet its target. In this perspective, based on a qualitative and interpretative bias of reports published in the weekly magazines *Veja* and *Carta Capital*, this research aims to analyze the process of referentiation, in its course of categorization and recategorization, with the purpose of verifying how the object of discourse "Dilma Rousseff" is materialized in the reports of the two different magazines, as well as verify how the social image of the president is constructed and deconstructed discursively through the referential expressions. It is assumed that this construction is placed between two polar axes of different positions. To that end, as regards the theoretical contribution, it will be mainly related to the theories of Mondada and Dubois (2015, 2016), Marcuschi (2004, 2008, 2010), Koch (1998, 2005, 2011), Koch and Elias (2012, 2015), Cavalcante (2011, 2014) and Cortez (2013) regarding referentiation studies. In order to understand questions related to the social image, we have as contribution, the pragmatic theories that develop this theme from the notion of face and linguistic politeness, being of fundamental relevance the studies of authors like Goffman (1967, 1980, 2011) and Brown & Levinson (1975).

Keywords: Referentiation; Discourse object; Social image; Impeachment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processos referenciais atrelado à menção.....	26
Figura 2 - Estratégias de AAI ou FTA	49
Figura 3 - Estratégias de polidez negativa	53
Figura 4 - Estratégias de polidez negativa	56
Figura 5 - AAF indireto.....	57
Figura 6 - Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamas	80
Figura 7 - Confirma a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma	84
Figura 8 - Dilma prepara discurso pós-impeachment.....	88
Figura 9 - Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT	94
Figura 10 - Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma	98
Figura 11 - Dilma leva tema do impeachment à ONU	102
Figura 12 - A última esperança	105
Figura 13 - Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Progressões Referenciais encontradas nas reportagens de Veja e Carta Capital	114
--	------------

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO 1	20
REFERENCIAÇÃO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	20
1.1 UM ESTUDO DO TEXTO SOB UMA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA INTERACIONAL.....	20
1.2 REFERENCIAÇÃO: UMA FORMA DE (RE) CONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO	23
1.3 OPERAÇÕES DE (RE) CONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO.....	26
1.3.2 Introdução Referencial.....	26
1.3.3 Progressão Referencial.....	27
1.3.4 Anáfora	29
1.3.5 Encapsulamento Anafórico	32
1.4 SOBRE A ATIVIDADE DE CATEGORIZAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO	34
1.5 EXPRESSÕES NOMINAIS E SUAS FUNÇÕES NO TEXTO	36
1.6 A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA POR MEIO DE FORMAS REFERENCIAIS.....	40
CAPÍTULO 2	41
PRINCÍPIOS PRAGMÁTICOS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE REFERENCIAÇÃO E IMAGEM SOCIAL.....	41
2.2 ERVING GOFFMAN E A NOÇÃO DE FACE.	43
2.3. PRESERVAÇÃO E AMEAÇA À FACE	45
2.4 A NEGOCIAÇÃO DA IMAGEM SEGUNDO BROWN E LEVINSON	47
2.4.1 Estratégias <i>On Record</i>	49
2.4.1.1 Estratégia <i>On Record</i> sem ação reparadora - <i>bald-on-record</i>	50
2.4.1.2 Estratégia <i>On Record</i> com ação reparadora - Polidez Positiva	50
2.4.1.2 Estratégia <i>On Record</i> com ação reparadora - Polidez Negativa.....	53
2.4.2 Estratégias <i>Off Record</i>	56
CAPÍTULO 3	60

GÊNERO TEXTUAL REPORTAGEM.....	60
3.1 OS GÊNEROS TEXTUAIS NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA	60
3.2 GÊNEROS DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO	65
3.3 GÊNERO REPORTAGEM.	68
CAPÍTULO 4.....	70
APRESENTAÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA	70
4.1 MÉTODO DE ANÁLISE	70
4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	71
4.3 NATUREZA DOS DADOS	72
4.3.1 Reportagens Da Revista “Veja”	73
4.3.2 Reportagens Da Revista “Carta Capital”	74
4.4 CONTEXTO HISTÓRICO DAS REPORTAGENS: O PROCESSO DE IMPEACHMENT.....	74
CAPÍTULO 5.....	78
REFERENCIAÇÃO E IMAGEM SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL.....	78
5.1 O OBJETO DE DISCURSO DILMA ROUSSEF NA REVISTA VEJA.....	79
5.1.1 Reportagem nº 1 – Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamadas	79
5.1.2 Reportagem nº 2 - Confirma a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma	82
5.1.3 Reportagem nº 3 – Dilma prepara discurso pós-impeachment.....	86
5.1.4 Reportagem nº 4 - Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT	89
5.2 O OBJETO DE DISCURSO DILMA ROUSSEF NA REVISTA CARTA CAPITAL	95
5.2. 1 Reportagem nº 06 –Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma	95
5.2.2 Reportagem nº 6 – Dilma leva tema do impeachment à ONU	100
5,2.3 Reportagem n 7 – A última esperança	104

5.2.4 Reportagem 08 - Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para que duas ou mais pessoas possam interagir, é necessário que seus contextos cognitivos sejam parcialmente semelhantes. Numa interação, cada participante traz consigo uma bagagem cognitiva, sendo que a cada momento, esse contexto é alterado, ampliado, obrigando, assim, os participantes a se ajustarem aos novos contextos que vão surgindo sucessivamente. (Cf Koch, 2015, p. 26).

Nesse sentido, o contexto tal como é entendido hoje pela Linguística Textual abrange não apenas o cotexto, mas a situação de interação imediata e o contexto sociocognitivo dos interlocutores, ou seja, não há uma separação entre a cognição e os aspectos sociais.

Assim, ao considerar os sujeitos e seus conhecimentos nas práticas sociais e discursivas, os estudos em Linguística Textual, que passam a considerar o texto o *lugar* da interação e a linguagem a atividade interativa de produção de sentidos, se debruça a explicar uma série questões de ordem cognitivo - discursivo como a referenciação, a progressão textual, o processamento cognitivo, os gêneros, a intertextualidade, dentre outras. (Cf KOCH, 2011, p. 33).

Na história dos estudos linguísticos, a referência está entre os temas mais recorrentes e instigantes, e por isso, tem se tornado alvo de novas reflexões e indagações dos estudiosos do texto.

Entendida sob uma visão lógica oriunda da filosofia da linguagem, a referência era vista como um problema de representação do mundo no que se refere a correspondência da realidade. Ou seja, subentendia-se a referência como representação de um “modelo baseado num “mapeamento” das palavras sobre as coisas, que avalia as performances discursivas medindo seus graus de correspondência com o mundo exterior.” (MONDADA & DUBOIS, ([1995] 2016. p.19)

Essa postura teórica perdurou por muito tempo, sendo questionada constantemente por abordagens mais recentes da ciência da linguagem e por aqueles que adotam uma perspectiva, interacionista, no entendimento da relação entre linguagem e mundo, isto é, segundo a concepção de estudiosos como Denis Apothéloz, Lorenza Mondada e Daniele Dubois, e aqui no Brasil, como Ingedore

Villaça Koch, Luiz Antônio Marcuschi, Mônica Cavalcante, dentre outros. (Cf KOCH, 2015, p.9).

Tais autores passaram a questionar não mais como a informação era transmitida ou como os estados do mundo seriam representados, mas como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas se estruturam e dão sentido ao mundo.

Nesse sentido a atividade referencial passou a ser vista não como uma simples representação de um mundo real, mas como uma atividade ligada ao processamento mental das entidades discursivas por meio da atividade interativa entre os participantes do evento comunicativo. Isto é, esses autores chamam a atenção para uma mudança de perspectiva, pois o objeto de análise passa a ser as atividades realizadas por sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos são interativamente e discursivamente constituídos em meio às práticas sociais. Objetos esses chamados de referentes ou objetos de discurso. (Cf KOCH, 2015, p.8).

Assim, é nesse contexto que os processos referenciais tornam-se de suma relevância no âmbito da Linguística Textual, haja vista que, em vez de privilegiar a relação entre as palavras e coisas, desvia-se a o foco para as relações intersubjetivas no discurso, substituindo, então, a noção de *referência* para a de *referenciação*.

Essa mudança de abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta um sujeito sócio-cognitivo que constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias. Tais categorias e os objetos de discurso não são preexistentes nem dados, mas se elaboram no curso das atividades dos sujeitos, transformando-se a partir dos contextos. (Cf Mondada & Dubois 2016.p.17).

Sendo assim, os objetos de discurso são instáveis, tendo em vista a produção de sentido a partir de diferentes contextos e diferentes finalidades nos textos.

Nesse cenário, o pressuposto que norteia esta pesquisa está no intuito de comprovar que a (re)categorização pode estar ligada à representação da imagem social, tendo em vista que ao (re)categorizar um objeto de discurso o sujeito fornece informações a seu respeito, o que muito contribui para a construção de sua imagem social.

Desta forma, ao fazer uso de determinadas (re)categorizações para se referir a Dilma Rousseff, os repórteres das revistas *Veja* e *Carta Capital* acabam fornecendo informações sobre as revistas e, conseqüentemente, sobre seus pontos de vistas, auxiliando, portanto, na construção da imagem social da ex-presidente.

A negociação da imagem social, então, é um fenômeno requerido pelos falantes durante a interação verbal, com vistas a preservar e salvar suas imagens. Erving Goffman (1967, 1980, 2011) e Brown e Levinson (1987), precursores desse fenômeno, atrelam o conceito de imagem social aos diferentes papéis sociais que os indivíduos podem desempenhar, à imagem (expressão social do eu) individual que cada um tem de seu papel e dos papéis dos outros participantes; e às tentativas do indivíduo em manter a imagem, ao se sentir ameaçado. (Cf. TAVARES, 2007, p.20).

A negociação da imagem está, portanto, ligada a interação social e, tendo em vista que os objetos de discurso são constituídos pelos sujeitos em meio às práticas sociais, esta pesquisa se propõe a partir do diálogo entre as teorias de referenciação e imagem social atrelada à polidez linguística, a análise comparativa de reportagens de duas grandes revistas de circulação nacional, a *Veja* e a *Carta Capital*.

Diante disso, esta pesquisa, inserida no campo teórico-metodológico dos estudos do texto em perspectiva sociocognitiva e interacional, e dos estudos da Pragmática, busca: i) produzir uma análise comparativa do fenômeno da referenciação, no seu curso da categorização e recategorização com a finalidade de verificar como o objeto de discurso “Dilma Rousseff” se concretiza, em duas revistas de posicionamentos antagônicos – *Veja* e *Carta Capital*; ii) verificar como a face da ex-presidente é construída e desconstruída discursivamente por meio de estratégias de referenciação usadas por essas revistas; iii) analisar como a (re)construção dos objetos de discurso no processo de referenciação textual contribui para a construção da opinião do leitor de *Veja* e de *Carta Capital*.

Justifica-se o interesse em estudar uma interface entre a Linguística Textual e a Pragmática para melhor compreender a relação da (re)categorização dos referentes atrelados à construção de uma imagem social. Além disso, há interesse em compreender como o uso desse recurso, pode contribuir para a formação de opinião e convencimento do leitor a determinada opinião acerca da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, durante o processo de impeachment, haja vista que as

revistas que serão aqui analisadas possuem posicionamentos antagônicos a respeito da presidente e do processo de impeachment.

A escolha das reportagens como *corpus* está, primeiramente, no fato da popularidade do assunto que envolveu as reportagens: o *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa questão foi o assunto mais discutido durante o ano de 2016, tendo em vista que envolvia o futuro da presidência do Brasil.

Secundariamente, a escolha desse corpus está voltada, também, em verificar como revistas de posicionamentos antagônicos (re)categorizam “Dilma Rousseff” e como suas escolhas lexicais para referenciá-la podem contribuir para construir ou desconstruir sua imagem diante dos leitores e levá-los a uma determinada opinião.

Por outro lado, lança-se a hipótese de que a revista pressupostamente de direita, *Veja*, irá (re)categorizar de forma a ameaçar a face da ex-presidente do Brasil e a revista de esquerda, *Carta Capital*, irá (re)categorizá-la de forma a preservar a face da mesma.

Nesse sentido, com vistas a responder a essas indagações, esta pesquisa se divide em cinco capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências. O primeiro capítulo intitulado “Referenciação: Considerações Teóricas” aborda o estudo dos processos de referenciação relacionados à (re)categorização de objetos de discursos, fazendo uma reflexão desses processos no campo da Linguística Textual. Para tanto, buscou-se aporte teórico em Mondada e Dubois (2015,2016), Marcuschi (2004, 2008, 2010), Koch (1998, 2005, 2011), Koch e Elias (2012, 2015) , Cavalcante (2011, 2014) e Cortez (2013).

No segundo capítulo, “Princípios pragmáticos para a articulação entre referenciação e imagem social”, aborda-se de forma geral a Pragmática linguística e dedica-se ao estudo da construção da imagem social. É nesse capítulo que se apresenta a noção de face, elaborada por Goffman (1980, 2011), e o fenômeno da polidez linguística, de Brown e Levinson (1978, 1987).

Já o terceiro capítulo intitulado “Gênero Textual Reportagem” traz à tona contribuições sobre os gêneros jornalísticos, focalizando o gênero informativo reportagem. Nessa conjuntura, apresentam-se, primeiramente, os estudos sobre gêneros do discurso, de Bakhtin (2003), de gênero textual, de Marcuschi (2010) até

chegar aos gêneros jornalísticos de Marques de Melo e Francisco de Assis (2009, 2016).

No quarto capítulo evidencia-se o corpus, assim como a metodologia a ser aplicada e informações da análise. E por fim, no quinto capítulo apresenta-se a análise e os resultados do emprego do conteúdo teórico aqui apresentado sobre o referido corpus.

Ao fim deste trabalho, espera-se ter conseguido contribuir para uma melhor compreensão dos estudos Pragmáticos em interface com o estudos do processo de referenciação, que, enquanto atividade discursiva, tem estado em foco nos estudos da Linguística Textual.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAÇÃO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O primeiro capítulo que rege essa pesquisa visa abordar, no âmbito da Linguística Textual, os aspectos metodológicos do processo de referenciação percorrendo os estudos de Mônica Cavalcante (2011, 2014), Lorenza Mondada (2001), Lorenza Mondada e Danièle Dubois (2015,2016), Ingedore Kock(1998, 2005, 2011,2013) , Ingedore Kock e Vanda Maria Elias (2012, 2015), Luis Antônio Marcuschi (2004, 2008, 2010), Silvana Calixto (2013), Suzana Leite Cortez (2013)

1.1 UM ESTUDO DO TEXTO SOB UMA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA INTERACIONAL

A Linguística Textual, doravante L.T., cujos trabalhos surgiram na década de 1960, na Europa Central, passou por grandes expansões no que tange a concepção de texto e seus procedimentos de análise. (cf FÁVERO; KOCH 2009, p.9-25)

Em sua primeira fase, privilegiou os estudos dos mecanismos interfrásticos - em que o texto era conceituado apenas como a unidade linguística mais alta, superior à sentença -, e a construção de gramáticas do texto, de forma que o objeto de estudo priorizado era a coesão, muitas vezes comparada à coerência, haja vista que eram vistas como qualidade ou propriedade do texto.

Nesse período, surgiu a preocupação de explicar fenômenos não esclarecidos pelas gramáticas sentenciais tais como a correferenciação, a correlação de tempos verbais, o uso de conectores interfrasais, o uso de artigos definidos e indefinidos, relação tópico-comentário, entre outros. Cogitou-se, portanto, a necessidade de elaborar gramáticas que descrevessem categorias e regras de um texto em uma determinada língua.

Adotou-se, então, a posição de que a análise partiria da unidade mais altamente hierarquizada – o texto – para as unidades menores (elementos lexicais e gramaticais) para, assim, classificá-las.

Por considerar o texto muito mais do que um aglomerado de frases, postulou-se que a compreensão dos textos dependia de uma capacidade específica dos falantes, a competência textual. Tal competência se assemelharia a competência linguística de Chomsky, visto que todo usuário de uma língua possui capacidade de distinguir um texto coerente de um conjunto aleatório de palavras ou frases, de parafrasear, resumir e produzir textos, de perceber se este está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título, ou de produzir um texto a partir de um título dado. (Cf, KOCH, 2011, p.6).

Com o passar dos anos foi-se notando a inviabilidade de se elaborarem gramáticas do texto, no estilo das gramáticas de frase, tendo em vista que não seria possível estabelecer regras capazes de descrever todos os textos de uma determinada língua, como também se observou a existência de propriedades gramaticais além do limite das sentenças como, por exemplo, as relações semânticas entre elas.

Assim, pela inviabilidade dessa concepção, é que os linguistas do texto sentiram a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica. Nesse momento, chega-se a fase da Linguística Textual em que se propõe investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos. Assumia-se, portanto, uma abordagem necessariamente pragmática no tratamento dos textos, isto é, o âmbito de investigação dos textos se estenderia ao contexto, entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas a produção, recepção e interpretação dos textos.

Desta forma, os textos que eram vistos como estruturas prontas e acabadas, passam a serem analisados como uma estrutura complexa, passível de mudanças, uma vez que são constituídos de intenções sociais e comunicativas.

Contudo, apenas os aspectos sintático-semânticos e pragmáticos não conseguiriam tratar de todas as singularidades textuais, tendo em vista que todo fazer é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, sendo o texto considerado, a partir da virada cognitivista como resultado de processos mentais.

Isto é, na interpretação de textos (eventos e sentenças) seria necessário considerar o contexto de uso da língua, bem como as relações desses usos

linguísticos com as condições de produção, tais como a visão de mundo e as práticas culturais e sociais dos falantes (cf KOCH, CUNHA-LIMA, 2005, p. 287). Assim, a compreensão dos textos dependia de uma grande parcela de conhecimentos compartilhados e dos modelos de situação ou esquemas representados na memória que permitiria ao sujeito fazer inferências ao longo do processo textual.

Com a virada cognitiva, a Linguística Textual passa a conceber o texto como resultado de processos mentais, contudo, depois de algum tempo, passou-se a questionar a separação entre exterioridade e interioridade. Ou seja, as ciências cognitivas clássicas admitiam haver uma diferença entre os processos cognitivos que ocorriam dentro da mente do indivíduo daqueles que ocorriam fora dela.

Essa concepção de mente desvinculada do corpo passou, então, a ser investigada, constatando-se que mente e corpo não são duas entidades estanques, sendo a cognição resultado da interação de várias ações conjuntas praticadas pelos indivíduos. Isto é,

[...] os símbolos e as categorizações através das quais representamos a nossa experiência e a realidade não provêm apenas da nossa estrutura corporal ou mental, mas constituem convenções e adaptações a uma realidade cultural e social. Uma cultura consiste numa rede de sistemas de significado, concepções e esquemas interpretativos que se geram, aprendem, ativam, constroem e se mobilizam em práticas sociais, normas impostas por instituições, incluindo as linguísticas. (MÁRIO VILELA, 2003).

Sob essa perspectiva sociocognitiva e interacional, a linguagem é vista não como uma representação da realidade, ou mera competência de habilidades cognitivas inatas, mas o lugar onde a exterioridade, seja ela cultural, social e/ou histórica se relaciona com nossos esquemas mentais, construindo discursiva e intersubjetivamente formas de interpretação do mundo.

Desse modo, a linguagem não é considerada como um “dado” ou “representação” de esquemas mentais ou de estruturas socioculturais, mas como um acontecimento que envolve, de forma interligada, processos discursivos, cognitivos e gramaticais.

Nesse contexto em que os estudos em Linguística Textual (LT) ampliam a noção de contexto, ao considerar os sujeitos e seus conhecimentos nas práticas sociais e discursivas, o texto passa a ser concebido como o lugar da interação.

A partir dos pressupostos da perspectiva sociocognitiva, em que a Linguística Textual toma a linguagem como atividade e o texto como evento, convergentes de ações de natureza linguística, social e cognitiva que questões de ordem cognitivo - discursivo como a referenciação, por exemplo, têm tomado destaque nos estudos da linguagem.

1.2 REFERENCIAÇÃO: UMA FORMA DE (RE) CONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE DISCURSO

Na filosofia da linguagem, a função da linguagem era descrever e representar o real, contudo esta função foi questionada nas abordagens mais recentes da ciência da linguagem, e o que se julgava ser real, nada mais era do que uma percepção cultural do indivíduo, ou seja, uma realidade fabricada por estereótipos culturais e regulada por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem. (Cf KOCH, 2011,p. 51).

Nesse sentido, as palavras de uma determinada língua poderiam representar entidades extralinguísticas à medida que os indivíduos fossem integrando experiências. É nessa dimensão que os referentes são fabricados. Os referentes, tal como expõe Cavalcante (2011 p. 15) são, realidades abstratas e, portanto imateriais, que ocorrem na interação, bem como na integração de nossas práticas de linguagem com nossas vivências socioculturais.

A esse respeito, Marcuschi (2007) ressalta que a língua não é apenas um retrato, mas um trato do mundo, e, portanto, deve-se levar em consideração a interação, as experiências sociais dos indivíduos, bem como os aspectos situacionais que influenciam o processo referencial.

Para Mondada e Dubois ([1995] 2016) embora a atividade referencial tenha sido tratada como um problema de representação do mundo no que se refere à correspondência da realidade, esta passou a estar ligada ao processo mental das entidades discursivas ,sendo construída pelos sujeitos ao curso do cumprimentos de suas atividade sociais e cognitivas. É com base nessa perspectiva que as autoras substituem a noção de referência para o termo **referenciação**, para tratar da referência enquanto um processo realizado no discurso:

Esta abordagem [referenciação] implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. (MONDADA E DUBOIS, [1995], 2016, p.20)

Contudo, isto não significa negar a existência da realidade do mundo extramental, muito menos colocar a subjetividade como parâmetro do real. Por meio do discurso, nosso cérebro reformula os dados sensoriais visando apreender e compreender o mundo. Essa reformulação não ocorre de forma individual e subjetiva, mas é imposta pelas condições culturais, sociais, históricas, bem como pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (Cf KOCH, 2015)

Assim, o fenômeno da referenciação se constitui como uma atividade discursiva estratégica em que o objeto de discurso se faz pela atividade interativa de (re) construção do real. Nesse sentido, constrói a realidade não através do modo como designamos o mundo, mas pela forma com que interagimos com ele.¹

Portanto, mediante a interação entre os sujeitos, o próprio texto e os eventos textuais aos quais estão envolvidos, o processo de referenciação dedica-se ao estudo da (re)construção do referente ou objeto de discurso.

Os objetos de discurso são entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele (discurso) e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Dito de outra forma, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas linguageiras; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente. (MONDADA, 2011, p 9 apud Lima e Feltes 2013)

Nesse sentido, Cavalcante (2014, p.98) trata do processo de referenciação, definindo-o como “[...] a atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) apreendidos por meio de expressões linguísticas para tal fim, chamadas de expressões referenciais”.

¹ Essa concepção construtivista da referência é adotada como postulada pelo grupo de estudiosos francosuíços como Denis Apothéloz, Lorenza Mondada, Marie-José Reichler-Béguelin, entre outros, e, aqui no Brasil, por Ingedore Villaça Koch, Luiz Antonio Marcuschi e Mônica Magalhães Cavalcante que são tomados como base para esta pesquisa.

A respeito das expressões referenciais, Cavalcante (2014) ressalta que a referenciação não se resume apenas a expressões referenciais, havendo outros elementos que podem contribuir para a construção dos objetos de discurso por meio de pistas contextuais. Nessa perspectiva, para haver um objeto de discurso não precisa haver um conjunto de expressões referenciais remetendo a ele, sendo uma única expressão referencial suficiente para configurá-lo, bem como é possível que não haja expressão referencial para que o objeto de discurso seja construído na mente dos sujeitos. (Cf. Cavalcante, 2014, p.101)

Nota-se, portanto, que as representações construídas no texto atuam a partir da memória compartilhada pelos interlocutores, sendo as expressões referenciais selecionadas, categorizadas e/ou recategorizadas, representando as diferentes formas pelos quais os objetos de discurso se transformam no curso do desenvolvimento discursivo.

Assim sendo, Koch (2011) expõe que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que contribui para essa construção. Desta forma, a referenciação ocorre pela remissão a fatos do discurso, sendo por meio dos mecanismos de retomadas, remissões e encapsulamentos que conduz a progressão referencial.

Isso quer dizer, conforme Mondada e Dubois ([1995] 2016, p 17) que "as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboraram no curso de suas atividades, transformando-se a partir de contextos".

Desta forma:

[...] tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos, o que representamos nem como é o mundo ou a língua e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo é ou não discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da ideia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sociocognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto. (MARCUSCHI, 2004, p. 270).

É dessa instabilidade que a referenciação introduz e retoma no texto novas entidades ou objetos de discurso. À medida que esses referentes são retomados ao longo do contexto, ou servem como introdutórios de novos referentes tem-se a

progressão referencial. Nessa visão, tanto a referenciação, como a progressão referencial consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso. (Cf. KOCH & ELIAS, 2012)

1.3 OPERAÇÕES DE (RE) CONSTRUÇÃO DE OBJETO DE DISCURSO

Os processos referenciais que auxiliam os participantes da interação na construção da coerência dos textos envolvem categorias de análise de introdução e progressão referencial. Quando um referente é introduzido pela primeira vez no texto, ou seja, se ele não foi citado anteriormente no texto, tem-se uma introdução referencial. Contudo, se ele já foi introduzido e há alguma retomada ou remissão a ele, tem-se uma progressão referencial.

A figura abaixo proposta por Cavalcante (2011, p.86) sintetiza esses processos gerais das expressões referenciais.

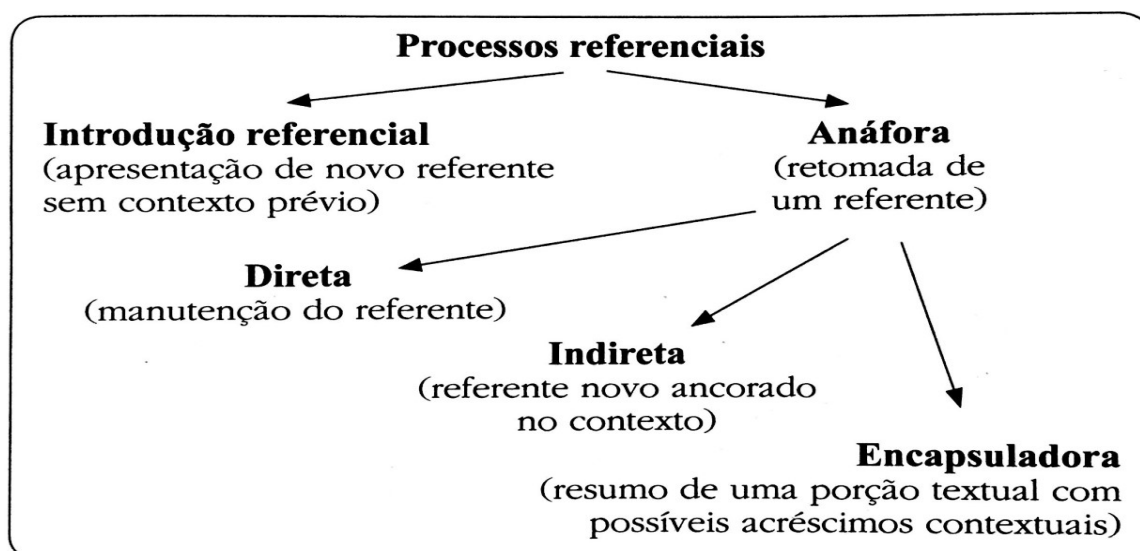


Figura 1 Processos referenciais
(Fonte: Cavalcante, 2014, p.127)

1.3.2 Introdução Referencial

O primeiro passo na construção de um texto, segundo Koch (2008b) é a introdução de um objeto de discurso na memória textual, onde este passará a ter um

endereço cognitivo, de modo a ficar em foco e disponível para retomadas ou remissões.

A introdução de um objeto de discurso pode ocorrer por meio de um nome próprio ou forma nominal, sendo que, quando é introduzido por meio de um nome próprio tem-se somente a nomeação do objeto; mas se for introduzido por uma expressão nominal, opera-se aí uma primeira categorização do objeto de discurso, o qual, a cada retomada, pode ser mantido como tal ou, então, recategorizado por outras expressões nominais (Cf. KOCH, 2008, p. 102)

Além disso, há casos ainda, em que a introdução pode acontecer por meio do uso de um pronome catafórico, que:

[...] trata-se de um recurso bastante utilizado em textos de caráter retórico, em narrativas de suspense e mesmo em matérias opinativas de periódicos: protela-se a enunciação do objeto, com o fim de convidar o interlocutor a uma especulação sobre qual seria, afinal, o objeto em tela. (KOCH, 2008b, p. 102).

No que tange a ativação, esta se realiza, segundo Koch (2011) e Koch e Elias (2012, 2015) de duas formas: por ativação ancorada e não-ancorada. A introdução será não-ancorada sempre que um objeto de discurso totalmente novo for inserido no texto, e passa a ter um endereço cognitivo na memória do leitor. E será ancorada sempre que um novo referente com algum tipo de associação a elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo dos interlocutores for introduzido no texto, sendo passível por meio de associação e/ou inferenciação. São casos de ativação ancorada as anáforas indiretas.

Desta forma, se as anáforas indiretas possuem uma ancoragem no cotexto, então, são consideradas como formas de ativação do objeto de discurso. Isto é, embora não retomem de forma direta o mesmo objeto de discurso, e aparentemente introduza um novo referente, remetem a uma ou outra marca cotextual, inferível no discurso.

1.3.3 Progressão Referencial

A progressão referencial, segundo Koch e Marcuschi (1998), se dá com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento, estabelecida no discurso. Assim, a referenciação e a progressão referencial incidem na construção e reconstrução dos objetos de discurso.

A progressão referencial, diz respeito à manutenção ou à reconstrução no modelo textual, de objetos de discurso, que dão origem às cadeias referenciais ou coesivas. Pelo fato de o objeto de discurso encontrar-se ativado no modelo textual, a reconstrução pode ocorrer por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos, etc) e de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais). (Cf KOCH 2011, p.67)

Nesse sentido, cumpre, aqui, realçar que há distinção entre as categorias *referir*, *remeter* e *retomar* postuladas por Koch e Marcuschi (1998) e Koch (2015, p.98) que são frequentemente empregadas como sinônimos.

Referir trata-se de uma atividade de designação realizável por meio da língua sem envolver uma relação especular entre a língua e o mundo; remeter é uma atividade de processamento manifestada no cotexto; retomar é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial que implica remissão. (Cf KOCH, 2015, P. 99)

Portanto, a noção de remissão não envolve uma retomada, tendo em vista que retomar é uma atividade de remissão entendida como progressão referencial, envolvendo relações diretas de correferenciação ou de associação. A progressão referencial pode ser realizada por uma série de elementos linguísticos, tal como salientam Koch e Elias (2015, p. 138):

- formas de valor pronominal, como os pronomes propriamente ditos (pessoais de 3ª pessoa, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos);
- numerais (cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários);
- certos advérbios locativos (aqui, lá, ali, etc.);
- elipses que é a omissão de um termo da frases que seja facilmente subentendido;
- formas nominais reiteradas;

- formas nominais sinônimas ou quase sinônimas
- formas nominais hiperonímicas;
- nomes genéricos

Vale ressaltar, também, que um texto não se constrói como continuidade progressiva linear, isto é, vai agregando novos elementos com outros já apresentados. Desta forma, o processamento textual, bem como a progressão referencial ocorre com base no que já foi dito, no que será dito e no que é sugerido.

Então, Cavalcante (2011,p.54) afirma que “se os referentes já foram de alguma forma evocados por pistas explícitas no cotexto, então estamos diante de continuidades referencias, isto é, anáforas.”

1.3.4 Anáfora

O termo anáfora, na retórica clássica, reportava, segundo Marcuschi (2015), a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase. Hoje, no entanto, a anáfora não representa mais essa noção, e é “usada para designar expressões que, no texto reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial.” (MARCUSCHI, 2015, p 54)

A anáfora constitui, portanto, um mecanismo de relação entre um elemento que exige uma condição referencial, ou seja, um elemento ou expressão anafórica, e um elemento antecedente que nem sempre é representado por uma expressão explícita pontual presente no cotexto. Desta forma, a anáfora envolve uma atividade de remissão e, possivelmente, de retomada.

Sobre esse mecanismo, Cavalcante (2011, p 59), as coloca em dois subgrupos: as anáforas com manutenção do mesmo referente e as sem retomada do mesmo referente. As expressões referenciais que retomam referentes já apresentados no texto por outras expressões são chamadas de anáforas diretas e estabelecem com seu antecedente uma relação de correferência.

As anáforas diretas ou correferenciais referem-se ao processo de reativação de referentes prévios. E para que exista uma anáfora direta é preciso que haja uma relação de associação a elementos do cotexto, ou seja, é preciso selecionar convenientemente termos pertencentes a um mesmo campo lexical, de modo a permitir, por meronímia a construção dos referentes (Cf. Koch, 2005 apud Cavalcante, 2015, p 128).

Á título de exemplificação tem-se a seguinte sentença em que a expressão “a presidente afastada” funciona como anáfora direta, tendo em vista a correferencialidade com o termo “Dilma”.

(01) O risco é percebido por **Dilma**. Em entrevista ao jornal mexicano *La Jornada*, publicada no domingo 24, **a presidenta afastada** mostrou preocupação com o desenrolar da história: “Esses processos golpistas podem trazer consequências imprevisíveis”. (*Carta Capital*, 29 julho 2016)

Nesse sentido, as retomadas anafóricas diretas podem ser realizadas por estruturas linguísticas tais como:

- Pronomes;
- Novo sintagma nominal;
- Repetição de um item lexical ou pronominal

Assim, para que ocorra anáfora, é necessário que as expressões referenciais encontrem pistas cotextuais, que possam apontar para trás (anáforas), para frente (catáforas) ou em ambas as direções. Portanto, a anáfora trata-se de um fenômeno de semântica textual de ordem inferencial e não apenas um processo de *clonagem referencial*. (Cf MARCUSCHI, 2015, p. 55).

Nessa perspectiva, sabe-se que não precisa existir, obrigatoriamente, correferencialidade para que haja a ocorrência de anáfora, isto é, é possível que uma anáfora introduza um novo referente no texto. Desta forma, quando um novo referente é introduzido como já conhecido, devido a um processo inferencial do processamento sociocognitivo do texto, este é chamado de anáfora indireta.

A respeito das anáforas indiretas, Marcuschi (2015, p. 59) adota a visão de Schwarz (2000) sobre anáfora indireta, e a reformula afirmando que se tratam:

[...] de expressões definidas [e expressões indefinidas e pronominais] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [ou informações constantes] da estrutura textual precedente [ou subsequente] e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Assim, diferentemente das anáforas diretas que retomam referentes previamente inseridos no texto e estabelecem com seu antecedente uma relação de correferência, na anáfora indireta, geralmente constituída por expressões definidas, indefinidas e pronominais sem dependência com seu antecedente, ocorre a ativação de um novo referente, configurando assim, o que Marcuschi (2015) chama de referenciação implícita. É o que acontece, por exemplo, com a expressão “*a imagem de um mandato em chamadas*” em:

(02) *Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamadas.* (Veja, 3 maio 2016)

É fácil perceber que a expressão destacada é uma expressão referencial *nova* nesse texto, mas surge como se já fosse *conhecida* pelo leitor. Ela *ancora* de forma cognitiva na expressão nominal antecedente [DILMA] que lhe dá base.

Nessa perspectiva, em consonância com Schwarz (2000), Marcuschi (2015 p. 60) evidencia as seguintes características da anáfora indireta:

- a) A inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada, e presença de uma *âncora*, isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da *AI*;
- b) A ausência de relação de correferência entre a *âncora* e a *AI*, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) A interpretação da *AI* se dá como a *construção* de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não como uma busca ou reativação de referentes prévios por parte do receptor;
- d) A realização da *AI* se dá normalmente por elementos não pronominais, sendo menos comum sua realização pronominal.

Apesar dessa distinção entre as anáforas, entramos em conformidade com Cavalcante (2011) ao afirmar que todas as anáforas são, na verdade inferenciais, pois “nada assegura que, cognitivamente, a ativação do anafórico indireto seja engatilhado somente pelos condicionamentos semânticos descritos pelo autor” (CAVALCANTE, 2011, p. 70).

Entretanto, alguns estudiosos defendem, ainda, uma subdivisão dentro das anáforas indiretas atribuindo a esses referentes um subgrupo denominado anáforas associativas cuja abordagem se apoia em restrições léxico-estereotípicas. Ou seja, “trata-se de uma configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito, cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do cotexto precedente.” (KOCH, 2015, p. 132). Um exemplo de anáfora associativa em que percebe-se que nada mais é do que uma anáfora indireta:

(3) *Após dias de uma **batalha psicológica** entre governistas e oposição a respeito do apoio parlamentar, Dilma Rousseff sofreu uma **derrota dura**. (Carta Capital, 17 abril 2016)*

Os termos destacados não possuem um antecedente literal explícito, mas sabe-se por meio de inferência que estão associados ao impeachment.

Assim sendo, percebe-se que o quadro das anáforas indiretas, tal como expõe KOCH(2015), baseando-se em Schwarz (2000), é bastante complexo e baseia-se em conhecimento semântico (baseadas no léxico), e/ou em conhecimento conceitual (baseadas no conhecimento de mundo), e/ou na inferenciação.

1.3.5 Encapsulamento Anafórico

Por meio da progressão referencial existe um processo que tem sido tratado como anáfora indireta, visto que não retoma pontualmente nenhum objeto de discurso, mas se prende a informações dadas no contexto. Esse processo de progressão referencial é chamado de anáfora encapsuladora.

As anáforas encapsuladoras, assim como as anáforas indiretas, não são correferenciais e se constroem por menção a um objeto de discurso que ainda não foi citado no cotexto. Contudo, o que as diferenciam é o fato de que as anáforas

encapsuladoras “resumem”, “sumarizam” todo um trecho anterior ou posterior do texto, por meio de uma forma nominal ou pronominal. Assim, o encapsulamento pode ocorrer por meio de um pronome demonstrativo neutro (isto, isso, aquilo) ou por meio de uma expressão nominal.

Conte (2016, p 177) define o encapsulamento anafórico como um “recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto.” Nessa perspectiva, um novo objeto de discurso é criado baseado em informações velhas, funcionando como uma integração semântica.

A esse respeito, Cavalcante (2011) ressalta que:

Toda anáfora encapsuladora é uma espécie de anáfora indireta, por também introduzir e mencionar no cotexto uma expressão referencial nova, apresentada como se fosse dada, por resumir conteúdos explicitados (mas também implícitos) em porções cotextuais anteriores e/ou posteriores. (CAVALCANTE, 2011, p. 74)

Portando, essa forma de progressão referencial é primariamente uma categorização dos conteúdos do cotexto precedente, pois envolve o eixo ‘velho-novo’, sendo claramente dependente do cotexto. Assim, o encapsulamento anafórico é considerado uma anáfora pragmática, haja vista que os sintagmas nominais anafóricos veiculam a informação velha. (Cf CONTE, 2016, p.181-183). O exemplo abaixo corrobora para essa afirmação, pois a expressão “*desta forma*” sumariza as informações precedentes sobre a forma com que Dilma deixará o governo.

*(04) Reeleita em 2014 com 54 milhões de votos, Dilma Rousseff enfrentará, nesta quarta-feira 31, o veredito do Senado. A petista tem ciência do que a espera. O número de senadores que já declararam, em algum momento, voto favorável ao impeachment é suficiente para a cassação do seu mandato, com a consequente perda dos direitos políticos por oito anos. Se os parlamentares mantiverem a posição anunciada anteriormente, Dilma será a primeira presidente a deixar o cargo **desta forma**. (Carta Capital, 31 agosto 2016)*

Quando os anafóricos encapsuladores se manifestam por sintagmas nominais plenos equivalem ao que Francis ([1994][2016]) chamou de rótulos. Rótulos funcionam como recurso coesivo de elementos nominais que opera encapsulando porções textuais de dimensões variadas. Ou seja, possuem um papel organizador que se estende para o todo do parágrafo seguinte.

Podem funcionar tanto cataforicamente (para frente), quanto anaforicamente (para trás). Quando o rótulo preceder sua lexicalização, será chamado de rótulo prospectivo, tal como no exemplo (05), e quando seguir sua lexicalização, de rótulo retrospectivo como em (06):

(05) *Nesta terça-feira, na chegada da chama olímpica ao país, Dilma ofereceu ao distinto público **mais imagens emblemáticas** do momento que atravessa.* (VEJA, 03 maio, 2016)

(06) *O New York Times destacou em sua manchete o resultado da sessão no Senado: “Presidente do Brasil é afastada; começa o julgamento do impeachment”. O jornal americano apontou ainda que o processo pode durar até seis meses e que as graves crises política e econômica pela qual passa o país colaborou para o **desgaste da presidente.*** (Veja, 12 maio 2016)

Observa-se, portanto que, tanto os rótulos prospectivos, quanto os retrospectivos desempenham uma importante função organizadora:

[...] “eles assinalam que o escritor está se movendo para a fase seguinte do seu argumento, tendo-se utilizado da fase anterior encapsulando-a ou empacotando-a em uma única nomeação. Portanto, estes rótulos têm uma clara função de mudar o tópico e de ligá-lo: eles introduzem mudanças de tópico, ou uma alteração dentro de um tópico, mesmo preservando a continuidade colocando uma informação nova dentro de um esquema dado.” (Francis, [1994], 2016, p 198).

Desta forma, a rotulação consiste no uso de sintagmas nominais plenos no intuito de sumarizar e conectar parte do texto, contribuindo, assim, para a sua organização tópica, sua progressão temática, além de representar uma estratégia discursiva de argumentação.

Nessa perspectiva, o encapsulamento anafórico, bem como a rotulação funcionam como importantes recursos para conduzir o leitor a determinadas conclusões e posicionamentos..

1.4 SOBRE A ATIVIDADE DE CATEGORIZAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO

Segundo, Mondada (2015, p.11) “a referência é resultado de um processo dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre locutores, e é suscetível de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos”

Nesse sentido, considerando que o sentido do texto é construído na atividade discursiva a partir da memória compartilhada pelos interlocutores, os objetos de discurso tornam-se instáveis, maleáveis, e se adequam às diferentes situações de fala e/ou escrita a partir de contextos.

Nesse quadro, havendo uma modificação do contexto, o léxico, bem como as categorias cognitivas podem ser reavaliadas e transformadas, haja vista que:

“[...] as categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente.”
(MONDADA & DUBOIS, [1995] 2016, p.22)

Assim, em uma readaptação do contexto discursivo, uma entidade categorizada pode ser recategorizada, visto que as categorias são geralmente “instáveis, variáveis e flexíveis”, e estão ligadas à intersubjetividade estabelecida entre os interlocutores. (Cf MONDADA & DUBOIS, [1995] 2016).

Contudo, a categorização e recategorização não se limitam a forma como designamos o mundo, mas também pela forma que interagimos com ele, bem como o modo como conceituamos e representamos esse mundo pelo discurso, indicando que há todo um processo argumentativo e criativo por trás de usar determinada categoria ou não. Logo, essas representações, construídas pelo discurso, atuam através dos conhecimentos partilhados entre os sujeitos, podendo as expressões referenciais selecionadas serem categorizadas e/ou recategorizadas, mostrando assim, que os objetos de discurso se transformam ao longo da enunciação.

A recategorização, uma estratégia textual interativa de progressão referencial, se apresenta como um processo contínuo e complexo de transformações cognitivas e discursivas dos objetos de discurso ao longo de um texto, se configurando, assim, por marcas formais, tais como as anáforas, que se materializam nos textos.

No que diz respeito às anáforas conforme já foi salientado neste capítulo, se referem à continuidade referencial, ou seja, à retomada de um referente por meio de novas expressões referenciais. Tais expressões que retomam referentes já apresentados no texto por outras expressões são chamadas de anáforas diretas ou correferenciais. Além das anáforas diretas, é válido ressaltar também as anáforas indiretas e as anáforas encapsuladoras enquanto estratégia de progressão referencial implícita.

Nesse segmento, Lima (2009), citado por Lima e Feltes (2013, p 34), pressupõe que o processo de recategorização não se trata apenas de uma perspectiva textual-discursiva, mas também de um processo de natureza cognitivo-discursiva, que deriva da categorização na atividade de referir. Tal concepção, segundo a autora, deveria ser redimensionada, nos seguintes termos:

i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA, 2009,p 57, apud Lima e Feltes (2013, p 34)

Essa proposta de definição da recategorização proposta por Lima (2009) pode ser estendida para a ocorrência da recategorização para situações em que não há uma correferencialidade explícita, que é o caso que envolve a multimodalidade. Nesse quadro, Custódio Filho (2011) evidencia a existência de um tipo de recategorização rotulada como “recategorização sem menção referencial”

Nesse tipo de recategorização “os processos referenciais não precisam, necessariamente, estar associados à menção de expressões referenciais para serem introduzidos no universo discursivo criado a partir do texto” (CAVALCANTE, 2011, p.119), podem ser construídos, também, a partir de outros recursos que não, apenas, o material verbal de um texto (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

1.5 EXPRESSÕES NOMINAIS E SUAS FUNÇÕES NO TEXTO

“Denomina-se *expressões ou formas nominais definidas* as formas linguísticas constituídas minimamente, de um determinante definido seguido de um nome.” (KOCH, 2011, p. 68). Tais expressões podem ser separadas em dois tipos: as *descrições definidas* e as *formas nominalizadas*.

Segundo Apotheloz & Chanet (1997) apud Koch (2011) nominalização seria uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um estado ou processo significativo por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade. As descrições definidas, por sua vez, se caracterizariam por selecionar, dentre as diversas propriedades de um referente, aquela(s) que são mais relevantes para o propósito comunicativo do locutor, em determinada situação comunicativa.

Nessa perspectiva, as expressões nominais podem assumir as seguintes configurações:

Det + Nome

Det. + Modificador (es) + Nome + Modificador (es)

Det {
Artigo definido
Demonstrativo

Modificador {
Adjetivo
SP
Oração relativa

O uso de uma expressão nominal, então, com função categorizadora ou recategorizadora, provoca uma escolha dentre uma variedade de formas de caracterizar os referentes, sendo cada escolha feita em determinado contexto, a partir da proposta de sentido do produtor do texto. Nesse sentido, na escolha dos traços e características do referente pressupõem-se conhecimentos culturalmente compartilhados, o que faz com que o interlocutor construa a imagem deste e extraia do texto informações importantes sobre opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção do sentido. (Cf KOCH 2015, p.35)

Assim, as formas nominais referenciais são, segundo Koch (2015) e Koch & Elias (2012, 2015), de grande relevância para a construção do sentido do texto, pois

podem desempenhar uma gama de funções cognitivas discursivas. Dentre elas pode-se destacar:

- Ativação/reativação na memória

Nesta função, Koch e Elias (2012) destacam o caráter híbrido da referenciação em que as formas nominais desempenham dois processos de construção textual: retroação e prospecção. Tais processos permitem a ativação e a reativação do objeto de discurso na memória do interlocutor, isto é propiciam a alocação ou focalização na memória ativa (ou operacional) deste; e por outro lado desempenham a função predicativa ao recategorizar ou nominalizar o referente. (Cf KOCH, 2015, p. 107).

- Recategorização dos referentes

Os objetos de discurso, enquanto entidades construídas ao longo da interação discursiva podem sofrer transformações perceptíveis por meio de expressões referenciais renomeadoras. Nesse sentido, no processo de ativação e reativação dos referentes, os elementos textuais podem ser modificados ou expandidos, isto é, recategorizados, tal como já foi aqui abordado e como, também, pode ser visto no exemplo abaixo.

- Encapsulamento (sumarização) e rotulação

Além da função organizadora, as expressões nominais referenciais podem, também, desempenhar uma função resumitiva no texto, e sumarizar as informações contidas em segmentos precedentes, encapsulando-as. Essa estratégia corresponde ao encapsulamento anafórico que, como já foi aqui abordado, ajudam na organização macrotextual, isto é, na organização dos subtópicos do texto, visto que indicam o fechamento de um segmento, funcionando como sinalizador argumentativo, conduzindo o interlocutor para o estágio seguinte. (Cf CAVALCANTE, 2014, p.135).

Na rotulação, vista aqui anteriormente, ao nomear um objeto de discurso por meio do encapsulamento anafórico, o rótulo opera sempre por meio de

categorização. Rótulos sucessivos para a mesma porção encapsulada, em determinada cadeia referencial, produzem uma sequência de recategorizações. (Cf KOCH, 2008, p. 108).

- Especificação por meio da sequência hiperônimo/hipônimo

Outra questão cognitivo discursiva relevante no que se refere às funções das formas nominais referenciais é a explicação de termos por meio de sinonímia e hiperonímia/hipônimo, ou seja, na progressão referencial podemos auxiliar o leitor substituindo um termo pouco conhecido ou específico de determinado gênero, por um sinônimo ou por um hiperônimo/hipônimo. “Hiperônimos e hipônimos são termos de um mesmo campo de sentido, em que um deles designa o gênero e o outro, a espécie”. (KOCH e ELIAS, 2012, P. 143).

Esse tipo de fenômeno é o que se chama de anáfora especificadora, que ocorre quando se tem necessidade de um maior refinamento de categorização, como pode-se ver abaixo:

- Orientação argumentativa

A orientação argumentativa pode realizar-se tanto por meio de expressões nominais definidas ou indefinidas, tal como termos metafóricos, quanto por rótulos, que irão direcionar o leitor a determinadas conclusões. É recurso lexical usado, particularmente por gêneros opinativos, como se pode observar a seguir:

Assim, com base nessas questões discutidas a respeito das funções das formas nominais, infere-se que tais expressões não possuem apenas função referencial, elas são multifuncionais, visto que “contribuem para elaborar sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presente na memória discursiva.” (KOCH, 2015, p. 129).

1.6 A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA POR MEIO DE FORMAS REFERENCIAIS

A referenciação constitui uma atividade discursiva em que o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas a concretização de sua proposta de sentido. (Cf KOCH, 2011, p.61)

Nesse sentido, por se tratar das escolhas do sujeito em função de um querer-dizer, o processo referencial, revela o sujeito enquanto uma fonte enunciativa que denota, de forma direta ou indireta, seus julgamentos sobre os referentes. Ou seja, “a referenciação dos objetos de discurso articula-se com a maneira como o locutor/enunciador se posiciona em seu discurso.” (RABATEL, 2005, p 118 *apud* CORTEZ & KOCH, 2013, p. 10)

Por essa ótica, “os objetos de discurso são reveladores de pontos de vista, e seu modo de apresentação é um meio pelo qual se pode apreender a subjetividade”. CORTEZ & KOCH, 2015, p. 10). As expressões nominais (definidas ou indefinidas), bem como os rótulos funcionam, então, como recursos linguísticos que atuam expressivamente na orientação argumentativa do texto, induzindo o leitor em direção a determinadas conclusões. Isto é, revelam-se como um instrumento útil para a análise da expressão do ponto de vista em diferentes gêneros do discurso, tendo em vista os critérios cognitivos (interpretativos, reflexivos), axiológicos, ideológicos, que emergem no “dizer” do enunciador.

Pode-se inferir, portanto, que a referenciação nunca será neutra, tendo em vista que mesmo que o sujeito representado por um locutor/enunciador primeiro (L1/E1 – produtor do texto) não fale, é possível perceber sua presença na forma como o objeto de discurso é apresentado, sendo a seleção lexical uma importante maneira de perceber isso.

Isto é, a forma pela qual as expressões nominais se apresentam no texto é necessariamente dependente de uma base enunciativa que estabelece posicionamentos ora assumidos por L1/E1, ora atribuídos a outros enunciadores.

Contudo,

[..] “ainda que não fale diretamente sobre como interpreta determinado conteúdo, L1/E1 argumenta construindo objetos de discurso e pondo à mostra aquilo que deseja fazer perceber sobre um conteúdo (isto inclui a sua imagem no discurso), o que, por sua vez, já é alvo de uma percepção anterior ou futura, que se atualiza no aqui e agora do discurso. Essa percepção pode ser de outro enunciador ou pode ser instaurada no discurso como sendo do próprio locutor. Tudo dependerá de como L1/E1 marcará sua posição em meio a outras posições, ou seja, de como articulará seu ponto de vista a outros pontos de vista que, juntos, ancoram um ou mais conteúdos de percepção no discurso.” (CORTEZ & KOCH, 2015, p.13).

Desta forma, sendo velada ou explícita, a manifestação do L1/E1 enquanto enunciador principal de um texto, o coloca como responsável pelas escolhas lexicais, pela seleção das informações, das percepções, bem como das palavras de um texto. Isso mostra que a construção dos objetos de discurso homologa traços de um diálogo interior do sujeito enunciador consigo mesmo e com os outros, desempenhando uma importante função na orientação argumentativa do texto.

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS PRAGMÁTICOS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE REFERENCIAÇÃO E IMAGEM SOCIAL

Neste capítulo, será apresentado o fenômeno da polidez linguística sob diferentes modelos no âmbito da pragmática. Dentre eles está aquele proposto por Brown & Levinson (1978, 1987), cujo conceito está atrelado à noção de face de Erving Goffman (1967, 1980, 2011).

2.1 Sobre a pragmática

Para que uma interação seja bem sucedida não se devem ter conhecimentos apenas da estrutura da língua, mas deve-se levar em consideração a forma com que os falantes organizam o que querem dizer em determinados contextos interacionais. Assim, para entender o significado da mensagem do falante, abandona-se o estudo

da língua puramente estrutural e aprofundam-se os estudos das relações entre a língua e o contexto.

A área da linguística que se preocupa com os estudos do significado que o usuário da língua quer dar à sua mensagem, e também da significação que o ouvinte constrói ao interpretar determinada mensagem é denominada Pragmática. (cf LINS, 2008, p 17).

Entendida como um dos três ramos dos estudos da Semiótica, ao lado da Sintaxe e da Semântica, a Pragmática vai além da relação estrutural estudada na sintaxe, ou dos significados tratados na semântica. Ela mostra uma compreensão mais profunda e integral da linguagem humana no contexto de seu uso na comunicação.

Yule (1996, p 3) entende a Pragmática como o estudo do significado do falante e seguindo o mesmo viés, Crystal (2000. P. 206) define Pragmática como “estudos da língua do ponto de vista dos usuários, em especial as escolhas feitas, as restrições encontradas ao usar a língua em interação social e o efeito de seu uso sobre outros participantes em um ato comunicativo.”.

Assim, essa área da linguística se propõe a estudar a língua em uso, isto é, estuda o significado linguístico das palavras usadas em atos de comunicação, sendo o contexto no qual a comunicação está inserida, essencial para a compreensão do enunciado emitido.

Dentro dessa concepção de estudar a linguagem a partir do ponto de vista de seus usuários, analisando e interpretando as expressões indexicais em determinadas interações, e principalmente o efeito da linguagem sobre os outros participantes, pode-se destacar os estudos dos atos de fala, das expressões anafóricas, das pressuposições, das atitudes e dos objetivos dos falantes, e de mecanismos como a polidez, para manipular e manter as relações sociais. (Cf LINS, 2008, p. 19).

Contudo, será aqui aprofundado apenas o conceito da estratégia da polidez atrelado à noção de face, no intuito de verificar como essas estratégias discursivas por meio do processo de referenciação, contribuem para a (des)construção da imagem social da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

2.2 ERVING GOFFMAN E A NOÇÃO DE FACE.

A linguagem é o lugar privilegiado da interação, isto é, a língua está situada em circunstâncias particulares da vida social, refletindo e adicionando significado e estrutura nessas circunstâncias. (Cf GOFFMAN, 1980)

Nesse sentido, em uma interação os indivíduos podem desempenhar diferentes papéis sociais, requerendo de seus ouvintes determinadas reações, constituindo, assim, um significado construído na interação.

Desta forma, a interação é um fenômeno sociocultural em que os sujeitos constroem uma imagem pelo discurso, e, a partir desse discurso, tentam traçar um comportamento condizente com o seu propósito, sendo seu comportamento verbal passível de ser analisado e interpretado.

A esse respeito Brait (2003, p.194) ressalta que:

“A abordagem interacional de um texto permite verificar as relações interpessoais, intersubjetivas, veiculadas pela maneira como o evento conversacional está organizado. Isso significa observar no texto verbal não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer, que, juntamente com outros recursos, tais como entonação, gestualidade, expressão facial etc., permitem uma leitura dos pressupostos, dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram a interação como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociação, de trocas, de normas partilhadas, de concessões”.

Desta forma, os indivíduos, no processo de interação expõem por meio de atos verbais ou não-verbais, sua visão sobre determinada situação, como também avaliam sua atuação e as de outros participantes do contexto.(Cf TAVARES, 2007, p.28). Cada participante da interação social, então, adquire informações sobre os demais, e, informados, saberão a melhor forma de agir para obter determinada resposta.

Contudo, a interação com o outro está passível de imprevisibilidade, pois o ouvinte pode reagir de forma positiva ou negativa a um determinado enunciado proferido e porque estamos sempre preocupados em manter o controle da situação, bem como evitar conflitos.

Logo, em qualquer esfera social, os participantes devem seguir algumas regras de conduta, que irão regular seus discursos, possibilitando assim que sua ação seja

entendida. Essas regras de convivência social vão, portanto, conduzir os indivíduos a determinados comportamentos.

Nesse sentido, buscando ser conivente com a imagem pública que os demais detêm de si, os sujeitos procuram aceitar tais regras, haja vista que elas os auxiliam a manter a expectativa perante a sua face.

A respeito da face, Goffman (1980, p.76-77) define como:

[...] valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados – embora se trate de uma imagem que pode ser partilhada por outros, como quando a pessoa consegue fazer uma boa exibição profissional ou religiosa fazendo uma boa exibição para si mesma.

Sendo assim, a face não é algo que se aloja ao indivíduo, mas algo que está presente no desenrolar dos eventos comunicativos, e se torna manifesto apenas quando estes eventos são lidos e interpretados em função das avaliações que neles se expressam. (Cf GOFFMAN, 1980). Por isso, o indivíduo deve manter uma linha a fim de convencer de seu caráter.

Diz-se que uma pessoa *está em face* quando ela responde com sentimentos de confiança e segurança às expectativas da cena comunicativa. Sendo a face uma faculdade constituída socialmente, é necessário levar em consideração o lugar que o indivíduo ocupa no mundo social, tendo em vista que sua linha de conduta, bem como seu repertório deverá condizer com a posição social e hierárquica de que ele faz parte, a fim de sustentar as expectativas sociais criadas sobre ele.

Por outro lado, diz-se que a pessoa *está na face errada* quando, no processo de interação, pode sustentar uma informação sobre seu valor social, ou quando participa de uma interação sem estar ciente da linha normalmente seguida pelos participantes. Um indivíduo que está na face errada ou fora de face tende a se sentir envergonhado e inferior e teme que sua reputação seja condenada socialmente.

Desta forma, ao entrar em uma situação na qual deve manter a face, a pessoa deve se certificar de uma ordem que regule o fluxo dos eventos grandes ou pequenos, de tal forma que qualquer coisa que seja expressa em tais eventos comunicativos seja consistente com sua face.

Contudo, embora a face social de uma pessoa seja o que ela possui de mais pessoal, ela é, na verdade, um empréstimo concedido pela sociedade que poderá ser retirada caso não se comporte de modo a merecê-la. Desta forma, espera-se que exista uma regra de auto-respeito e de consideração entre os membros de um grupo a fim de que seja mantida tanto a própria face quanto a face dos outros participantes. (Cf GOFFMAN, [1967] 2011)

Portanto, para que haja uma comunicação harmônica e equilibrada, as faces devem ser preservadas, sendo a manutenção da face uma condição de interação, e não seu objetivo.

2.3. PRESERVAÇÃO E AMEAÇA À FACE

O ato de preservar ou salvar a face varia de cultura para cultura, isto é, cada pessoa, cada subcultura e cada sociedade apresenta seu próprio repertório característico de práticas de salvação da *face*. Contudo, para utilizar desse repertório, a pessoa deve ter consciência das interpretações que os demais podem ter sobre seus atos. Isto é, deve exercer sua perceptividade. (Cf GOFFMAN, [1967], 2011 p. 83).

Sendo assim, em uma determinada interação os indivíduos têm dois pontos de vista, uma orientação defensiva no sentido de salvar a sua própria face e outra no sentido de salvar a face do outro. A esse respeito, Tavares (2007, p. 29) ressalta que:

“O que acontece com a imagem de um interlocutor dependerá da cooperação ou não entre os participantes no fluxo de eventos de uma determinada situação. Normalmente, existe uma vontade de manter uma “ordem expressiva”, de cooperar, já que, na maioria das vezes, a imagem de um participante dependerá da preservação da imagem do outro”.

Portanto, ao tentar salvar a face do outro, o interlocutor deve tomar cuidado para não tomar uma atitude que o leve a perder sua própria face. Deve-se, então, ter um repertório de práticas salvadoras para cada uma das possíveis relações com a ameaça.

Nessa perspectiva, pra assegurar a imagem pública positiva perante um grupo, o sujeito irá emitir um ato de fala condizente com a sua intenção, haja vista que o ato

comunicativo está diretamente ligado às relações sociais. Com intenção de assegurar a imagem pública positiva, Goffman (1980,p.84) propõe os tipos básicos de elaboração de face sendo eles, o processo de evitação e o processo corretivo.

O processo de evitação se dá através de medidas defensivas, como evitar o contato, ou evitar tópicos ou atividades que ameacem sua imagem ou a dos outros. Isto é, ocorre quando se pretende neutralizar ações ameaçadoras. Já o processo corretivo ocorre quando os participantes não conseguem evitar a ocorrência de um incidente e passam a encará-lo como ameaça e tentam corrigir seus efeitos.

No processo corretivo os participantes utilizam de medidas corretivas para amenizar a ameaça, sendo tais medidas constituídas de quatro etapas. A primeira é chamada de *desafio*, em que, os outros participantes chamam a atenção do falante, para uma conduta desviada, mostrando que ele está ameaçando a imagem de alguém. Depois, vem a *oferenda* pela qual é dada ao falante, a chance de corrigir a ofensa e reestabelecer o equilíbrio da interação. Existem alguns modos de se praticar essa medida, isto é, o ofensor pode de alguma forma compensar o ofendido ou ele pode se autopunir. A terceira medida, chamada de *aceitação*, ocorre quando a pessoa aceita a oferenda como uma forma satisfatória de corrigir a ofensa. Por fim, o ultimo passo da negociação é o *agradecimento* àqueles que lhe perdoaram.

Assim, em um contexto interacional, além das práticas que visam salvar e amenizar a face cabe ao falante ter mais prudência em relação aos demais, isto é, deve-se prestar atenção às insinuações e estar disposto a aceitá-las, a fim de salvar e manter o equilíbrio da conversação.

Contudo, nem sempre os participantes da interação fazem uso desses atributos no fenômeno de negociação de imagem, o que prejudica a harmonia da interação. Essa vulnerabilidade na manutenção da interação pode ocorrer por atos que ameacem a face do falante ou de outros participantes. Tais atos foram intitulados por Brown e Levinson (1987) como Atos Ameaçadores de Face (AAF's)².

² Ao longo desse estudo o termo "Atos Ameaçadores de Face" pode ser apresentado pela sigla FTA correspondente ao termo em inglês, *Face Threatening Acts*, usado por *Brown e Levinson (1987)* para abreviar o determinado termo.

2.4 A NEGOCIAÇÃO DA IMAGEM SEGUNDO BROWN E LEVINSON

Penélope Brown e Stephen Levinson publicaram, em 1978, na obra *Question of politeness* a primeira versão do livro *Politeness: some universals in language usage*, sendo a segunda edição publicada apenas em 1987.

Nessa obra, eles estabelecem os princípios universais do fenômeno da polidez, tendo como base a análise de dados retirados de interações de três culturas e línguas diferentes: inglês, tâmil (Índia) e tzeltal (México). Os autores veem a polidez como um dos elementos essenciais para se viver em sociedade, estando intrinsecamente relacionada à negociação da imagem.

Para Brown e Levinson (1987) o fenômeno da polidez é composto por duas noções: a da razão, isto é, a comunicação é uma atividade racional com determinado objetivo; e a face, em que cada indivíduo da interação visa preservar sua imagem pública.

E com base no conceito de Goffman ([1967], 2011), os autores entendem face como:

[...] algo que é investido emocionalmente, e pode ser perdida, mantida ou aprimorada, e deve ser constantemente assistida na interação. Em geral, as pessoas cooperam (e assumem a cooperação uns dos outros) para manter a face na interação, sendo essa cooperação baseada na vulnerabilidade mútua da face. Isto é, normalmente a face de todos depende que a de todos os outros sejam mantidas, e como se espera que as pessoas defendam suas faces se ameaçadas, e defenda sua própria face da ameaça de outros, o maior interesse é em geral agir de forma a garantir aos outros participantes que o agente está atento aos pressupostos relativos a face apresentados acima. . (BROWN & LEVINSON, 1987, p.61.)³

Sendo assim, baseando-se na noção de face enquanto a autoimagem pública que todo indivíduo quer reivindicar para si, Brown e Levinson (1987) desmembram esse conceito e dividem a face em dois tipos: face negativa e face positiva. Face negativa consiste na reivindicação do território do eu (privacidade e preservação

³ *Thus face is something that is emotionally invested, and that can be lost, maintained, or enhanced, and must be constantly attend to in interaction. In general, people cooperate (and assume each other's cooperation) in maintaining face in interaction, such cooperation being based on the mutual vulnerability of face. That is normally everyone's face dependes on everyone elses's being maintained, in defending their own to threaten others' faces, it is in general in every participant's that the agent is heedful of the assumptions concerning face given under above.* (BROWN & LEVINSON, 1987, p.61, tradução nossa).

peçoal) e a face positiva refere-se ao desejo que o indivíduo tem de que sua imagem seja aceita e aprovada.

Em uma interação os atos de fala emitidos pelos indivíduos podem afetar a imagem do outro, ou seja, as faces podem ser constantemente ameaçadas. Para Brown e Levinson (1987), quando um falante diz algo que ameaça as expectativas de face do outro, acontece um ato ameaçador à face (AAF's). Os atos ameaçadores à face foram classificados em atos de linguagem e apresentados em quatro categorias, que se referem tanto ao ouvinte quanto ao falante:

- a) **Atos ameaçadores da face negativa do falante:** são aqueles em que há um comprometimento do emissor, tal como promessas, propostas, agradecimentos, desculpas;
- b) **Atos ameaçadores da face positiva do falante:** são atos em que se mostra um rebaixamento, tal como pedido de desculpa, autocríticas, reconhecimento as fraqueza.;
- c) **Atos ameaçadores da face negativa do ouvinte:** são aqueles que ameaçam a liberdade do ouvinte, como por exemplo, ofensas, agressões, perguntas "indiscretas", imposições.;
- d) **Atos ameaçadores da face positiva do ouvinte:** são atos que reprimem o indivíduo, tal como críticas, reprovação, sarcasmos, insultos.

Sendo assim, a face do falante e a face do ouvinte fazem parte de um jogo no processo de interação social estando cada uma delas passível à ameaça explícita ou implícita. Contudo, ao se ameaçar a face alheia, os sujeitos podem fazer uso de estratégias de polidez como forma de atenuar o efeito criado durante a comunicação.

Polidez é uma das regras de conduta que levam a uma padronização dos comportamentos dos seres humanos na sociedade. Os indivíduos, em um processo de interação, procuram obter informações a respeito dos demais, e acabam fornecendo informações a seu respeito, visando construir sua imagem pública junto aos outros. (Cf Goffman, 2011, p 11).

Contudo, ao direcionarmos nossa fala a outra pessoa, devemos levar em consideração além do contexto comunicativo, as características do ouvinte e de sua

cultura, visando preservar sua face, haja vista que a interação com o outro está passível de eventualidades. Assim, visando manter o controle da situação comunicativa, os participantes devem se submeter à regras/estratégias de polidez, a fim de manter a expectativa perante a sua face e como forma de amenizar um ato ameaçador de face (FTA's).

Sob essa perspectiva, Brown e Levinson (1987) como forma de amenizar a ameaça a face alheia desenvolveram estratégias de polidez que podem ser realizadas de formas *on record*, *off record* e *bald on Record*, tal como pode-se perceber abaixo:

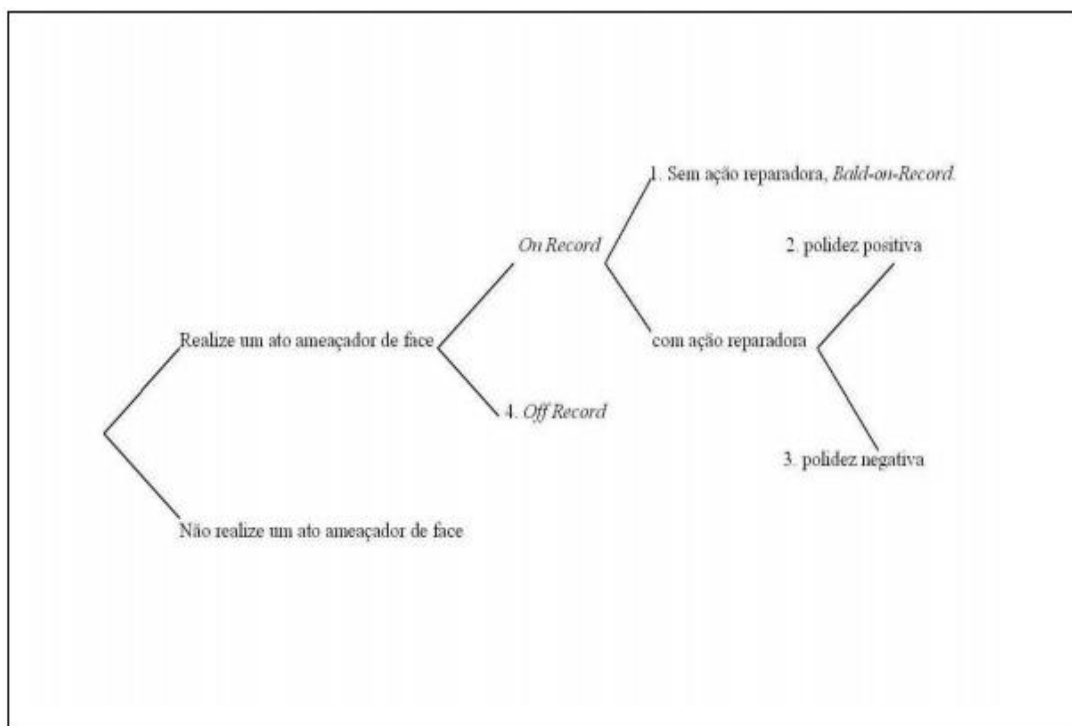


Figura 2 Estratégias de AAI ou FTA
(Fonte: Brown e Levinson, 1987, p.69)

2.4.1 Estratégias *On Record*

. As estratégias realizadas de forma *On Record* revelam que o falante tem a intenção de assumir seu ato linguístico e de se comprometer diante do que fala, visando, assim, regastar a face, ser reconhecido e obter o apoio do público, bem como evitar mal entendidos. Sendo assim, “um participante que se utiliza dessa estratégia comete um FTA/AAF com uma clara intenção comunicativa, seja de sugerir, ordenar ou pedir algo, por exemplo.” (TAVARES, 2007, p.35).

As estratégias *on Record* dividem-se em dois tipos: sem atenuantes e com atenuantes, que envolvem as estratégias *bald-on-record*, polidez positiva e polidez negativa, respectivamente.

2.4.1.1 Estratégia *On Record* sem ação reparadora - *bald-on-record*

Nas estratégias realizadas de forma *Bald on Record* o falante realiza um FTA de modo a preocupar-se apenas *com o que foi dito*, e não *como foi dito*; para tanto essas estratégias são tratadas em conformidade com as máximas conversacionais, do Princípio de Cooperação (Grice, 1982).⁴

Sempre que o falante quiser fazer um AAF com máxima eficiência, mais do que ele quer satisfazer a face do ouvinte, ele escolherá as estratégias *bald-on-record*. Vale ressaltar que os imperativos destacam-se como exemplos claros de uso dessa estratégia.

2.4.1.2 Estratégia *On Record* com ação reparadora - Polidez Positiva

“Polidez positiva é a reparação direcionada a face positiva do destinatário, seu desejo constante de que suas vontades (ou as ações/aquisições/ valores que resultem deles) devam ser consideradas desejáveis. A reparação consiste em satisfazer parcialmente o desejo de comunicar que as próprias necessidades de alguém (ou algumas delas) são, em alguns aspectos, semelhantes às necessidades do destinatário.” (BROWN E LEVINSON, 1987, p. 101)⁵

⁴ O princípio da cooperação consiste em: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p. 86). Ou seja, para Grice (1892) “a interação verbal ocorre devido aos esforços cooperativos dos participantes que direcionam a conversa a partir de suposições contextuais mais amplas.” (LINS E GONÇALVES, 2013, p.40). Essas suposições são constituídas por quatro máximas conversacionais: quantidade, qualidade, relação e modo. (GRICE, 1982, p.87).A violação de qualquer uma das máximas gera uma implicatura conversacional, que é um recurso que os falantes utilizam para transmitir informações que vão além do sentido literal.

⁵ *Positive politeness is redress directed to the addressee's positive face, his perennial desire that his wants (or the action/acquisitions/values resulting from them) should be thought of as desirable. Redress consists in partially satisfying that desire by communicating that one's own wants (or some of them) are in some respects similar to the addressee's wants.*(BROWN E LEVINSON, 1987, p. 101, tradução nossa.)

Nesse sentido, a polidez positiva refere-se ao desejo do interlocutor de manter e preservar sua autoimagem, sendo os enunciados marcados por uma aproximação entre os interlocutores, tendo em vista que pertencem ao mesmo grupo e compartilham os mesmos objetivos. As estratégias de polidez positiva favorecem, então, a face positiva do ouvinte, tentando uma aproximação social entre falante e ouvinte. Brown e Levinson (1987, p 103) subdividem as estratégias de polidez positiva em três mecanismos, que envolvem 15 estratégias.

a) De atenção ao “conhecimento comum”: indica que falante e ouvinte pertencem a um conjunto de pessoas que compartilham desejos específicos, incluindo objetivos e valores. (Cf BROWN & LEVINSON, 1987, p 103)

Estratégia 1: reconheça os interesses, desejos e necessidades dos ouvintes:

Ex: “You must be hungry, it’s a long time since breakfast. How about some lunch?”

Tradução: Você deve estar com fome, faz muito tempo desde o café da manhã. Gostaria de almoçar?

Estratégia 2: Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo ouvinte

Ex: How absolutely incredible!

Tradução: Quão absolutamente incrível!

Estratégia 3: Intensifique o interesse pelo ouvinte.

Ex: I've never seen such a row!

Tradução: Eu nunca vi essa fila!

Estratégia 4: Use marcas de identidade de grupo.

Ex: Come here, honey!

Tradução: Venha cá, querido!

Estratégia 5: Procure concordância.

Ex: A: I had a flat tyre on the way home. B: Oh God, a flat tyre!

Tradução: A: Eu tinha um pneu furado no caminho de casa. B: Oh Deus, um pneu furado!

Estratégia 6: Evite discordância

Ex: A: That's where you live, Florida ? B: That's where I was born

Tradução: A: É aqui que você mora, na Flórida? B: Foi aqui que nasci.

Estratégia 7: Pressuponha, relembre, diga coisas que estabeleçam algo em comum com o ouvinte.

Ex: Now, have we taken our medicine? (doctor to patient)

Tradução: Agora, vamos tomar o remédio? (médico para paciente)

Estratégia 8: Brinque

Ex: Ok IF I tackle those cookies now?

Tradução: Tudo bem eu atacar esses bolinhos agora?

- b) Transmita que falante e ouvinte são cooperadores: falante e ouvinte participam de forma cooperativa na interação, a fim de preservar a face positiva de ambos. (Cf BROWN E LEVINSON 1987, p 125)

Estratégia 9: Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.

Ex: I know you can't bear paties, but this one Will really be good – do come!

Tradução: Eu sei que você não suporta festas, mas esta será realmente boa - vamos!

Estratégia 10: Ofereça, prometa!

Ex: I'll drop by sometime next week.

Tradução: Eu virei algum momento na semana que vem.

Estratégia 11: Seja otimista

Ex: I've come to borrow a cup of flour.

Tradução: Cheguei a pedir uma xícara de farinha.

Estratégia 12: Inclua o ouvinte na atividade

Ex: Let's have a cookie, then.

Tradução: Vamos comer um bolinho, então.

Estratégia 13: Forneça ou peça razões.

Ex: Why not lend me your cottage for the weekend ?

Tradução: Porque não me empresta seu chalé para o final de semana?

Estratégia 14: Simule ou explícite reciprocidade.

Ex: I'll do X for you If you do Y for me.

Tradução: Eu farei isso para você, se você fizer isso para mim.

c) Preencha os desejos do falante por algo. O falante decide reparar a face do ouvinte diretamente pelo cumprimento de algum desejo seu. (Cf BROWN E LEVINSON 1987, p 129)

Estratégia 15: Dê presentes ao ouvinte (qualidade, simpatia, cooperação)

Brown & Levinson não demonstram exemplo para esse tipo de estratégia.

Tais estratégias podem ser observadas por meio da figura a seguir que simboliza um esquema proposto por Brown e Levinson (1987, p. 102) para representar as estratégias de polidez positiva.

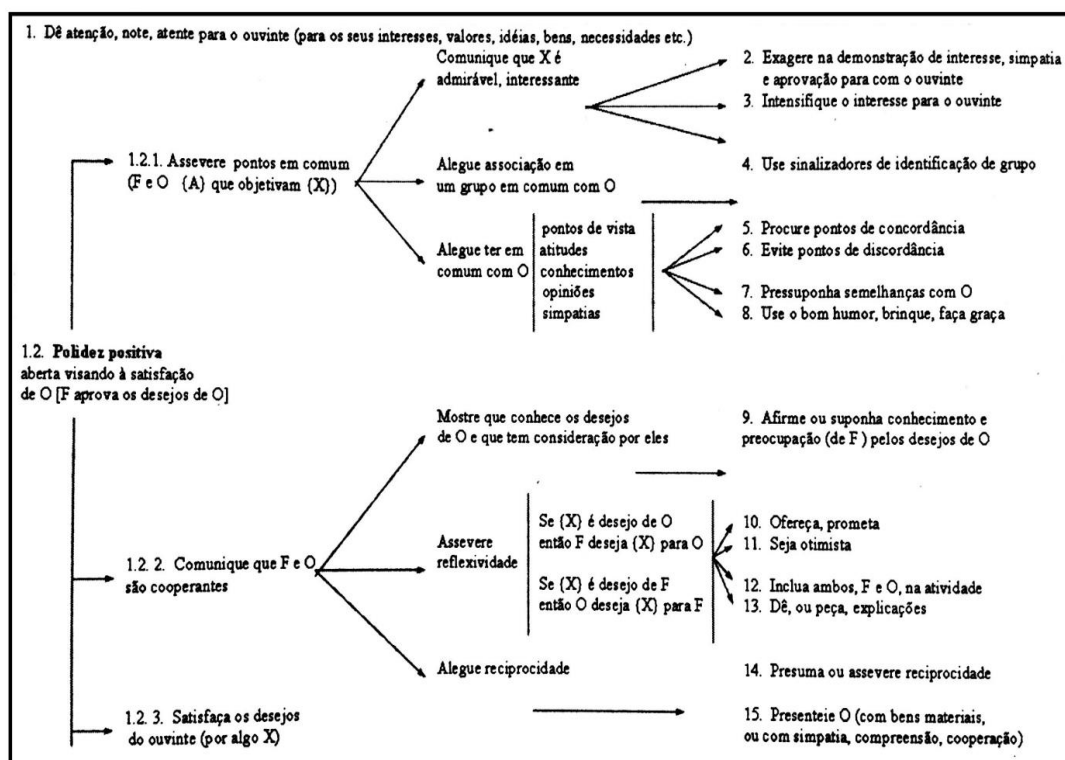


Figura 3 Estratégias de polidez negativa

(Fonte: Tavares, 2007, anexos)

2.4.1.2 Estratégia *On Record* com ação reparadora - Polidez Negativa

Polidez negativa é uma ação reparadora dirigida à face negativa do destinatário: sua vontade de ter sua liberdade de ação sem impedimentos e sua atenção sem obstáculos. É a base de um comportamento respeitoso, da mesma forma que a polidez positiva é a essência de um comportamento

familiar e brincalhão: “enquanto a polidez positiva é livre de limites, a polidez negativa é específica e focada” (BROWN & LEVINSON, 1987, p. 129).⁶

Assim, a polidez negativa está direcionada para a preservação da imagem negativa do ouvinte. O enunciador se utiliza de polidez negativa visando impedir uma imposição ao interlocutor, uma vez que não há uma aproximação entre os sujeitos. Assim, a estratégia de polidez negativa correspondem a um comportamento respeitoso e cortez, sendo usadas quando um falante pretende construir um distanciamento social em suas interações.

Brown e Levinson (1987, p 130) subdividem as estratégias de polidez negativa em cinco mecanismos, que envolvem 10 estratégias:

a) Seja direto: Diferente da estratégia de polidez sem atenuantes (*bold-on-record*), quando a mensagem é realizada da forma mais direta, clara e concisa possível; há estratégias que minimizam a imposição: (Cf BROWN E LEVINSON, 1987, p.130)

Estratégia 1: Seja convencionalmente indireto.

Ex: Can you please pass the salt ?

Tradução: Você pode, por favor, me passar o sal?

b) Não presuma, assuma: evite presumir ou assumir que qualquer coisa envolvida ao FTA seja desejada pelo ouvinte, isso inclui evitar suposições sobre o ouvinte, seus desejos, o que é relevante ou interessante ou digno de sua atenção - isto é, mantendo distância do ouvinte. (Cf BROWN E LEVINSON, 1987, p.144)

Estratégia 2: Questione, seja vago.

Ex: John is a *true* friend.

Tradução: John é um verdadeiro amigo

⁶ *Negative politeness is redressive action addressed to the addressee's negative face: his want to have his freedom of action unhindered and his attention unimpeded. [...]Where positive politeness is free-ranging, negative politeness is specific and focused” (BROWN & LEVINSON, 1987, p. 129, tradução nossa).*

c) Não coaja o ouvinte: esta proposta envolve um ato de predicação do ouvinte, em que a compensação de face negativa pode ser feita evitando a coerção da resposta dele, e isso pode ser feito, por um lado, explicitamente dando-lhe a opinião de não fazer o ato. (Cf BROWN E LEVINSON, 1987, p.172)

Estratégia 3: Seja pessimista.

Ex: You wouldn't have brought any Money here, would you ?

Tradução: Você não deve ter trazido nenhum dinheiro, trouxe ?

Estratégia 4: Minimize a imposição

Ex: I just want to ask you if you could lend me a single sheet of paper.

Tradução: Eu só queria perguntar se você poderia me emprestar uma folha de papel.

Estratégia 5: Mostre respeito.

Ex: Would you care for a sandwich ?

Tradução: Você gostaria de um sanduiche?

d) Comunique o desejo de não afetar o território do ouvinte: uma maneira de satisfazer parcialmente as demandas da face negativa do ouvinte é indicar que o falante está ciente dela, levando-as em consideração em sua decisão de comunicar a FTA. (Cf BROWN E LEVINSON, 1987, p.187)

Estratégia 6: Peça desculpas.

Ex: I don't want to interrupt you, but..

Tradução: Eu não quero interrompê-lo, mas..

Estratégia 7: Impessoalize, evite pronome como "eu" e "você".

Ex: Take that out!

Tradução: Tire isso!

Estratégia 8: Declare o FTA como regra geral.

Ex: We don't sit on tables, we sit on chairs, Johnny.

Tradução: Nós não nos sentamos em mesas, nos sentamos em cadeiras, Johnny.

Estratégia 9: Nominalize.

Ex: It's my pleasure to be able to inform you...

Tradução: É um prazer poder informá-lo ...

e) Respeito outros desejos do ouvinte: consiste em oferecer uma compensação parcial da ameaça de face no FTA corrigindo algumas outras necessidades particulares do ouvinte.

Estratégia 10: Aja como se estivesse assumindo uma dívida com o ouvinte.

Ex: I'll never be able to repay you if you...

Tradução: Eu nunca poderei te pagar se você...

A figura a seguir simboliza um esquema proposto por Brown e Levinson (1987, p. 131) para representar as estratégias de polidez negativa.

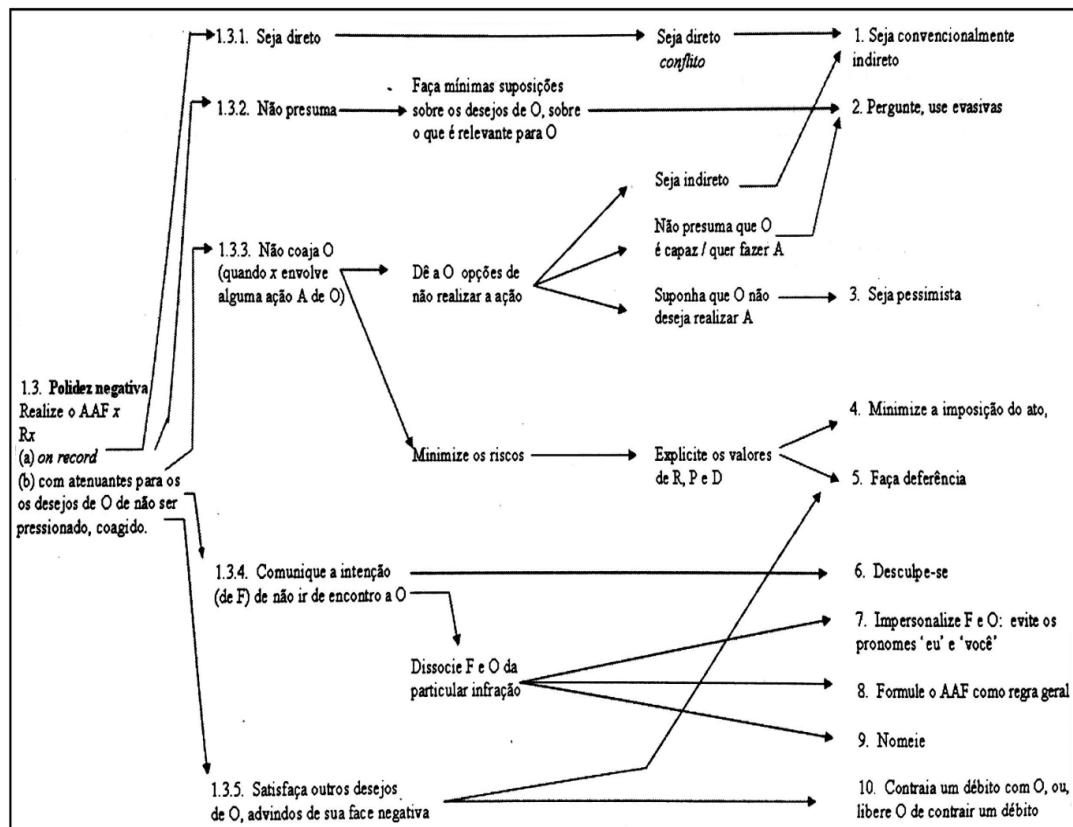


Figura 4 Estratégias de polidez negativa
(Fonte: Tavares, 2007, anexos)

2.4.2 Estratégias *Off Record*

As estratégias realizadas de forma *Off Record* ocorrem quando o locutor quer fazer um FTA (ato de ameaça à face), mas quer isentar-se das responsabilidades fazendo uso de enunciado indireto, irônicos ou ambíguos, deixando ao seu interlocutor a interpretação dos enunciados. Através dessa estratégia o locutor pode produzir, de forma indireta, atos ameaçadores às faces do ouvinte.

A figura, a seguir, formulada pelos autores, contempla uma representação de possíveis AAF indireto, gerados a partir da violação das máximas conversacionais, definidas por Grice (1982):

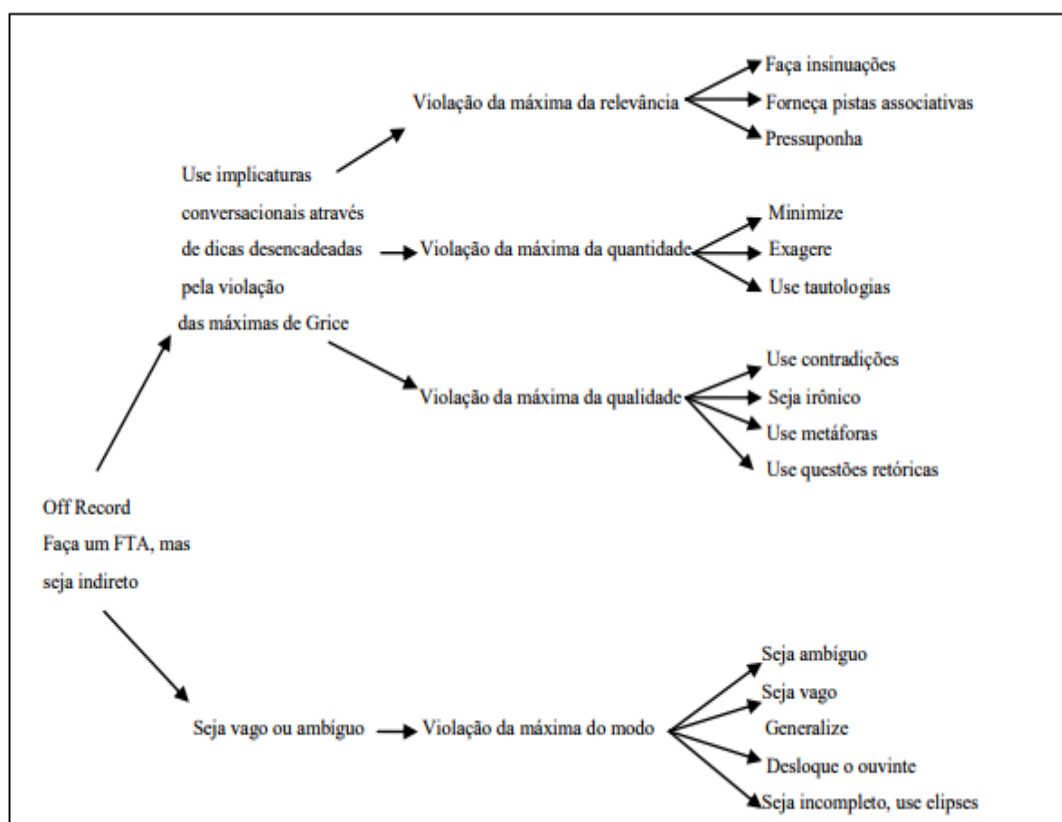


Figura 5 AAF indireto
(Fonte: Guimarães, 2010, p. 38)

Essa figura simboliza, portanto, um esquema proposto por Brown e Levinson (1987, p. 214) para representar as estratégias de polidez indireta (*off-records*). Para eles os falantes ao usar da indiretividade para provocar um AAF podem provocar uma implicatura conversacional a partir da quebra das máximas da qualidade, quantidade, relevância e modo, propostas por Grice (1982).

A respeito desse tipo de polidez, Brown e Levinson (1987, p. 213) a subdivide em dois mecanismos, que envolvem 15 estratégias:

a) Provoque implicaturas conversacionais: Se um falante quer fazer um FTA e opte por fazê-lo indiretamente, ele deve dar ao ouvinte sugestões e esperar que ele escolha e, assim, interprete o que realmente pretende dizer. A maneira básica de fazer isso é provocando implicaturas conversacionais violando, de alguma forma, as Máximas de Grice de comunicação eficiente. (Cf BROWN E LEVINSON, 1987, p. 213).

Estratégia 1 Forneça pistas, faça insinuações.

Exemplo: It is cold in here.

Tradução: Está frio aqui.

Estratégia 2: Ofereça pistas de associação

Ex: Oh god, I've got the headache again.

Tradução: Oh Deus, estou com dor de cabeça novamente

Estratégia 3: 3- Pressuponha.

Ex: I washed the car again today

Tradução: Eu lavei o carro de novo hoje.

Estratégia 4: Minimize

Ex: That house needs a touch of paint.

Tradução: Essa casa precisa de um toque de tinta.

Estratégia 5: Exagere

Ex: I tried to call a hundred times, but there was never any answer.

Tradução: Eu tentei ligar uma centena de vezes, mas nunca houve resposta.

Estratégia 6: Use tautologias

Ex: War is war.

Tradução: Guerra é guerra.

Estratégia 7: Use contradições

Exemplo: Well, John is here and he isn't here.

Tradução: Bem, John está aqui e não está.

Estratégia 8: Seja irônico

Ex: John is a real genius.

Tradução: John é realmente um gênio.

Estratégia 9: Use metáforas

Ex: Harry's a real fish

Tradução: Harry é realmente um peixe.

Estratégia 10: Faça perguntas retóricas

Ex: How was I to know... ?

Tradução: Como eu sabia.. ?

b) Seja vaga ou ambíguo: viole a máxima do modo: Ao invés de provocar uma implicatura particular, o falante escolhe pela estratégia off record por ser vaga e ambígua (isto é, violando a máxima do modo) de tal forma que sua intenção comunicativa permaneça mal definida. (Cf BROWN E LEVINSON, 1987, p. 225)

Estratégia 11: Seja ambíguo

Ex: John's a real genius. (after John has just done twenty stupid things in a row).

Tradução: John é um gênio. (frase dita após John ter feito vinte coisas estúpidas).

Estratégia 12 Seja vago

Ex: I'm going you know where.

Tradução: Eu estou indo, você sabe onde.

Estratégia 13: Generalize

Ex: A penny saved is a penny earned.

Tradução: Um centavo economizado é um centavo ganhado.

Estratégia 14: Desloque o ouvinte.

Brown e Levinson (1987) não apresentam um exemplo para essa estratégia de polidez

Estratégia 15: Seja incompleto, use elipse.

Ex: "Well, I didn't see you..."

Tradução: Bem, eu não vi você...

Essas estratégias e regras de polidez são universais e servem para orientar os participantes de uma interação, contudo cada um tem seu modo de falar e sua cultura, sendo que as condições de aplicação de cada norma dependem da cultura dos enunciadores.

CAPÍTULO 3

GÊNERO TEXTUAL REPORTAGEM

Nesse capítulo será abordado o gênero textual reportagem, perpassando pelas noções de gênero discursivo/textual (Bakthin ([1997], 2003) e Marcuschi (2008, 2010)) e de gêneros jornalísticos (Marques de Melo e Assis (2009, 2016)).

3.1 OS GÊNEROS TEXTUAIS NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

A noção de gênero se associava, a princípio, apenas a esfera da literatura com Platão e Aristóteles. Platão sistematizou o conceito de gênero distinguindo-o em lírico, épico e dramático e Aristóteles propôs, em sua Arte Retórica, a organização da oratória em três gêneros de discurso: deliberativo ou político, forense ou judiciário e o demonstrativo ou epidítico (ARISTÓTELES, 1988).

Nessa visão tradicional da Antiguidade Clássica, os gêneros eram classificados como fixos e imutáveis, sendo definidos por regularidades textuais de forma e conteúdo. Contudo, com os avanços dos estudos linguísticos, a noção de gênero sofreu uma reformulação, na segunda década do século XX, com o formalismo russo.

Os formalistas defendiam o caráter evolutivo dos gêneros, considerando tanto o seu desenvolvimento quanto sua história literária como um processo dinâmico. Assim, o tratamento dado por eles aos gêneros era com base nas propriedades formais dos textos, tendo em vista que viam os gêneros como um agrupamento constante e específico de procedimentos.

Já na metade do século XX, as teorizações de Mikail Bakthin fez com que o interesse pelos gêneros se realizasse além do campo dos estudos literários, abrangendo a comunicação oral e escrita. Bakthin deu início a uma nova forma de abordar os gêneros, focalizando os enunciados das mais diversas esferas de atividade humana.

Nessa perspectiva, a noção de gênero sofreu uma reformulação passando a ser concebidos como forma de organizar dinamicamente a representação das esferas da atividade humana. Desta forma, os integrantes das diversas esferas da atividade humana utilizam-se da língua de formas variadas para produzir enunciados (orais ou escritos), concretos e individuais.

Nesse sentido, a comunicação indispensável a todos os indivíduos, em todas as áreas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Bakhtin (2003), não classifica a língua enquanto um conjunto abstrato de normas e regras imutáveis, bem como para ele não existe falante e nem enunciado individualizado. Para ele, falante e ouvinte, enquanto sujeitos sociais, históricos e inseridos em determinada cultura, se fundam a partir das relações sociais e interações que estabelecem com o outro por meio da linguagem e dos enunciados que produzem.

Dessa integração entre língua e sociedade, Bakhtin ([1997], 2003) afirma que cada esfera de utilização da língua, ou domínios discursivos, produzem seus tipos relativamente estáveis de enunciados, da qual denominou como ***gêneros de discurso***.

Pode-se afirmar, então que:

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico - objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero. Tais gêneros existem antes de tudo em todos os gêneros mais multiformes da comunicação oral cotidiana, inclusive do gênero mais familiar e do mais íntimo. (BAKHTIN, 2003, p. 282)

Os gêneros do discurso são, então, as diversas formas e maneiras que usamos para nos comunicar, isto é, são enunciados únicos e individuais que se padronizam, se adaptam para atender aos propósitos comunicativos e/ou o contexto sociocultural. Para atender a esses propósitos comunicativos e/ou o contexto sociocultural, os gêneros do discurso estão passíveis de mudanças, no decorrer do tempo e diante de situações que possibilitem alterações em alguma de suas características (estrutura, conteúdo, suporte, estilo, ect.) para atingirem suas finalidades, por isso diz-se que estes são “relativamente estáveis”.

O que ele quer dizer é que não há nenhuma normatividade no conceito de gênero, nem nas suas características e nem nas suas fronteiras: os gêneros enquanto estruturas dinâmicas podem mudar ao longo dos tempos para atender às necessidades comunicativas e às práticas dos seres humanos, bem como ganhar um novo sentido. Por isso, é válido pensar nos gêneros enquanto ferramentas semióticas, dotados de significados, capazes de se adaptarem a diversas finalidades.

A esse respeito, Bakhtin (2003, p. 262) ressalta que:

[...] “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, tendo em vista que são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana, e por que em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”.

Assim, cada situação social dá origem a um gênero com determinadas características e, sendo as esferas de utilização da língua extremamente heterogêneas, também os gêneros apresentam extrema heterogeneidade.

A heterogeneidade dos gêneros discursivos foi considerada tão grande que não havia um plano único para o seu estudo o que fez com que Bakhtin (2003) apresentasse uma diferença essencial entre os gêneros discursivos, os dividindo entre primários e secundários. Os primários (ou simples) se formaram nas condições comunicativas imediatas e espontâneas. Já os gêneros secundários (ou complexos), predominantemente mediados pela escrita, surgiram em situações em um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado. (Cf BAKHTIN, 2003, P. 263). Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários utilizam dos gêneros primários e transforma-os, fazendo com que eles percam sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios.

Além dos aspectos sócio-históricos devem-se considerar o tempo e o espaço, haja vista que o gênero está ligado a uma origem cultural, delimitada por aspectos sociais que estão relacionados ao espaço e, toda cultura possui sua própria história relacionada ao tempo. Daí, o gênero, que nasce dentro de tal cultura, sofre modificações de acordo com o espaço e tempo.

Ao se considerar a linguagem como ação social, a produção de textos e a leitura passam a ser compreendidos como produtos da atividade de interação social,

cujos sentidos são produzidos a partir dos conhecimentos compartilhados entre os participantes desse processo de interação. Contudo, ao ler e produzir um texto, os indivíduos utilizam-se não só de conhecimentos linguísticos, mas também de conhecimentos textuais e discursivos, valorizando assim os elementos enunciativos.

Sendo assim, os gêneros discursivos permeiam nossa vida diária e organizam nossa comunicação, logo:

[...] quanto melhor dominarmos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena nitidamente descobriremos neles a nossa individualidade (onde é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado nosso projeto de discurso. (BAKTHIN, 2003, p. 285)

Infere-se, portanto, que falamos sempre por meio de gêneros em um determinado campo da atividade humana, sendo o contexto que determina as características do gênero a ser utilizado.

A expressão “gênero” que já esteve ligada aos gêneros literários, hoje conforme Marcuschi (2010) é vista como formas culturais e cognitivas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. Os gêneros variam como a língua, tendo em vista que se adaptam, se renovam e se multiplicam em relação as ações comunicativas, caracterizados assim, como eventos textuais altamente flexíveis, dinâmicos e plásticos .Logo, seria impossível se comunicar verbalmente exceto por algum gênero, bem como seria impossível comunicar-se a não ser por um texto, concluindo assim que o discurso se realiza nos textos.

Quanto à noção de gênero textual Marcuschi (2010, p 23) define como “uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”.

Desta forma, os gêneros não devem ser concebidos como modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como entidades dinâmicas, cujas formas culturais e cognitivas de ação social são realizadas na linguagem. Os gêneros por possuírem identidade limitam a nossa ação na escrita, tendo em vista que conduzem, na produção textual, a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas. (Cf MARCUSHI, 2008, p 156)

O autor também destaca que diferente do que muitos pesam, há uma distinção entre gênero e tipo textual. Segundo ele, utilizamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição. Os tipos textuais abarcam as seguintes categorias: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e dialogal.

Desta forma, a noção de gêneros textuais está respaldada em práticas sócias e saberes socioculturais, tendo em vista que podem sofrer variações em sua unidade temática, na sua forma composicional e no seu estilo, já a noção de tipo textual predomina uma sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição. Além disso, os gêneros não se definem por sua forma, mas por sua função, isto é, não podemos definir o gênero de acordo com as propriedades que deveriam ser necessárias. Assim, um gênero pode não ter determinada propriedade e continuar pertencendo aquele gênero, em outras palavras, um gênero pode ter a forma de outro, mas mesmo assim, continuar pertencendo aquele gênero. Esse fenômeno de hibridação Marcuschi (2010 p. 33) denomina como “intertextualidade intergêneros”.

A questão da intertextualidade intergêneros é um fenômeno em que há uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero e não pode ser confundida com a heterogeneidade tipológica do gênero, tendo em vista que esta se refere ao fato de um gênero realizar várias sequencias de tipos textuais (cf. MARCUSCHI, 2010, p 33).

Assim sendo, pode-se inferir que enquanto a concepção de gêneros refere-se à forma, ao conteúdo, aos propósitos comunicativos e ao seu percurso, a de gênero textual, em que estes são utilizados nos mais diversos ambientes linguísticos, retratam todo o processo social envolvido na comunicação que encerra. E “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.” (MARCUSCHI, 2008, p.154).

3.2 GÊNEROS DO DOMÍNIO JORNALÍSTICO

Para Bakhtin ([1997], 2003) existem três aspectos na constituição dos gêneros discursivos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. O conteúdo temático diz respeito às escolhas e propósitos comunicativos do autor em relação ao assunto abordado, o estilo refere-se a um modo de apresentação do conteúdo, e a construção composicional refere-se à organização discursiva. Nesse sentido, os gêneros do discurso são passíveis de mudanças, no decorrer do tempo e diante de situações que possibilitem alterações em alguma de suas características a fim de atender aos propósitos comunicativos e /ou contexto sociocultural.

A riqueza e a diversidade dos gêneros discursivos fizeram com que Bakhtin ([1997], 2003) classificasse os gêneros em primários e secundários, isto é, em gêneros da comunicação oral e gêneros da comunicação escrita.

Nessa perspectiva, integrando o grupo dos gêneros secundários, os textos jornalísticos aparecem pertencentes aos gêneros midiáticos – elementos constitutivos do universo informático e informacional. Assim, o texto jornalístico está relacionado:

[...] “a classe de unidades da comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2016, p. 49)

No que tange a classificação das manifestações jornalísticas dentro do gênero midiático, esta resulta do modo de articulação da imprensa e dos nomes atribuídos às muitas classes textuais que os jornalistas e colaboradores produzem.

Assim, focalizando em diversas manifestações, dentre elas a de natureza literária, por exemplo, o trabalho jornalístico, que é organizado e normatizado conforme padrões preestabelecidos subdivide-se em dois estágios complementares: os gêneros e os formatos.⁷

⁷ É válido ressaltar que tratar de gêneros e formatos praticados pela imprensa não é o mesmo que abordar tão somente as particularidades linguísticas e/ou textuais. O teor jornalístico não deve ser nivelado apenas pelo que se manifesta nos textos. (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2016, p.42)

Marques de Mello e Assis (2016) entendem o Jornalismo enquanto uma categoria comunicacional configurada por classes, que são entendidas como gêneros, e que se expressam sob distintas formas, denominadas formatos. Isto é, o Jornalismo seria uma categoria pertencente à modalidade de Comunicação periódica, inserida no conjunto da Comunicação massiva, dentro do campo da Comunicação. (Cf MARQUES DE MELO & ASSIS, 2016, p. 48).

Sendo assim, gêneros jornalísticos correspondem à “classe de unidades de Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação de informações da atualidade”. (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2016, p. 49).

Já o formato jornalístico, seria:

“o feitiço de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos particulares relacionados ao *modus operandi* de cada unidade”. (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2016, p. 50).

Marques de Melo (2009, p.35) então, classificou e distribuiu os gêneros e formatos jornalísticos da seguinte forma:

1. Gênero informativo

- 1.1. Nota
- 1.2. Notícia
- 1.3. Reportagem
- 1.4. Entrevista

2. Gênero opinativo

- 2.1. Editorial
- 2.2. Comentário
- 2.3. Artigo
- 2.4. Resenha
- 2.5. Coluna
- 2.6. Caricatura
- 2.7. Carta
- 2.8. Crônica

3. Gênero interpretativo

- 3.1. Análise

- 3.2. Perfil
- 3.3. Enquete
- 3.4. Cronologia
- 3.5. Dossiê

- 4. Gênero diversional
 - 4.1. História de interesse humano
 - 4.2. História colorida

- 5. Gênero utilitário
 - 5.1. Indicador
 - 5.2. Cotação
 - 5.3. Roteiro
 - 5.4. Serviço

Cada um desses itens possui características próprias, que o tornam único na esfera jornalística. Contudo, tudo indica que, para a linguística tal classificação é considerada inconsistente, tendo em vista que o significado de gênero para a comunicação não é o mesmo que para a linguística.

Para a linguística, os gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação, em que sua instabilidade é relativa ao momento histórico-social que surge e circula, sendo impossível serem compreendidos fora da linguagem em uma perspectiva discursiva. (Cf Marcuschi, 2008, p. 84-85).

Sendo assim, na produção de textos jornalísticos faz-se necessário determinar o domínio discursivo em que o gênero irá se inserir. Sobre o domínio discursivo, Marcuschi (2010, p. 24-25) expõe que:

[...] usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso*, etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.

É, então, pelas diferentes práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que a ação comunicativa se estabiliza e se transmite de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. (Cf MARCUSCHI, 2008, 124)

Assim, muitos gêneros são comuns a vários domínios, sendo necessário delimitar as funções e aspectos formais de cada gênero para assim enquadrá-los em um determinado domínio discursivo.

No domínio discursivo jornalístico encontram-se gêneros portadores de grande circulação social que tem como objetivo divulgar e comentar fatos e pontos de vista sobre produções culturais e acontecimentos de interesse social, os quais são relatados, comentados ou provocados. Nesse domínio, destacam-se vários gêneros como notícia, reportagens, artigos de opinião, editoriais, cartas do leitor, resenhas, entrevistas e debates. No entanto, como a presente pesquisa tem o intuito de analisar reportagens das revistas Veja e Carta Capital, interessa-nos apenas uma abordagem sobre o gênero textual reportagem .

3.3 GÊNERO REPORTAGEM.

O gênero é uma questão de acordo social, onde o texto tende a ser a materialização do enunciado. Nesse sentido a maioria dos gêneros tem características de fácil reconhecimento que sinalizam a espécie de texto a qual pertencem, sendo essas características, frequentemente relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas por eles.

Nesse sentido, por causa dos diferentes conhecimentos sobre os gêneros, dos diferentes sistemas de que os gêneros fazem parte, das diferentes posições e atitudes que as pessoas têm em relação a determinados gêneros, ou das suas diferentes atividades do momento as pessoas podem receber cada texto de formas diferentes. (cf. BAZERMAN, 2005, p.39)

Assim, os textos usados nas paginas das revistas Veja e Carta Capital foram construídos remetendo às convenções de dois gêneros distintos, notícia e reportagem, sendo afinal identificado aqui como pertencente a esse ultimo em decorrência do propósito comunicativo que realiza, tendo em vista que busca levar ao público-leitor o conhecimento dos fatos de uma forma abrangente.

Embora sejam de caráter informativo, os gêneros textuais reportagem e notícia são comumente confundidos, diferenciando informativamente na abordagem do

acontecimento. Isto é, a reportagem enquanto um gênero do domínio jornalístico vai trazer um apanhado muito maior de informações do que uma notícia, com muito mais detalhes, tendo como foco a interpretação de determinado acontecimento.

Outro aspecto que também as diferencia é em relação ao emprego do discurso direto e indireto, pois enquanto na reportagem assume uma mescla dos dois tipos, na notícia predomina-se o discurso indireto, tendo em vista que nela a linguagem é mais leve. Além disso, a reportagem trabalha com pauta mais complexas do que a notícia, visto que aponta causas, contextos e consequências. (Cf. LAGE, 1985, p.46-47).

Desta forma, pode-se afirmar que enquanto a reportagem enquadra-se entre os textos do jornalismo opinativo e informativo, a notícia está entre os textos do jornalismo informativo. Ou seja, a essência da notícia é o fato e a da reportagem é o acontecimento, e esta apesar de procurar manter um caráter objetivo, a reportagem exhibe um ângulo pessoal por parte do repórter/redator, comprovando que tal texto foi escrito a partir de uma perspectiva particular.

Nessa perspectiva, os textos aqui analisados são reconhecidos enquanto reportagem tendo em vista que engloba causas ou desdobramentos de uma notícia, mas com a liberdade de criar interpretações sobre o tema. Ou seja, a reportagem se mostra como um local onde o jornalista pode desenvolver o seu estilo de texto. É nesse modelo que o jornal/revista projeta sua capacidade de percepção dos fatos, bem como evidencia sua competência analítica. Assim, cada revista/jornal tem um estilo autoral, sendo esse um dos interesses nessa pesquisa: observar o estilo autoral da revista *Veja* e da revista *Carta Capital* ao referenciar a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Além disso, sabendo que as reportagens veiculam o posicionamento de determinado grupo, interessa-nos também analisar a que público-leitor o mercado dessas revistas estão destinados.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA

Diante das discussões teóricas abordadas nos capítulos anteriores, este capítulo visa apresentar uma síntese do corpus a ser investigado e a metodologia adotada para tal análise.

4.1 MÉTODO DE ANÁLISE

O presente trabalho, inserido no quadro da Linguística Textual e da Pragmática, pretende observar a noção de (re)categorização associada à de Imagem Social, no intuito de contribuir para os estudos sóciointeracionais.

Assim, ao longo dos primeiros capítulos, procurou-se abordar as teorias sobre Referenciação e Polidez a fim de compreender os procedimentos analíticos que cada teoria desempenha em sua respectiva área de estudo.

Partindo desse pressuposto, as reportagens podem ser vistas enquanto um gênero em que se propõe unir essas duas teorias. Nesse sentido, no terceiro capítulo buscou-se abordar os gêneros jornalísticos, situando o gênero reportagem com o intento de apresentar uma perspectiva desse suporte.

Portanto, os capítulos teóricos abordados neste trabalho são de suma importância para a fundamentação dos conceitos que aqui serão utilizados para análise da referenciação e imagem social. Desta forma, a proposta metodológica que orienta o presente trabalho encontra-se pautada no critério da pesquisa qualitativa e interpretativa.

Assim, com base nesse levantamento bibliográfico sobre Referenciação e Polidez, a análise aqui pretendida busca analisar comparativamente o processo de referenciação, em seu curso de categorização e recategorização, com a finalidade de verificar como o objeto de discurso “Dilma Rousseff” se concretiza, em duas revistas de posicionamentos antagônicos – VEJA e Carta Capital, que traziam como tema o impeachment e acusações contra a ex-presidente do Brasil.

Além disso, pretende-se mostrar, também, como a face da ex-presidente Dilma Rousseff, é construída e desconstruída discursivamente por meio das estratégias de referenciação usadas pelas revistas Veja e Carta Capital em suas reportagens e como o uso de tais categorias contribui para a formação de opinião e convencimento do leitor.

Isto posto, serão adotados alguns procedimentos durante a análise quanto aos processos de referenciação e polidez. No que diz respeito ao processo de referenciação a análise será feita a partir de trechos em que se examinarão os recursos lexicais usados para (re)construir o objeto de discurso Dilma Rousseff nas matérias jornalísticas, bem como verificar como o processo de referenciação, no seu curso de categorização e recategorização do objeto de discurso, contribui para a construção do sentido do texto. Além disso, será analisado, também, como a (re)construção dos objetos de discurso no processo de referenciação textual, contribui para a construção da opinião do leitor de Veja e Carta Capital.

Para a observação da polidez a análise será feita com base nas expressões referenciais utilizadas pelas duas revistas – Veja E Carta Capital - para (re)categorizar Dilma, com a finalidade de verificar como a imagem social da ex-presidente do Brasil é construída e desconstruída discursivamente pelas duas revistas por meio de tais estratégias referenciais.

Assim sendo, a pesquisa aqui realizada busca a interpretação de aspectos linguísticos, textuais e discursivos que envolvem o referido corpus, a fim de um maior entendimento a respeito do aporte teórico que compõe esse estudo.

4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

No que se refere às categorias de análise dos processos referenciais no gênero reportagem, optou-se por analisar a introdução referencial, que diz respeito à primeira ocorrência do referente na materialidade do texto e as anáforas, responsáveis pelas continuidades referenciais. Já no que se refere à polidez linguística as categorias analisadas referem-se a produção de um ato ameaçador de face (AAF'S) e qual estratégia de polidez usada para atenuar essa ameaça à face.

4.3 NATUREZA DOS DADOS

Nesta seção do trabalho, tem-se a apresentação das 8 reportagens retiradas dos sites das revistas *Veja* e *Carta Capital*, utilizadas como corpus de análise dessa pesquisa. Elas são numeradas de acordo com a ordem cronológica, sendo primeiramente mencionadas as reportagens da revista *Veja* e posteriormente, as da revista *Carta Capital*, tal como serão citadas no decorrer da análise.

Além disso, comenta-se, sucintamente, o contexto das reportagens e os assuntos abordados em cada uma, contudo apesar de haver imagens associadas aos textos das reportagens, nos interessa apenas o texto publicado. Ou seja, não são aqui analisamos os aspectos multimodais.

Ademais, é interessante abordar que a *Veja* é uma revista brasileira de distribuição semanal, lançada em São Paulo em 11 de setembro de 1968 pela Editora Abril. Criada por Victor Civita e Mino Carta, a revista aborda temáticas de abrangência nacional e internacional envolvendo assuntos políticos, econômicos, culturais e tecnológicos. Embora seja considerada uma das mais tradicionais revistas de informação e opinião do Brasil, e afirme que sempre defendeu os valores éticos comuns às sociedades civilizadas e avançadas, seu posicionamento, bem como o quadro de jornalistas e colaboradores profissionais que a compõem são mais conservadores e de direita, se destacando nos últimos anos por ser veemente contrária ao governo federal petista entre 2002 e 2016. (Cf. FERNANDES, 2016). Sendo assim, por possuir um público/consumidor de classe média e alta seus textos tornaram-se veículo de divulgação escrita de caráter conservador e de direita.

Muito mais nova do que a revista *Veja*, a revista *Carta Capital* fundada em agosto de 1994 pela Editora Confiança foi criada por Mino Carta, um dos fundadores de revistas como *Veja*, *Isto É* e *Quatro Rodas*. Alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira aborda temas políticos, econômicos e culturais mais progressistas. Isto é, busca compartilhar uma ideologia de centro-esquerda, defendendo um maior controle do Estado na economia, a interferência do governo em quase todos os setores sociais e a igualdade como uma base ideológica, acima de fatores culturais, morais e religiosos. (Cf. FERNANDES, 2016).

É válido ressaltar, ainda, que todas as reportagens foram publicadas durante o período em que ocorreu o processo de impeachment da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Desta forma, as reportagens trazem como tema o impeachment e acusações contra a ex - representante presidencial.

4.3.1 Reportagens Da Revista “Veja”

Reportagem nº 1 – Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamas – 03 de maio de 2016.

Às vésperas da votação do impeachment, Dilma Rousseff acende a chama da tocha olímpica no Palácio do Planalto, em Brasília. Há então, a construção de metáforas em relação a imagem da Dilma por trás do fogo olímpico.

Reportagem nº 2 - Confira a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma – 12 de maio de 2016

A votação que definiu a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff é destaque principal em boa parte da imprensa internacional.

Reportagem nº3 – Dilma prepara discurso pós – impeachment – 31 de agosto de 2016

Dilma Rousseff prepara um pronunciamento para fazer após o julgamento do processo de impeachment, tendo em vista que já não tem mais esperanças de vencer essa batalha. Em seu discurso que contará com um tom emocional, faz questão de reiterar que a democracia está sendo ferida de morte por um ‘golpe’ de Estado.

Reportagem nº 4 – Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT – 31 de agosto de 2016.

Após 9 meses, o processo de impeachment chega ao fim, encerrando também o ciclo de poder do Partido dos Trabalhadores, que enquanto a maior hegemonia partidária ocupou o Planalto por treze anos.

4.3.2 Reportagens Da Revista “Carta Capital”

Reportagem nº 5 – Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma Rousseff – 17 de abril de 2016.

A Câmara aprovou, no dia 17 de abril, a admissibilidade do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, fechando uma disputa entre os deputados federais que durou cinco meses e que teve como principal membro o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), responsável por acatar o processo.

Reportagem nº 6 – Dilma leva tema do impeachment à ONU – 22 de abril de 2016.

Dilma Rousseff levou o impeachment à Organização das Nações Unidas (ONU), em discurso perante 130 chefes de Estado, tendo em vista conquistar simpatia da mídia e de organismos estrangeiros.

Reportagem nº 7 – A última esperança - 29 de julho de 2016

Dilma Rousseff aguarda afastada o julgamento do impeachment, mas apesar de ainda ter esperanças de voltar ao cargo, acredita se o julgamento for confirmado haverá uma desgraça na política do país.

Reportagem nº8 – Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado – 31 de agosto de 2016.

Na quarta-feira 31 de agosto todos esperam o veredito do Senado quanto a cassação ou não do mandato de Dilma Rousseff como presidente do Brasil. Se confirmada, a tendência é que o PMDB retorne ao poder pela terceira vez de forma indireta.

4.4 CONTEXTO HISTÓRICO DAS REPORTAGENS: O PROCESSO DE IMPEACHMENT

Aqui será abordado um panorama do processo de *impeachment* contra a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff e seus desdobramentos. Para isso, foi utilizado como apoio a obra “Impeachment: instrumento de democracia” coordenada pelos juristas Ives Gandra da Silva Martins, Dircêo Torrecillas Ramos, Mayr Godoy, Sergio Ferraz e publicada pela Editora IASP- Instituto dos Advogados de São Paulo, e a sentença sobre o *impeachment* divulgada pelo Senado Federal.

Para que aconteça um processo de *impeachment* é necessário que haja um pedido contra o presidente e que o mesmo seja apresentado junto a Câmara dos Deputados. Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, a Câmara recebeu mais de 30 pedidos de *impeachment*.

Em setembro de 2015, os juristas Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reali Júnior e Janaina Conceição Paschoal apresentaram denúncia em face da então presidente da República, a Sra Dilma Vana Rousseff, haja vista a prática de crime de responsabilidade requerendo que fosse decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos. (Cf MARTINS, et AL 2016).

Neste documento, a presidente do Brasil em exercício é acusada de fraudar as contas de sua campanha à reeleição e de violar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto é, Dilma Rousseff deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras Públicas como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, contrariando a proibição de fazer empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do país. A essa suplementação orçamentária sem aprovação do Congresso chamou-se de pedaladas fiscais.

Além disso, Dilma Rousseff também foi suspeita de envolvimento em atos de corrupção junto a Petrobrás, que eram objeto de investigação da Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato.

Em resposta, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acatou a denúncia, feita pelos juristas, sendo favorável a criar uma Comissão Especial, eleita em Plenário, destinada a proferir parecer ao pedido de autorização para instaurar processo em desfavor da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

A Comissão Especial do Impeachment foi criada, então, em março de 2016 por sessenta e cinco membros titulares e sessenta e cinco suplentes, e durou cerca de 20 dias, sendo encerrada no dia 11 de abril quando o parecer do relator Jovair Arantes favorável ao impedimento da presidente Dilma foi aprovado, por 38 votos a favor e 27 contra.

Após o parecer da Comissão Especial, o relatório seguiu para a votação no Plenário da Câmara a fim de definir se a peça acusatória deveria ou não ser objeto de deliberação no âmbito do Senado Federal, sendo, portanto, aprovada, no dia 17 de abril, pelos Deputados com o total de 367 votos favoráveis e 137 contrários a abertura do inquérito contra a presidente.

Antes de ser enviado ao Senado Federal, o STF impôs que fossem cumpridas algumas etapas para discutir a abertura do inquérito contra Dilma, sendo elas: uma comissão especial de admissibilidade, cujo relatório foi aprovado por 15 votos favoráveis e 5 contrários e uma comissão no plenário do Senado, cujo relatório também foi aprovado com 55 votos a favor e 22 votos contra.

Dado como aberto o inquérito de impeachment contra Dilma Rouseff, o Senado, responsável por julgar o mérito das acusações, aprofundando-se nas investigações, determinou o afastamento da presidente Dilma Vana Rousseff de suas funções por seis meses até a conclusão do processo, assumindo interinamente seu vice, Michel Temer.

Nesses três meses, a Comissão especial do impeachment do Senado apurou as denúncias do processo quanto ao crime de responsabilidade e à violação de leis relativas ao orçamento e ao controle fiscal, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ouviu testemunhas da acusação e da defesa e debateu política e juridicamente o caso.

Finalizados os trâmites da Comissão Especial do Impeachment, o processo seguiu para a fase final, o julgamento, que ocorreu de 26 a 31 de agosto em sessão plenária do Senado, presidida pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Nesse período Dilma foi ao plenário do Senado fazer sua defesa, e responder aos questionamentos dos senadores. No dia 31, houve a votação definitiva para que houvesse sua condenação, contudo foi requerido que ocorressem duas votações:

uma referente à perda do mandato da presidente e outra sobre a perda dos seus direitos políticos.

Na primeira votação, os senadores decidiram por 61 votos a favor e 20 votos contra, por destituir Dilma Rousseff da Presidência da República, e na segunda votação apenas 42 senadores votaram a favor da inabilitação de Dilma para funções públicas pelos próximos oito anos, sendo, portanto, insuficientes para retirar seus direitos às funções públicas. Assim, Dilma segue com seus direitos públicos preservados podendo até se candidatar nas próximas eleições em 2018.

CAPÍTULO 5

REFERENCIAÇÃO E IMAGEM SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL

Sabe-se que no final do ano de 2015 e no ano de 2016 houve uma reconfiguração de caráter ordinário no cenário político brasileiro. A representante presidencial, Dilma Vana Rousseff, foi acusada de crime de responsabilidade por improbidade administrativa, levando o parlamento a dar início a um processo de *impeachment*. Nesse cenário e com o agravamento da crise econômica no país sua credibilidade, bem como sua popularidade foram afetadas. Nesse sentido, houve uma ameaça de face e, conseqüentemente, uma degradação da imagem social da presidente.

Algumas revistas brasileiras acompanharam todo o desenrolar desse processo, e por meio de reportagens, expuseram diferentes pontos de vista em relação ao fato. Nessa perspectiva, ao produzirem suas reportagens, os jornalistas assumem uma postura de comentarista da informação atribuindo aos seus textos determinada carga opinativa. Contudo, percebe-se que, apesar do pressuposto da isenção, observa-se uma postura crítica dos repórteres nas informações transmitidas, visto que cada revista constrói sua posição subjetivamente, com vistas a alcançar determinado público.

Assim, para construir um posicionamento em seus textos, o produtor utiliza-se de algumas estratégias linguísticas como a referenciação que:

[...] constitui, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico eu tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Isto é, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. (KOCH, 2011, p.61)

Essas escolhas significativas para representar estados de coisas, visando à proposta de sentido, podem, também, ser percebidas em alguns gêneros jornalísticos. A principal característica de um gênero jornalístico informativo como a reportagem é levar ao público-leitor o conhecimento dos fatos de uma forma abrangente, isentando-se, na teoria, de qualquer sinal de tendencialidade. Contudo,

percebe-se que não há isenção de postura crítica dos jornalistas diante da informação transmitida, pois cada revista/jornal tem um estilo autoral e projeta, em suas reportagens, a sua capacidade de percepção dos fatos evidenciando sua capacidade analítica, bem como sua capacidade em escolher objetos de discurso para subjetivamente alcançar determinado objetivo.

Nesse sentido, as reportagens retiradas das revistas Veja e Carta Capital são modelos fact story (fatos) de estrutura textual descritiva, sendo a disposição das informações apresentadas em ordem decrescente de importância.

Sob essa perspectiva, busca-se aqui verificar como o objeto de discurso “Dilma Rousseff” se concretiza nas reportagens da Veja e Carta Capital, bem como mostrar como tais revistas constroem a imagem social da ex-presidente, tendo em vista as categorizações a ela atribuídas.

5.1 O OBJETO DE DISCURSO DILMA ROUSSEFF NA REVISTA VEJA

5.1.1 Reportagem nº 1 – Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamadas – 03 de maio de 2016

[Política](#)

Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamadas

Por Da Redação

access_time 3 maio 2016, 13h51

Sim, é verdade que Dilma Rousseff não anda muito cuidadosa com a própria imagem. Foi-se o tempo em que cada ato da presidente era minuciosamente calculado por João Santana, seu marqueteiro, preso pela Operação Lava-Jato e hoje recolhido à cadeia em Curitiba. A petista, acusada pelas famosas pedaladas fiscais, pedala (!) há meses nas proximidades do Palácio da Alvorada. Os passeios matinais são, invariavelmente, um prato cheio para fotógrafos. Nesta terça-feira, na chegada da chama olímpica ao país, Dilma ofereceu ao distinto público mais imagens emblemáticas do momento que atravessa.

Às vésperas de ser afastada do Palácio do Planalto, lá estava ela diante do fogo que ardia na pira: o mandato presidencial em chamas se materializava na imagem de Dilma ardendo por trás do fogo olímpico. Há mais: para a festa, a rampa do Planalto foi transformada numa pista de atletismo. Em pleno processo de impeachment, com Dilma prestes a descer a rampa (e o vice Michel Temer contando os dias para escalá-la), a ideia de ornamentar o caminho com raias de corrida soa quase que como uma ironia. Já no fim da festa (sim, a despeito da crise em seu ápice, a Praça dos Três Poderes mais parecia um parque de diversões em dia de domingo), um ciclista parou para guardar uma lembrança do dia histórico. Estacionou sua bicicleta ao pé da rampa e se pôs a tirar fotos. Estava dada mais uma cena curiosa nestes tempos de pedaladas: uma bicicleta no sopé da rampa do Planalto. Dilma em chamas, a rampa transformada em pista de corrida, as pedaladas no Planalto... Em Brasília, hoje, as metáforas não poderiam ser mais apropriadas.

Figura 6 Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamas
(Fonte: veja.abril.com.br/política)

A primeira reportagem a ser aqui analisada foi publicada no site da revista *Veja* no dia 3 de maio de 2016 e estabelece uma relação de comparação entre o acendimento da pira olímpica por Dilma Rousseff e o fato de seu mandato estar em ruínas. Ou seja, o jornalista usa de metáfora para falar da imagem pública de Dilma.

Nesse sentido, é bom ressaltar que o momento político em que o Brasil se encontrava nessa época era de desordem, pois Dilma Rousseff foi acusada de improbidade administrativa e de dar pedalada fiscais, sendo a denúncia acatada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha e o processo de *impeachment* levado a votação na Câmara dos Deputados.

Assim, ao ler a reportagem, que retrata em parte esse assunto, observa-se logo no título a introdução de um objeto de discurso por meio do nome “**Dilma**” que é retomado diversas vezes ao longo do texto por meio de expressões anafóricas, nomes e pronome.

Nesse sentido no curso da progressão textual viu-se que esse referente é retomado de forma direta por meio dos sintagmas “**presidente**”, “**Dilma Rousseff**”, “**a petista**”, pelo pronome “**ela**”, como também pela repetição do item lexical “**Dilma**”. Essas formas referenciais são classificadas como anáforas diretas uma vez que reativam o referente “Dilma” que já foi previamente estabelecido no texto, exercendo com ele uma relação de correferencialidade.

Além das anáforas diretas, estão presentes, ao longo da reportagem, anáforas indiretas cuja interpretação depende da ativação sociocognitiva de informações dispostas no texto. Assim, nota-se logo no título que a expressão “**mandato em chamas**” trata-se de um tipo de anáfora indireta, isto é, na verdade essa expressão é considerada um rótulo prospectivo uma vez que essa lexicalização precede informações que serão fornecidas na reportagem.

Ao longo do texto aparecem também expressões que funcionam como pistas textuais na construção do sentido do texto, exemplo é a expressão predicativa “**não anda muito cuidadosa**” que ancora de forma implícita, por meio de processo cognitivo inferencial à Dilma e ao fato dela não estar aparentemente cuidando de sua imagem.

Além desses há ainda as expressões referenciais “**Dilma ardendo por trás do fogo olímpico**” e “**Dilma em chamas**” que também se configuram como anáforas indiretas, tendo em vista que não possuem um antecedente explícito no cotexto, mas através de inferências, pode-se constatar que estão se referindo a ex-presidente Dilma Rousseff e a imagem de seu mandato.

Ademais, pode-se notar a presença de outro rótulo prospectivo representado pela expressão “**mais imagens emblemáticas**” que encapsula uma informação que será dada a seguir, de que algumas imagens do Palácio do Planalto no período dos jogos olímpicos se materializaram no governo Dilma.

É válido ressaltar ainda que a presença da expressão “acusada pelas famosas pedaladas fiscais” que se apresenta como um aposto explicativo e anáfora direta junto com a expressão anafórica “presidente” são (re)categorizações que podem influenciar na orientação argumentativa do texto, bem como a expressão “Dilma em chamas”.

O modo como o objeto de discurso “Dilma” é categorizado e recategorizado demonstra que o jornalista deixa transparecer seu posicionamento político ao redigir o texto. Assim, a revista Veja enquanto um veículo de informação de ideologia de direita reproduz um discurso condizente com o seu posicionamento, fazendo uso de termos que corroborem com tal visão. Exemplo que reafirma esse ponto de vista pode ser observado pelo uso da anáfora direta “presidente” que revela um posicionamento tendo em vista que se opõe a forma que a revista de apoio a Dilma se refere a ela.

Além disso, ao fazer uso da metáfora “Dilma em chamas” o jornalista fornece indícios de que essa recategorização revela um ponto de vista, haja vista que o posicionamento do enunciador induz o leitor a determinada opinião sobre a situação que se encontra o governo de Dilma Rousseff.

Nessa perspectiva de usar as (re)categorizações para expressar determinada opinião e posicionamento, o jornalista da Veja comete um ato de ameaça de face a Dilma reproduzindo uma imagem negativa dela e de seu mandato por meio das expressões “imagem de um mandato em chamas”, “imagens emblemáticas do momento que atravessa”, “Dilma em chamas” e as “pedaladas no Planalto”. O uso dessas insinuações, expressões indiretas e de ambiguidade funcionam como estratégia de polidez indireta, pois o jornalista ameaça a face positiva de Dilma indiretamente, sendo seu ato comunicativo mal definido, deixando a interpretação por parte do leitor.

Desta forma, o jornalista da Veja faz uso das estratégias 1,2,9 e 11 da polidez indireta (*off-records*) para atenuar a ameaça à face positiva de Dilma e por conseguinte provoca uma implicatura conversacional a partir da quebra da máxima do modo, proposta por Grice (1982).

5.1.2 Reportagem nº 2 - Confira a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma - 12 de maio de 2016

Confira a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma

Votação que definiu abertura de processo contra presidente é destaque nos principais veículos de comunicação do mundo

Por **Veja São Paulo**

access_time 27 dez 2016, 17h57 - Publicado em 12 maio 2016, 10h10

A aprovação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) é destaque principal em boa parte da imprensa internacional nesta quinta (12). Os veículos de comunicação mais conceituados do mundo colocaram em suas páginas principais na internet o resultado da votação ocorrida no Senado.

Na manhã desta quinta (12), chegou ao fim a sessão, iniciada na quarta (11), que decidiu pela abertura do processo de impedimento da petista. Enquanto é analisado o processo, Dilma ficará afastada do cargo por 180 dias. Se for considerada culpada, a petista ficará inelegível por oito anos e não poderá desempenhar nenhuma função pública. Ela é processada por crime de responsabilidade fiscal.

O New York Times destacou em sua manchete o resultado da sessão no Senado: “Presidente do Brasil é afastada; começa o julgamento do impeachment”. O jornal americano apontou ainda que o processo pode durar até seis meses e que as graves crises política e econômica pela qual passa o país colaborou para o desgaste da presidente.

O britânico The Guardian ressaltou que a “primeira mulher presidente do país” é acusada de crimes fiscais. A publicação lembrou esse é o segundo processo de impeachment realizado no Brasil após a redemocratização. O Guardian ponderou que o processo é mais político do que legal e afirmou que irregularidades similares cometidas por outros governantes no Brasil não foram punidas com a perda de mandato.

Os dois maiores jornais da Argentina, La Nacion e Clarín, também colocam o resultado da votação no Senado com notícia principal de seus websites. O Clarín fala em sessão histórica, que afastou a presidente por 180 dias e explica que a maratona da votação durou mais de 20 horas. No La Nacion, noticia ainda que o vice Michel Temer (PMDB) assumirá o cargo ainda nesta quinta. Na publicação, ainda tem destaque uma declaração do presidente argentino, Mauricio Macri, que pediu “respeito ao processo institucional ocorrido no Brasil” e apostou na “consolidação da democracia brasileira”.

O francês Le Monde começou seu texto sobre o processo de impeachment da presidente com uma analogia futebolística: “Fim de jogo para Dilma Rousseff”. O jornal fala sobre como a líder de esquerda tornou-se impopular no país e que seu processo de impedimento agora será conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Já o espanhol El País, além de notificar o afastamento da presidente, também trouxe informações sobre as comemorações de grupo anti-Dilma e fez um perfil de Temer, considerado “discreto e ambicioso”.

O chileno Diário Financiero traz em sua capa uma foto de Dilma de costas, com as mãos sobre a cabeça, sinalizando desconforto. Sob o título “Senado no Brasil aprovou o processo de destituição de Dilma Rousseff”, o jornal classifica o resultado da votação no Senado como “uma dura derrota política da mandatária”. O colombiano El Espectador destaca que a possível destituição de Dilma colocaria fim não só ao mandato da “ex-guerrilheira esquerdista de 68 anos, que em 2011 assumiu como a primeira presente mulher do Brasil, mas marcaria o fim de mais de 13 anos de governo do esquerdista Partido dos Trabalhadores”.

O uruguaio El Observador notou a hesitação do senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello, que também sofreu processo de impeachment, em definir seu voto. Também mereceu espaço a informação de que os pertences de Dilma foram retirados na tarde de quarta-feira, 11, do Palácio do Planalto e direcionados à residência oficial, o Alvorada, onde ela deve aguardar o resultado de seu julgamento. O venezuelano Telesur classificou o resultado da votação no Senado como um “golpe à democracia” e um “feito sem precedentes” já que a “mandatária é acusada sem provas”. O site destaca uma foto de manifestantes segurando uma faixa onde se lê “golpe”, com o logo da Rede Globo. **(Com Estadão Conteúdo)**

Figura 7 Confira a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma

(Fonte: veja.abril.com.br/política)

Na segunda reportagem publicada dia 12 de maio de 2016 pela revista Veja em seu endereço eletrônico, o jornalista destaca os reflexos no mundo, bem como a opinião de certos países sobre a aprovação do processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

É válido ressaltar que nesse período o processo de impeachment já havia sido votado no plenário da Câmara por 55 votos a favor e 22 contra. Nessa conjuntura o Senado Federal abriu a votação, afastando Dilma da Presidência da República por 180 dias, assumindo seu vice, Michel Temer.

Percorrendo a reportagem, logo no título, tem-se a introdução e ativação do objeto de discurso “**o impeachment de Dilma**” que se configura como um rótulo prospectivo, tendo em vista que sua lexicalização precede informações que serão a seguir transmitidas. Isto é, essa anáfora indireta encapsula as informações do processo de votação contra a ex-presidente Dilma Rousseff.

O uso desse rótulo corrobora para a construção da imagem social negativa de Dilma, tendo em vista que o *impeachment* de um presidente denigre a imagem do representante político. Nessa perspectiva, o referente Dilma é ativado, na reportagem por meio desse rótulo, sendo retomado por menções e (re)categorizações ao longo da reportagem.

Por menção pode-se perceber quando o jornalista usa do sintagma nominal como “**Dilma Rousseff**” e do uso do pronome “**ela**”. E no que tange a retomada por meio de categorização e recategorização, o objeto de discurso “Dilma” sofre a primeira categorização por meio do sintagma “**presidente**”, sendo recategorizada pelas anáforas diretas, “**petista**”, “**a líder esquerdista**” e “**a mandatária**”.

Além dessas anáforas usadas pela revista Veja, há ainda outras usadas em reportagens de diferentes jornais ao redor do mundo que o jornalista da Veja para corroborar com seu ponto de vista a respeito de Dilma e o processo de *impeachment*.

Nessa conjuntura, o New York Times usa em texto a expressão “**o desgaste da presidente**” que funciona como um rótulo retrospectivo uma vez que resume as informações dadas a respeito da ex-presidente ajudando a Veja a transmitir seu ponto de vista.

Outro jornal abordado pelo jornalista da Veja nessa reportagem é o britânico “The Guardian” que categoriza Dilma como “**a primeira mulher presidente do país**” e logo em seguida recategoriza por meio da anáfora direta “**acusada de crimes fiscais**” que possui uma relação correferencial com o objeto de discurso anteriormente introduzido.

Os jornais “La Nacion” e “Clarín” também são mencionados dando destaque para o comentário do presidente Argentino, Mauricio Macri, sobre a votação do *impeachment*, ressaltando na anáfora indireta “**consolidação da democracia brasileira**”. Essa anáfora se encontra em dependência interpretativa a elementos cotextuais e por meio de processo cognitivo inferencial mobiliza conhecimentos armazenados na memória do leitor. Ou seja, o leitor precisa realizar um processo cognitivo inferencial relacionando esta anáfora à informação dita anteriormente sobre a posse de Temer como presidente interino, e o resultado da votação do *impeachment* como sendo ações que fortalecem a democracia brasileira.

O jornal francês “Le Monde” usa de um rótulo prospectivo, “**Fim de jogo para Dilma**” para dizer ao leitor o que o espera. Ademais o jornal categoriza Dilma por meio da anáfora direta “**a líder de esquerda**” e a recategoriza por meio da anáfora indireta “**impopular**”.

Além desses, os jornais “Diário Financeiro”, do Chile, e o “Telesur”, da Venezuela também categorizam Dilma por meio da anáfora direta **“a mandatária”** representando um referente já construído no texto.

Por fim, o jornalista da Veja usa do jornal colombiano “El espectador” que categoriza a ex-presidente por meio da anáfora direta **“ex-guerrilheira esquerdista de 68 anos”**, que ancora cognitivamente à Dilma Rousseff. Em seguida, o jornal recategoriza Dilma enquanto **“a primeira presidente mulher do Brasil”** estabelecendo uma relação de correferencialidade com o referente.

Essas (re)categorizações dos jornais internacionais ajudam o repórter da revista Veja a construir um ponto de vista no leitor sobre a repercussão da votação do *impeachment*, como também colaboram para a construção negativa da imagem da Dilma Rousseff e seu mandato enquanto presidente do Brasil.

Ou seja, ao fazer uso dessas expressões o repórter quebra a face positiva de Dilma, pois usa de insinuações (estratégia 1 da estratégia off Record) e pistas de associação (estratégia 2 da estratégia off Record) feitas por outros jornais para corroborar seu ponto de vista. Isto é, atribui de certa forma, aos outros jornais a responsabilidade do enunciado irônico e indireto.

5.1.3 Reportagem nº 3 – Dilma prepara discurso pós-impeachment – 31 de agosto de 2016

[Brasil, Política](#)

Dilma prepara discurso pós-impeachment

O tom do pronunciamento será emocional e tem a intenção de protestar contra a ‘ruptura institucional’, assim como fez na segunda-feira no Senado

Por **Da redação**

access_time31 ago 2016, 13h32 - Publicado em 31 ago 2016, 08h27

A presidente afastada Dilma Rousseff já prepara um pronunciamento para fazer após o julgamento do processo de impeachment. Sem esperança de vencer a batalha, Dilma ainda não redigiu o texto, mas planeja reiterar o argumento de que a democracia está sendo ferida de morte por um golpe de Estado.

O pronunciamento deverá ser feito no Palácio da Alvorada e divulgado nas redes sociais. O tom será emocional, na linha de que a história fará justiça à primeira mulher eleita presidente.

Dilma quer destacar que nunca desviou dinheiro público e está sendo vítima de uma “injustiça” política, pagando alto preço por contrariar interesses. Sua intenção é protestar contra a “ruptura institucional”, como fez na sessão de defesa do Senado, durante quase 14 horas, na segunda-feira.

Apesar da expectativa desfavorável sobre sua sentença, a presidente afastada fez, na terça, vários telefonemas para senadores. A todos, apelava para que não a condenassem sem provas. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva permaneceu em Brasília e procurou os que se diziam indecisos, além de dirigentes de partidos.

Lula tinha expectativa de que a bancada do Maranhão – detentora de três votos – pudesse apoiar Dilma. Após a primeira conversa que teve com o senador Edison Lobão (PMDB-MA), porém, o presidente interino Michel Temer fez pressão sobre os três maranhenses.

Ex-ministro de Minas e Energia nos dois governos do PT, Lobão avisou Lula que não seria possível votar contra o impeachment. Um dirigente do PT disse que o ex-presidente previa há tempos o desfecho desta crise, mas tentou até o último minuto virar votos para não ser acusado de abandonar Dilma.

Figura 8 Dilma prepara discurso pós-impeachment

(Fonte: veja.abril.com.br/política)

Na reportagem publicada dia 31 de agosto de 2016 a Veja retrata a preparação da defesa de Dilma Rousseff para o julgamento do processo e do discurso de pronunciamento dela após o julgamento do impeachment.

No título constata-se a introdução do objeto de discurso “**Dilma**” que ao longo do texto é reitegrado/reativado por expressões nominais. Assim, uma vez introduzido, esse objeto de discurso é mantido e reconstruído no decorrer da reportagem, dando continuidade a cadeia referencial já iniciada.

Nessa perspectiva, no primeiro parágrafo, o referente “Dilma” é retomado e categorizado pela expressão “**a presidente afastada Dilma Rousseff**”. Essa expressão é uma ocorrência anafórica por correferencialidade que retoma de forma direta o referente que já havia sido utilizado e que reaparece por menção no quarto parágrafo.

Há ainda a ocorrência de outra anáfora direta, no segundo parágrafo, representada pela expressão nominal “**primeira mulher eleita presidente**” retomando e recategorizando Dilma, evitando a repetição do referente e permitindo a coerência e a progressão do texto.

Além das anáforas diretas, há também anáforas indiretas que tem status de referente novo, mas estão expressas no cotexto como conhecidas. É o caso da expressão “**discurso pós-impeachment**”, que é um novo referente, mas está ancorado cognitivamente ao referente Dilma. Esse referente é por sua vez retomado no subtítulo e recategorizado por meio da anáfora direta “**pronunciamento**”.

Além dessa expressão, tem ainda a **“vítima de uma injustiça política”** e **“ruptura institucional”** que podem ser consideradas anáforas diretas pois há uma relação de correferencialidade explícita entre o referente Dilma e essas expressões,

Ao fazer uso da expressão anafórica “vítima de uma “injustiça” política” o jornalista da Veja utiliza da estratégia 8 de polidez indireta, off-records, tendo em vista que viola a máxima do modo sendo irônico ao colocar entre aspas a palavra injustiça. Além dessa expressão, observa-se uso da ironia também ao usar a frase “O tom será emocional, na linha de que a história fará justiça à primeira mulher eleita presidente.” Nessa frase o jornalista usa de tom irônico para referir-se a Dilma e ao seu discurso como sendo um pronunciamento emotivo a fim de comover a bancada do senado federal.

Sendo assim, a revista Veja usa dessas expressões para fazer um ato de ameaça de face implícito, deixando ao leitor a interpretação do que pretendeu dizer sobre Dilma, o julgamento e seu discurso de defesa, mas faz isso por meio da ironia.

Ou seja, ele usa da indiretividade provocada pela ironia das expressões anafóricas para para induzir o leitor a determinada opinião sobre a ex- representante presidencial do Brasil e o julgamento do processo de impeachment.

5.1.4 Reportagem nº 4 - Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT – 31 de agosto de 2016

[Brasil, Política](#)

Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT

Processo que chega hoje ao fim se estendeu por nove meses pôs e encerrou maior hegemonia partidária da democracia brasileira

Por **Carolina Farina, Laryssa Borges, Marcela Mattos e Felipe Frazão**
access_time31 ago 2016, 16h32 - Publicado em 31 ago 2016, 13h35

O primeiro julgamento de Dilma Vana Rousseff se deu há 46 anos e foi imortalizado em uma fotografia que estampou a capa do extinto jornal *Última Hora* em 18 de novembro de 1970: aos 22 anos, a militante da luta armada contra a ditadura militar encara com uma firmeza triste o tribunal, enquanto os que a julgam escondem seus rostos da câmera. Dilma foi torturada e condenada a seis anos de cadeia, dos quais cumpriu 28 meses, até o final de 1972, no Presídio Tiradentes, em São Paulo. O segundo julgamento de Dilma Vana Rousseff encerrou-se nesta quarta-feira. Às 13h35 o painel do Senado Federal confirmou o já esperado veredicto: por 61 votos a 20, ela foi condenada por crime de responsabilidade – e definitivamente afastada do Palácio do Planalto, embora tenha mantido os direitos políticos. A postura dos juízes deste 31 de agosto e o fato de Dilma ter sido eleita com pouco mais de 54 milhões de votos em outubro de 2014 escancaram a diferença fundamental entre os dois julgamentos: o Brasil é hoje uma democracia. E um regime democrático não é simbolizado apenas pelo voto popular. São as instituições que formam um Estado democrático de direito.

Ao cancelar o processo que culminou na queda de Dilma, as instituições brasileiras acabaram também por encerrar o ciclo de poder do Partido dos Trabalhadores – uma sigla que, nos treze anos que ocupou o Planalto, maior hegemonia de um partido desde a redemocratização, tentou se apropriar do Estado. Em nome de seu projeto de poder, o governo petista cometeu os crimes orçamentários que embasaram a denúncia contra a presidente, ao praticar reiteradamente pedaladas fiscais para maquiagem de contas públicas e esconder do

país a grave crise que se avizinhava, de modo a garantir a reeleição de Dilma em 2014. Em nome de seu projeto de poder o PT institucionalizou o assalto aos cofres da Petrobras e recebeu doações eleitorais disfarçadas de empreiteiras como forma de lavagem de dinheiro. Em nome de seu projeto de poder o PT fez uso de dinheiro desviado das estatais para comprar parlamentares: o mensalão e o petrolão são, portanto, fruto da tentativa petista de se perpetuar no poder. Três tesoureiros da sigla, além de próceres petistas como José Dirceu, terminaram na cadeia em nome desse projeto. A desgovernança dos anos de PT no Planalto semeou a crise econômica e política pelas quais hoje o partido presta contas.

Ainda assim, afora tímidas admissões de erros pontuais, o processo de impeachment não resultou em um mea culpa do partido. Dilma e o PT insistem em dizer que a democracia brasileira sofre um golpe, e que seu impeachment representará uma ruptura institucional. Também vituperaram, em uma versão ampliada do terrorismo eleitoral levado a cabo em 2014, que Michel Temer acabaria com programas sociais e cortaria direitos trabalhistas. Enunciado esperado de quem insiste na retórica irredimível de que misteriosas “forças conservadoras” querem apeá-la do poder.

Ao falar aos senadores na segunda-feira, Dilma afirmou: “Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos”. Repetiu nove vezes a palavra ‘golpe’ ao longo de seu discurso – e retomou o tom levemente arrogante e professoral nas respostas aos senadores. Afirmou, como fez durante todo o processo, que não cometeu crime algum.

O resultado da votação de hoje é também reflexo do desprestígio do PT, que deixa o poder de maneira melancólica, imerso em escândalos de corrupção. O quadro se reflete na figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, padrinho político de Dilma: abandonado pelos amigos, indiciado pela Polícia Federal e réu por tentar obstruir a Lava Jato, Lula esteve em Brasília para tentar reverter votos em prol da pupila tanto na votação na Câmara, em abril, quanto no Senado. Nos dois casos, o impeachment passou com mais votos do que o mínimo necessário. Ainda assim, o partido obteve uma última vitória: na reta final do julgamento, conseguiu emplacar com o ministro Lewandowski o fatiamento da votação – Dilma perde, portanto, o cargo, mas não ainda os direitos políticos. O que parlamentares dilmistas conseguiram, de fato, uma nova interpretação da Carta Magna, a despeito de o artigo 52 da Constituição estabelecer que, no impeachment, aplica-se a “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”.

Uma presidente isolada – Dilma isolou-se desde que a Câmara deu prosseguimento ao impeachment. Desde abril a petista entrincheirou-se no Palácio da Alvorada e evitava até mesmo lidar com os servidores. A situação só piorou quando foi formalmente afastada do poder pelo Senado. Como revelou VEJA em julho, Dilma chegou a desabafar nos seguintes termos ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), sobre o processo: “Quero acabar logo com essa agonia”. Várias reuniões, almoços e jantares com senadores foram organizados em busca de apoio para virar o jogo. Até a véspera da votação ela fez corpo-a-corpo com senadores que se diziam indecisos. Sem sucesso. Findo seu calvário, é em Porto Alegre, junto da filha e dos netos, que Dilma planeja viver daqui para frente.

A receita para o desastre contou ainda com a incapacidade da presidente impedida e de seus assessores mais próximos de fazer com habilidade o jogo da articulação política. Quando o impeachment desenhou-se uma onda inevitável, já não lhe restavam mais soldados no Congresso, exceção feita às bancadas do PT e do PCdoB, além de outros satélites que escolheram morrer abraçados em troca de alguma moeda de troca da política. E nem mesmo no partido ao qual se filiou em 2001 Dilma encontrou

Refúgio: desde a posse esteve às voltas em constantes atritos com a legenda, motivados pela falta de diálogo na elaboração de medidas impopulares de ajuste fiscal

Em seu discurso no Senado, ela não fez nenhum aceno ao PT. Dilma ainda culpou diretamente o partido pelo pagamento de caixa dois ao responsável pelas campanhas que a levaram ao Planalto por duas vezes. Em resposta, o presidente nacional da sigla, Rui Falcão, não hesitou em dar as costas a uma das principais bandeiras de Dilma nos seus últimos momentos como presidente: a proposta de um plebiscito para a convocação de novas eleições. Em clima de divórcio, a legenda quer mesmo é virar a página da presidente condenada – sobretudo para que os resultados da sigla nas eleições municipais de outubro não sejam um completo fiasco.

O processo – O impeachment consumado hoje é um processo jurídico-político e no Congresso respeitou o amplo direito de defesa e o contraditório. Mas fato é que o embasamento jurídico é apenas um requisito do processo de impeachment. Esse processo, na essência, é político. E no campo da política, Dilma se autoinfligiu todos os danos. A corrosão de seu capital começou na campanha de 2014, quando ela mentiu aos eleitores sobre a necessidade de consertos na economia. Seu segundo mandato começou com ajustes de tarifas que ela prometera não fazer e um aumento da inflação que ela jurou que não viria.

Por ironia da história, partiu justamente da boca do senador Fernando Collor de Mello, ao qual Dilma passa a fazer companhia na triste galeria de presidentes condenados pelo Senado, a declaração que resume o quadro, feita da tribuna na terça-feira: “Além de infração às normas orçamentárias e fiscais, com textual previsão na Constituição como crime de responsabilidade, o governo afastado transformou sua gestão numa tragédia anunciada. É o desfecho típico de governo que faz, da cegueira econômica, o seu calvário, e da surdez política, o seu cadafalso”. Dilma teve a chance de se cercar de bons tripulantes para realinhar seu barco durante o que ela bradava se tratar de um período de ‘travessia’ e, sobretudo, erguer pontes. Cai, portanto, vitimada pela própria incompetência.

A votação de hoje resiste a qualquer questionamento. Ao longo de oito meses, o governo teve ampla oportunidade de atacar na Justiça todos os aspectos da tramitação do processo de impeachment. Seus argumentos foram analisados pelo Supremo Tribunal Federal, acolhidos em alguns casos, rejeitados na maioria. Ainda assim, a defesa da petista ingressará com novo recurso na corte. O impeachment requer a maioria de dois terços do plenário do Senado justamente para garantir que não paire nenhuma dúvida sobre uma decisão de tamanha gravidade. Cabe à Casa o papel de julgadora. Condenar uma presidente por crimes orçamentários passa uma mensagem poderosa: a de que os governantes não recebem carta branca para realizar seus planos de governo a qualquer custo quando ganham uma eleição. Pela importância dessa mensagem para a ordem pública brasileira é que os juízes de Dilma neste 31 de agosto fizeram questão de mostrar os rostos.

Figura 9 Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT
(Fonte: veja.abril.com.br/política)

A reportagem publicada no dia 31 de agosto de 2016 pela revista Veja aborda o encerramento do julgamento do processo de impeachment de Dilma Rousseff após nove meses de avaliação com ele o fim de um ciclo de poder do Partido dos Trabalhadores que ocupou o Planalto por treze anos.

No decorrer da reportagem pôde-se observar uma grande ocorrência de anáforas mostrando as diversas alternativas que o jornalista teve para reconstruir o objeto de discurso “Dilma”.

No título do texto tem-se a introdução e ativação do objeto de discurso **“mandato de Dilma”** que se configura como um rótulo prospectivo, uma vez que sua lexicalização precede informações que serão abordadas ao longo da reportagem. Isto é, essa anáfora indireta encapsula informações da situação do governo Dilma.

Além dessa anáfora indireta, há a aparição de outras indiretas como **“ruptura institucional”** no terceiro parágrafo e **“ruptura democrática”** no quarto parágrafo que mesmo sendo referentes novos, parecem estar associados de certa forma ao antecedente “mandato de Dilma”, mas para serem compreendidos é necessário que o leitor ative seu esquema cognitivo e por meio de inferências reconstrua esse referente a partir do cotexto precedente. Ou seja, o leitor precisa associar o fim do

juízo e a cassação do mandato de Dilma Rousseff como sendo uma ruptura institucional e democrática.

O uso dessas anáforas indiretas corrobora para a construção do referente Dilma Vana Rousseff introduzido no primeiro parágrafo uma vez que estão se referindo ao seu mandato.

Nesse sentido, visando garantir a coerência e progressão textual, o jornalista utiliza bastante de anáforas diretas. Assim, o redator categoriza Dilma como “**a militante da luta armada**” (primeiro parágrafo), e a retoma por meio das recategorizações “**a presidente**” (segundo parágrafo), “**uma presidente isolada**” (sexto parágrafo), “**presidente impedida**” (sétimo parágrafo) e “**presidente condenada**” (oitavo parágrafo).

Além dessas ocorrências percebeu-se anáforas diretas por pronominalização, em que o pronome “**ela**” usado muitas vezes reativa o referente Dilma Vana Rousseff; e a repetição do item lexical “**Dilma**” no decorrer de todo o texto.

O uso de algumas recategorizações usadas para se referir a ex-presidente acabam tal como “uma presidente isolada”, “presidente impedida” e “presidente condenada” criam uma imagem social negativa dela e consequentemente afetam sua face positiva.

Ou seja, o jornalista comete um ato de ameaça a face positiva de Dilma ao usar essas recategorizações, uma vez que deixa clara durante toda a reportagem sua intenção de cometer um FTA, se configurando, portanto, como uma estratégia de polidez negativa (estratégia 8).

Sendo assim, essas recategorizações foram usadas visando uma concisa orientação argumentativa sobre Dilma e seu mandato no final do julgamento de impeachment.

5.2 O OBJETO DE DISCURSO DILMA ROUSSEFF NA REVISTA CARTA CAPITAL

5.2. 1 Reportagem nº 05 – Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma – 17 de abril de 2016.

Política

Crise

Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma

por Redação — publicado 17/04/2016 23h07, última modificação 17/04/2016 23h48

Se o Senado confirmar a decisão, petista será afastada e Michel Temer assume interinamente a presidência da República

A Câmara aprovou na noite deste domingo 17 a admissibilidade do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, fechando uma disputa entre os deputados federais que durou cinco meses e que teve como principal estrela o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), responsável por acolher o processo em retaliação a uma disputa com o PT.

Após dias de uma batalha psicológica entre governistas e oposição a respeito do apoio parlamentar, Dilma Rousseff sofreu uma derrota dura. O 342º voto, o mínimo necessário, veio por meio de Bruno Araújo (PSDB-PE), às 23h08. Foram 367 votos contra ela e apenas 137 votos a favor, com 7 abstenções e duas ausências. Eram necessários 342 votos, ou dois terços da Câmara, para admitir o processo.

Por volta das 22h, o governo concedeu a derrota. "Os golpistas venceram aqui na Câmara, mas a luta continua, nas ruas e no Senado", disse o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). "Os golpistas venceram aqui na Câmara, mas a luta continua, nas ruas e no Senado", disse.

"Acredito que temos chance de reverter o jogo. Não é possível afastar uma presidenta que não cometeu nenhum crime de responsabilidade. É uma derrota momentânea. A luta está apenas começando, será lenta e gradual. Até porque o vice-presidente não reúne a menor condição de governar o País", afirmou. "Perdemos porque os golpistas foram mais fortes, comandados por Eduardo Cunha."

O avanço da sessão deste domingo deixou claro, aos poucos, que a estratégia do governo fracassaria. A aposta inicial era em um quórum baixo, mas às 17h45, quando teve início a chamada dos deputados, estavam presentes 505 dos 513 deputados, número bastante elevado, ao contrário do que o Planalto desejava. No meio da sessão, eram 511 deputados presentes.

Quando a votação teve início, vieram novos indícios de que a vitória do impeachment era iminente. O governo enfrentou traições importantes, inclusive no PDT, partido que tinha fechado questão contra o impeachment. Esses votos surpreendentes eram os mais aplaudidos no Plenário, pois davam a entender que a onda anti-Dilma havia crescido. Ao mesmo tempo, muitos parlamentares que se declaravam indecisos, penderam para o lado da oposição.

Ao justificar os votos pelo impeachment, a imensa maioria dos parlamentares deixou de lado os argumentos jurídicos apresentados no pedido feito pelos juristas Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior – as pedaladas fiscais e a publicação de decretos orçamentários sem autorização do Congresso.

Uma grande proporção dos deputados usaram as famílias e Deus como justificativas para afastar Dilma do poder. Houve também muitas manifestações em favor das cidades e dos estados dos parlamentares.

Senado

Agora, o processo segue para o Senado que, conforme definido pelo Supremo Tribunal Federal, deve definir se há razões para a continuidade da ação. O pedido de impeachment deve ser lido em plenário na terça-feira 19. Na sequência, a Casa criará uma comissão especial que deverá analisar o caso e produzir um parecer.

Este relatório será votado pelo plenário e, se aprovado por metade dos senadores, Dilma Rousseff será afastada por 180 dias até seu julgamento, a ser realizado pelo próprio Senado.

Neste período, assume temporariamente o vice-presidente da República, Michel Temer, que há semanas vem manobrando a favor do impeachment em uma batalha cada vez mais aberta com Dilma.

No fim de semana, Temer inclusive deixou os bastidores, onde costumou atuar, para responder as acusações do governo de que sua gestão acabaria com programas sociais. "Leio hoje nos jornais as acusações de que acabarei com o Bolsa Família. Falso. Mentira rasteira. Mantereí todos programas sociais", escreveu Temer no Twitter, antecipando seu governo.

Governo deve ir ao STF

No Senado, o processo será comandado por Renan Calheiros (PMDB-AL), que jamais foi simpático ao impeachment, mas que nos últimos dias vem sendo pressionado para dar celeridade ao processo. Ainda que tenha um aparente aliado na presidência da Casa, há dúvidas sobre a capacidade do governo de conter o processo no Senado.

Com sua capacidade de articulação política abalada, o governo vai apostar no Supremo Tribunal Federal como uma de suas últimas trincheiras. Na semana passada, a Advocacia-Geral da União recorreu pela primeira vez ao STF – acabou derrotada – mas o titular da pasta, José Eduardo Cardozo, indicou que novas ações seriam abertas contra o processo. Neste domingo, o líder do PT, José Guimarães (CE), confirmou a estratégia.

A alegação do governo deve girar em torno do argumento de que as pedaladas fiscais e a publicação dos decretos não constituem crime de responsabilidade. Para fazer valer sua tese, o governo precisará contar com a disposição do STF de atuar no processo e tomar posições impopulares, uma realidade que ainda não está posta.

Figura 10 Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma
(Fonte: cartacapital.com.br)

A reportagem nº 05 veiculada no endereço eletrônico da revista Carta Capital publicada no dia 17 de abril de 2016 aborda a decisão da Câmara dos Deputados para a admissibilidade do processo de *impeachment*.

Tendo em vista o contexto político do Brasil, sabe-se que após o acolhimento da denúncia pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha, e a instauração do processo de *impeachment* o relatório seguiu para a votação no plenário na Câmara.

Essa reportagem descreve sobre a decisão dessa votação afirmando que 367 deputados federais votaram a favor do *impeachment* de Dilma Vana Rousseff, a presidente do Brasil, até então.

Ao ler a reportagem logo no título percebe-se a ativação/introdução de um referente “**impeachment de Dilma**” na memória do texto. Essa expressão nominal trata-se de uma anáfora indireta que se encontra em dependência interpretativa de expressões da estrutura do texto em desenvolvimento.

Essa expressão nominal corrobora para a construção do referente “**Dilma Rousseff**” que logo abaixo, no lead da reportagem é categorizado pela anáfora direta “**petista**” demonstrando correferencialidade entre os termos.

Na sequência, no segundo parágrafo, há ainda, duas anáforas indiretas, “**batalha psicológica**” e “**derrota dura**” que funcionam como novos nódulos de informação sendo preciso realizar um processo cognitivo inferencial para saber que tais

expressões estão associadas ao referente “impeachment de Dilma” e consequentemente ao referente “Dilma Rousseff”.

Mais adiante, no sétimo parágrafo, há outra anáfora indireta, “**vitória do impeachment**” que ancora cognitivamente no referente mencionado no título. No mesmo parágrafo existe também um rótulo prospectivo, “**traições importantes**” pois sumariza uma extensão do discurso que se refere aos votos dos deputados na votação da abertura do processo de impeachment.

Ademais, o referente “impeachment de Dilma” é recategorizado pela anáfora direta como “**o processo**” funcionando como marcador de continuidade referencial na progressão do texto.

É válido ressaltar ainda que o referente “Dilma” é retomado no quarto parágrafo por meio da expressão nominal anafórica “**presidenta**”. O uso desse termo existe desde 1899 no dicionário Cândido Figueiredo como sendo um neologismo ou feminino de presidente. Também está presente no Dicionário Aurélio desde a sua primeira edição, em 1975; no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Academia Brasileira de Letras desde a sua primeira edição, em 1932; no Dicionário da Academia Brasileira de Letras; e estava já no primeiro Vocabulário Ortográfico sancionado pela Academia de Lisboa, de Portugal, em 1912.⁸

Hoje o substantivo presidenta está em todos os dicionários, brasileiros e portugueses – como o Aurélio, o Houaiss e o Michaelis, com o significado e “Mulher que é a chefe de governo de um país de regime presidencialista.” Portanto a palavra nada tem a ver com Dilma Rousseff ou com o PT e muitas revistas e livros usaram esse termo anos antes do PT chegar ao poder.

Contudo, a revista Veja deixou de usar a palavra “presidenta” apenas quando Dilma Rousseff chegou ao poder e disse que gostaria de ser chamada assim. Desta forma, ao dizer que gostaria de ser chamada por esse termo, Dilma acabou gerando em seus aliados e aqueles que se familiarizavam com seu governo uma marca de identidade de grupo.

Logo, o uso desse termo pela revista Carta Capital se configura como uma estratégia de manter a face positiva de Dilma Rousseff. Isto é, o uso da expressão

⁸ Informações retiradas do site dicionarioagramatica.com em uma matéria publicada dia 2 de maio de 2016 sobre o uso do termo “presidenta” ser mais antigo que “a presidente”.

“presidenta” se mostra como uma estratégia de polidez positiva, pois demonstra ser uma marca de identidade de grupo (estratégia 04 de polidez positiva), visto que é, geralmente, usada por apoiadores do governo Dilma e aqueles que familiarizam com o termo.

Há, também, no quarto parágrafo o uso de frases que visam salvar a face da ex-presidente como, “é uma derrota momentânea” e “a luta está apenas começando, será lenta e gradual”. Essas frases demonstram otimismo e, portanto, se configuram como estratégia de polidez positiva (estratégia 11), preservando a face de Dilma junto aos leitores da Carta Capital.

5.2.2 Reportagem nº 6 – Dilma leva tema do impeachment à ONU – 22 de abril de 2016.

Política

Pacto de Paris

Dilma leva tema do impeachment à ONU

por [André Barrocal](#) — publicado 22/04/2016 13h16, última modificação 26/04/2016 18h29

*Com mídia estrangeira a favor, Dilma leva tema à ONU;
Michel Temer se preocupa com eventual exclusão do Mercosul.*

Dilma Rousseff levou o impeachment à Organização das Nações Unidas (ONU), em discurso nesta sexta-feira 22 perante cerca de 130 chefes de Estado, em outro lance no “front externo” da guerra sobre sua cassação.

Um front no qual a presidenta tem tido mais sorte, ao angariar simpatia da mídia e de organismos estrangeiros, para constrangimento da oposição e do vice-presidente Michel Temer.

Na sede da ONU, a hospedar uma cerimônia de assinatura de um novo pacto global sobre o clima, o Acordo de Paris, Dilma dedicou 40 segundos de um total de 5 minutos ao “grave momento que vive o Brasil”. Não usou, porém, a palavra “golpe”.

O País, disse, “soube vencer o autoritarismo e construir uma pujante democracia” e, hoje, tem um “povo trabalhador e com grande apreço pela liberdade”. “Saberá, não tenho dúvidas, impedir quaisquer retrocesso. Sou grata a todos os líderes que expressaram a mim sua solidariedade.”

Integrante da comitiva presidencial que foi a Nova Iorque, sede na ONU, o assessor especial do Palácio do Planalto para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, acredita que há um golpe de Estado em curso no Brasil com potencial para desestabilizar toda a América do Sul.

Garcia fez chegar sua avaliação a Thomas Shannon, o Subsecretário de Assuntos Políticos do ministério das Relações Exteriores, lá batizado de Departamento de Estado. Ele planejara ficar nos EUA para conversar pessoalmente com Shannon, mas, após a agenda na ONU, Dilma pediu-lhe que fosse ao Equador para reunir-se na União de Nações Sul-Americana (Unasul).

Shannon é casado com uma brasileira e já foi embaixador em Brasília. Três dias depois da aprovação do impeachment na Câmara, recebeu o senador opositor Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O tucano disse à imprensa ter viajado aos EUA a pedido de Michel Temer, com o objetivo de rebater o discurso do golpe.

Herdeiro da Presidência em caso de impeachment, Temer está preocupado com a disseminação internacional da ideia de um golpe no Brasil. Seus assessores têm reunido informações sobre, por exemplo, a possibilidade de o País ser suspenso do Mercosul, na hipótese de Dilma ser deposta.

A suspensão é uma ameaça real e já foi mencionada pela chanceler da Argentina, Susana Malcorro. O Paraguai já foi excluído do bloco por um tempo graças, segundo Dilma, a um golpe parecido com aquele em andamento por aqui.

O Brasil também está ao alcance de sanções da Organização dos Estados Americanos, com base na Carta Democrática da entidade. O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, foi a Brasília e reuniu-se com Dilma no mesmo dia em que a Câmara começou a debater o impeachment em plenário.

Segundo o uruguaio, não há razões jurídicas, políticas e éticas para cassar a mandatária.

A posição de uma entidade com a OEA tem ajudado a imprensa internacional a ser receptiva aos argumentos do governo Dilma de que o impeachment avança sem motivos consistentes.

A norte-americana CNN, uma das emissoras de TVs com maior repercussão mundial, noticiou que Dilma está sendo cassada por corruptos.

Para o jornal britânico The Guardian, Dilma está prestes a ser cassada por um “Congresso hostil e manchado de corrupção”, e o impeachment tem o objetivo de acabar com o combate à corrupção, uma referência aos desejos secretos do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O jornal espanhol El País também destaca negativamente o papel de Cunha, descrito como “sintoma da estrutura moral de boa parte do Congresso brasileiro”, e o paradoxo de Dilma estar em vias de ser cassada mesmo não sendo acusada de enriquecimento ilícito, ao contrário dos detratores dela.

A revista alemã Der Spiegel classificou a aprovação do impeachment na Câmara de “A insurreição dos hipócritas”.

A revista britânica The Economist, notória crítica do governo Dilma, sugeriu novas eleições no País pois, se a presidenta “traiu” o País, a classe política como um todo fez o mesmo.

Figura 11 Dilma leva tema do impeachment à ONU

(Fonte: cartacapital.com.br)

A reportagem nº 6 publicada dia 22 de abril de 2016 aborda a ida de Dilma Rousseff à cerimônia de assinatura de acordo climático no EUA e seu discurso sobre o impeachment perante a Organização das Nações Unidas tendo em vista conquistar simpatia a mídia e de organizações estrangeiras.

É válido ressaltar que no dia 17 de abril a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo contra a Presidência da República por crime de responsabilidade, sendo o processo encaminhado para votação no Senado.

Enquanto o relatório do processo de impeachment era encaminhado à votação no Senado Federal, Dilma Rousseff ainda cumpria com seus compromissos enquanto presidente, dentre eles o evento da ONU em Nova York onde participou da cerimônia de assinatura do acordo elaborado em 2015, em Paris, sobre a mudança climática.

Inicialmente, logo no título, tem-se a introdução do referente **“Dilma”** que é retomado e (re)categorizado ao longo do texto ou há uma recorrência, contribuindo para a progressão referencial. Nessa perspectiva, no primeiro parágrafo há uma remissão à Dilma por meio da repetição do item lexical “Dilma”, e no segundo parágrafo a anáfora direta **“a presidenta”** retoma e categoriza o referente introduzido anteriormente e mantém uma relação de correferencialidade.

Seguindo com o texto, no terceiro parágrafo, há uma anáfora indireta, **“grave momento que vive o Brasil”** que se ancora sociocognitivamente à Dilma Rousseff, pois precisa-se realizar um processo cognitivo inferencial para relacionar o processo de impeachment sofrido por Dilma como sendo um grave momento que o Brasil estava vivendo.

No décimo segundo parágrafo a expressão **“a mandatária”** retoma diretamente o termo “Dilma” se configurando mais um caso de anáfora direta, favorecendo na progressão textual como marcador de continuidade referencial.

No décimo sexto parágrafo, pelo processo de pronominalização, o pronome possessivo **“dela”** retoma “Dilma”, mas não exprime propriamente ideia de posse. Além desse pronome, há ainda retomadas por meio do sintagma nominal “Dilma Rousseff” pela repetição do item lexical Dilma que se configura como anáforas diretas.

Por fim, no parágrafo dezessete a expressão **“a insurreição dos hipócritas”** se configura enquanto uma pista contextual, haja vista que é introduzida sob o modo do conhecido, supondo-se que o leitor possui conhecimentos prévios para associá-la a aprovação do impeachment e a ascensão dos que eram a favor, bem como a de Michel Temer.

Essas últimas expressões contam com pistas de associação e, portanto funcionam como estratégias de polidez indireta, ou seja off-records, (estratégias 01 e 02) deixando que o leitor interprete o que o jornalista quebre a máxima do modo, provocando implicaturas conversacionais, haja vista que usou de indiretividade e não foi claro no que pretendeu dizer.

Ademais, há o uso do termo **“a presidenta”** que como já foi mencionado anteriormente, demonstra ser uma marca de identidade de grupo, se configurando

como uma estratégia de polidez positiva, uma vez que visa manter a face positiva a face de Dilma.

5,2.3 Reportagem nº 7 – A última esperança – 29 de julho de 2016

Política

Rosa dos Ventos

A última esperança

por Maurício Dias — publicado 29/07/2016 12h35, última modificação 29/07/2016 14h59

Dilma Rousseff ainda acredita em seu retorno ao Planalto, mas prevê a desgraça se o Senado consumir o golpe.

Medido pelo comportamento da mídia, autointitulada porta-voz da sociedade, mesmo assim é inacreditável o silêncio dos autointitulados democratas diante do golpe dissimulado de impeachment. Sem crime ao rasgar a Constituição.

A presidenta eleita e afastada parece confiar no seu retorno ao Palácio do Planalto. Apesar da sua esperança, ou convicção, do outro lado manifesta-se a força do engodo. Se o golpe for consumado, terá inevitáveis consequências, e mesmo conflitos perigosos.

O risco é percebido por Dilma. Em entrevista ao jornal mexicano La Jornada, publicada no domingo 24, a presidenta afastada mostrou preocupação com o desenrolar da história: “Esses processos golpistas podem trazer consequências imprevisíveis”.

Segundo ela, “não se pode sustentar indefinidamente a ocultação da realidade e a realidade é o golpe (...) processos típicos golpistas querem silenciar os protestos, os governos que não têm votos são intolerantes. Os líderes do golpe querem sempre o silêncio”.

Há um discurso predominante. Nasce da reação conservadora longe do poder por 13 anos e vinga nas reportagens, análises editoriais, colunas de jornais, rádios, televisões e nas semanais alinhadas.

Mais de 50 anos separam um golpe do outro. Hoje há, e não havia em 64, uma diversificação tão pronunciada entre os agrupamentos sociais. Além disso, ontem havia e hoje não há a ação direta dos militares.

Uma repulsa ao golpe existe, traduzida no lema “Fora Temer”. Trata-se, potencialmente, de uma fonte de fermentação, bem como outra, capaz de atingir cruelmente a população mais pobre.

É o resultado de um compromisso, sem-vergonha e sem virtude, assumido pelo presidente interino. Nesse sentido, há proposições e decisões já em curso no governo Temer.

Existe a promessa de fazer, a ferro e fogo, a reforma da Previdência e da Consolidação das Leis do Trabalho. Obviamente, não serão favoráveis aos beneficiários de hoje. Com o mesmo propósito, há de se criar um teto financeiro para os programas de Saúde e Educação.

Pretendem mandar para o espaço o programa Ciência sem Fronteiras. Registre-se ainda o esboço da intenção de dar um fim às universidades públicas.

Estamos diante do desmanche radical dos programas dos governos petistas, Lula e Dilma, alcançando ainda as políticas populares de Getúlio Vargas.

Fica-se com a impressão de que os tradicionais donos do poder extravasam todo o seu ódio de classe.

Figura 12 A última esperança
(Fonte: cartacapital.com.br)

Em 29 de julho de 2016 a Carta Capital publicou em seu endereço eletrônico essa reportagem que retrata a esperança que Dilma Rousseff tinha no seu retorno ao Planalto como presidente da República.

É válido ressaltar que nesse período a ex-presidente já havia sido afastada do cargo e de suas funções por seis meses até a conclusão do processo de impeachment.

Nesse sentido, analisando a reportagem vê-se que o redator utilizou-se de um rótulo prospectivo no título, **“a última esperança”**, para encapsular informações que serão fornecidas aos leitores durante o texto a respeito do julgamento do impeachment e da esperança de Dilma de que o processo não fosse consumado.

Esse rótulo constituído enquanto uma anáfora indireta corrobora para a construção do referente Dilma, tendo em vista que é necessário um esforço cognitivo inferencial para relacioná-lo a ex-presidente do Brasil.

Nessa conjuntura, o objeto de discurso em foco é ativado no lead da reportagem por meio do sintagma nominal **“Dilma Rousseff”** ocorrendo diversas retomadas por meio de expressões referenciais anafóricas.

No segundo parágrafo, por exemplo, esse referente é retomado e categorizado pela expressão **“a presidente eleita e afastada”** mostrando haver uma relação direta entre os termos. Essa relação de correferencialidade também é notada no terceiro parágrafo por meio da anáfora direta que recategoriza Dilma enquanto **“a presidente afastada”**; no quarto parágrafo pelo uso do pronome **“ela”** e pela repetição do nome **“Dilma”** na extensão do texto.

Além do referente “Dilma” tem-se a introdução de um objeto de discurso novo, **“o golpe”** que ancora cognitivamente a Dilma, mas é necessário realizar um processo de associação cognitiva e inferencial para compreender que ele está de certa forma associado a Dilma.

A partir do uso das expressões referenciais verificou-se que o jornalista da revista Carta Capital procurou preservar uma imagem social positiva da ex - representante presidencial brasileira. Tal como já se pôde reparar nas demais reportagens da revista Carta Capital, o jornalista usou do termo “presidenta” que se mostra como uma identidade de grupo daqueles que apoiam e familiarizam com o termo e com o governo Dilma, se configurando, então, como uma estratégia de polidez positiva (estratégia 04).

Além disso, o uso da expressão “a presidente eleita e afastada” demonstra ser, também, uma estratégia de polidez positiva (estratégia 02), devido a forma exagerada de demonstrar aprovação e simpatia pela ex-presidente.

Desta forma, o uso de certas expressões anafóricas induzem o leitor da revista a uma opinião acerca do julgamento do processo de impeachment e do governo Dilma.

5.2.4 Reportagem 08 - Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado – 31 de agosto de 2016

Política

Impeachment

Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado

por Rodrigo Martins, com Renan Truffi* — publicado 31/08/2016 03h27, última modificação 31/08/2016 04h48

Se confirmada a tendência pela cassação da presidenta afastada, o PMDB retornará ao poder pela terceira vez de forma indireta.

Reeleita em 2014 com 54 milhões de votos, Dilma Rousseff enfrentará, nesta quarta-feira 31, o veredito do Senado. A petista tem ciência do que a espera. O número de senadores que já declararam, em algum momento, voto favorável ao impeachment é suficiente para a cassação do seu mandato, com a consequente perda dos direitos políticos por oito anos.

Se os parlamentares mantiverem a posição anunciada anteriormente, Dilma será a primeira presidente a deixar o cargo desta forma. Em 1992, Fernando Collor de Mello renunciou antes da votação final – algo que a petista, ex-militante da luta armada contra a ditadura, sempre se negou a fazer.

Na coordenação do julgamento do impeachment, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski permitiu que os pronunciamentos de senadores avançassem pela madrugada, de forma a assegurar uma decisão hoje.

O início da sessão está previsto para às 11 horas. O voto será nominal e aberto, computado pelo painel eletrônico, onde o placar será divulgado. Assim, é improvável a repetição do circo montado na Câmara em 17 de abril, quando deputados assumiram o microfone para dedicar votos a parentes, vilarejos e até mesmo torturadores.

Ciente de que o processo de impeachment chegara à reta final praticamente definido, Dilma adotou um discurso bem mais incisivo ao depor no Senado, na segunda-feira 29. "Estamos a um passo de um verdadeiro golpe de Estado", afirmou na ocasião. Ao longo de pronunciamento de cerca de 40 minutos, Dilma acusou a oposição ao seu governo de não respeitar o resultado das urnas e de semear a crise.

"Os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a posse e estabilidade do meu governo. Pediram auditoria nas urnas, impugnam minhas contas eleitorais e após a posse buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudesse justificar um processo de impeachment", afirmou Dilma. "As provas produzidas deixam claro que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos. São apenas pretextos para derrubar um governo legítimo, escolhido em eleição direta. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição".

Iniciado na quinta 25, o julgamento no Senado expôs, uma vez mais, a fragilidade da base jurídica do impeachment. Formalmente, a presidenta é acusada de violar a Lei de Responsabilidade Fiscal ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso, além de atrasar repasse de 3,5 bilhões de reais do Tesouro Nacional ao Banco de Brasil para pagamento do Plano Safra, programa de crédito agrícola. Para acusadores, tal prática configura um irregular empréstimo cedido por um banco estatal à União.

Esses são os atos pelos quais Dilma é julgada, mas no debate legislativo são pouco lembrados. Até mesmo os advogados que assinaram o pedido de impeachment recorrem, com frequência, a bravatas políticas. Na terça 30, Miguel Reale Jr. aproveitou o espaço aberto à acusação no Senado para atacar os governos petistas, tanto de Dilma quanto de Lula. "É uma administração pública não baseada no mérito, mas na sinecura, na difusão de que o que importa é ser malandro. O País não quer mais isso".

Janaína Paschoal, por sua vez, lançou mão de mais um discurso inflamado, apresentando-se "como uma defensora do Brasil". A advogada classificou as ações do governo Dilma como um "estelionato eleitoral" e afirmou que a falta de cortes de gastos em 2014 levou à crise econômica. "Tudo isso foi muito bom para o povo ver como é o modo PT de ser. É a enganação. É o PT que não pede desculpas".

Não é tudo. Paschoal atribuiu a Deus a inspiração que levou tantas pessoas a se articularem o impeachment. Para completar a teatralizada preleção, pediu desculpas a Dilma pelo sofrimento imposto pelo desgastante processo. "Peço que ela um dia entenda que eu fiz isso pensando também nos netos dela", emendou, com os olhos marejados.

Defensor de Dilma no processo, o advogado José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça e da Advocacia-Geral da União, ironizou a fala de Paschoal. "Dilma foi torturada. É possível que, naquele momento, alguns de seus acusadores, tomados por uma crise de sentimentalismo, tenham dito: 'Menina, nós estamos te prendendo pelo bem do País, nós estamos pensando em seus filhos e netos'."

Cardozo descartou, ainda, a tese de que Dilma cometeu crime de responsabilidade fiscal, além de acusar parlamentares de distorcerem provas. "A Constituição permite que leis autorizem decretos que fazem suplementação de crédito", disse. "Os decretos podem ser baixados se houver compatibilização com as metas orçamentárias". Segundo ele, a oposição usa "pretextos jurídicos" para promover um golpe. E alertou: a punição "pelo conjunto da obra" não cabe ao Senado, e sim ao povo.

A despeito do abrasado debate jurídico, os parlamentares não demonstraram a menor disposição de rever as posições anunciadas anteriormente. "É um julgamento de cartas marcadas", observa Marcello Lavenère, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e um dos signatários do pedido de impeachment de Collor, em 1992.

A situação de Dilma, avalia Lavenère, é radicalmente distinta daquela de 24 anos atrás. "Até os próprios senadores que afirmam, da boca para fora, que é crime de responsabilidade sabem que não existe nenhum crime", diz. "O que hoje se discute, pedaladas e Plano Safra, são absolutamente irrelevantes para se constituir crime de responsabilidade com a gravidade de se tomar o mandato do presidente da República".

O processo teve início em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment dos advogados Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr. A decisão foi tomada logo após a bancada do PT anunciar apoio à cassação do mandato do peemedebista no Conselho de Ética da Casa.

De lá para cá, ocorreram ao menos quatro deliberações sobre o tema no Congresso. Primeiro, a Comissão Especial do Impeachment na Câmara aprovou o parecer do relator Jovair Arantes, do PTB, favorável à abertura do processo. O plenário da Casa Legislativa referendou o relatório em 17 de abril, quando 367 deputados entenderam que havia motivos suficientes para dar seguimento ao impeachment de Dilma.

No Senado, o tucano Antonio Anastasia, assumiu a relatoria do caso. Como previsto, apresentou parecer favorável à destituição da presidenta petista. O texto foi aprovado tanto na comissão especial do Senado dedicada ao tema, quanto no Plenário da Casa.

Essa última votação no plenário do Senado, em 10 de agosto, terminou com 59 votos favoráveis a levar Dilma a julgamento – prenúncio da forte tendência de aprovação do impeachment. São necessários 54 votos entre os 81 senadores para que a petista seja afastada definitivamente

O interino Michel Temer tem pressa. Pretende viajar ainda hoje para o encontro do G20 (grupo das maiores economias do mundo) na China. Outro que não esconde a ansiedade é o senador tucano Aécio Neves, derrotado por Dilma nas eleições de 2014. Ao discursar no Senado na terça-feira 30, fez questão que acenar para a gestão do peemedebista: "O Brasil precisa de um conjunto de reformas que demandarão coragem, ousadia e determinação do novo governo e estaremos do seu lado para construir um tempo de esperança e confiança".

Se confirmado o impedimento de Dilma, o PMDB retornará ao poder pela terceira vez de forma indireta. A primeira ocorreu em 1985, quando o então vice José Sarney assumiu o governo após a morte do presidente Tancredo Neves, antes mesmo de tomar posse. A segunda aconteceu em 1992, com a renúncia de Collor. Eleito vice-presidente pelo PRN, Itamar Franco filiou-se ao PMDB pouco antes do episódio.

Figura 13 Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado
(Fonte: cartacapital.com.br)

A reportagem publicada dia 31 de agosto de 2016 retrata a espera de Dilma pelo veredito do Senado Federal no que se refere a votação do impeachment, bem como a cassação de seu mandato presidencial e a retomada do PMDB ao poder de forma indireta pela terceira vez na história política do Brasil.

Inicialmente, no título, apresenta-se o objeto de discurso **“Dilma”** que é ativado na memória discursiva do leitor e que é retomado diversas vezes ao longo da reportagem por meio de expressões anafóricas, nomes e pronomes.

Nesse sentido, no curso da progressão textual viu-se que o objeto de discurso em foco foi retomado e categorizado pela expressão **“presidenta afastada”** no subtítulo, e recategorizada como **“reeleita em 2014 com 54 milhões de votos”** no primeiro parágrafo; **“a petista”** nos parágrafos 1 e 2; **“a presidenta”** (7º parágrafo), **“menina”** (11º parágrafo) e **“presidenta petista”** no décimo sétimo parágrafo.

Tais expressões são, portanto, anáforas diretas pois possuem uma relação de correferencialidade com o referente “Dilma”, retomando-o de forma direta evitando que se repita e permitindo, assim, a coerência e a progressão textual. Além dessas anáforas diretas, notou-se que o referente em foco também foi retomado

diretamente por meio de estruturas linguísticas diversas, como por exemplo, por meio do sintagma nominal “**Dilma Rousseff**”, do pronome “**ela**” e principalmente pela repetição do nome “**Dilma**”. Essas formas também se configuram como anáforas diretas, uma vez que reativam o referente que já foi previamente estabelecido no texto.

É válido ressaltar que há ainda ocorrências de anáforas indiretas como a expressão “**ex- militante da luta armada contra a ditadura**” que funciona como um referente novo, mas sua interpretação depende de dados já introduzidos, ou seja, ancora cognitivamente no referente “Dilma”. Há também uma anáfora encapsuladora, no segundo parágrafo, “**desta forma**” que sumariza uma porção anterior do texto que se refere a cassação do mandato da ex-presidente e a perda de seus direitos políticos por 8 anos.

Além dessas anáforas indiretas, no decorrer da reportagem percebe-se outra, “**estelionato eleitoral**” que para entender sua relação com o referente “Dilma” precisa realizar um processo cognitivo inferencial associando os gastos do governo Dilma e as pedaladas fiscais a uma forma de estelionato.

Assim, no decorrer de toda a reportagem pode-se notar que o jornalista usa de expressões referenciais para manter a imagem social de Dilma, positiva. Isto é, faz uso de estratégia de polidez positiva (estratégia 4), ao usar de termos como “a presidenta” que como já foi visto em todas as reportagens já revista Carta Capital aqui analisadas, demonstrando ser, portanto, uma marca de identidade de grupo.

Além disso, utilizou-se, também, de frases para mostrar otimismo (estratégia 11 de polidez positiva) e assim, preservar a face positiva da ex-representante presidencial, tal como “algo que a petista, ex-militante da luta armada contra a ditadura, sempre se negou a fazer” que indica uma certa simpatia e desejo de manter a imagem social de Dilma Rousseff positiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta pesquisa, considerou-se a relevância do trato de gêneros de grande circulação no cotidiano: gêneros do domínio jornalístico, especificamente o gênero textual reportagem.

Nessa perspectiva, foram selecionadas para dar vida a essa pesquisa reportagens de revistas de posicionamentos antagônicos como as revistas Veja e Carta Capital, sendo o objeto de estudo desse trabalho ligado ao objeto de discurso “Dilma Rousseff”.

Sendo assim, essa pesquisa procurou responder as seguintes indagações:

1. Como o objeto de discurso “Dilma Rousseff” se concretiza em duas revistas de posicionamentos antagônicos como a Veja e a Carta Capital ?
2. Como a face da ex-presidente é construída e reconstruída discursivamente por meio de estratégias de referenciação nessas revistas ?
3. Como a (re)construção do objeto de discurso “Dilma Rousseff” contribui para a construção da opinião do leitor de Veja e de Carta Capital ?

Para responder esses questionamentos foi realizada a análise da construção e reconstrução do objeto de discurso “Dilma Rousseff” em oito reportagens das respectivas revistas aqui mencionadas, sendo as (re)categorizações a ela atribuídas, seja por anáforas diretas ou indiretas, extraídas e incluídas na tabela abaixo para que fossem melhor comparadas.

PROGRESSÕES REFERENCIAIS	
REVISTA VEJA	REVISTA CARTA CAPITAL
Reportagem nº 1 – Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamadas:	Reportagem nº 5 – Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma:

<p>Dilma - presidente – Dilma Rousseff- a imagem de um mandato em chamas- não anda muito cuidadosa – Dilma ardendo por trás do fogo olímpico a petista – Dilma em chamas- mais imagens emblemáticas</p>	<p>Impeachment de Dilma – Dilma Rousseff – petista - batalha psicológica –derrota dura – vitória do impeachment – traições importantes – o processo - presidenta</p>
<p>Reportagem nº 2 – Confirma a repercussão internacional sobre o impeachment:</p> <p>O impeachment de Dilma – Dilma Rousseff – ela - presidente – petista - a líder de esquerda – a mandatária – o desgaste da presidente – a primeira mulher presidente do país – acusada de crimes fiscais – consolidação da democracia brasileira – fim de jogo para Dilma – a líder de esquerda – impopular – ex-guerrilheira esquerdista de 68 anos – a primeira presidente mulher do Brasil.</p>	<p>Reportagem nº 6 – Dilma leva tema do impeachment à ONU:</p> <p>Dilma - a mandatária – a presidenta – grave momento que vive o Brasil – a mandatária – dela.</p>
<p>Reportagem nº 3 - Dilma prepara discurso pós-impeachment</p> <p>Dilma – a presidente afastada Dilma Rousseff – a primeira mulher eleita presidente - discurso pós – impeachment – vítima de uma injustiça política – ruptura institucional</p>	<p>Reportagem nº 7 - A última esperança</p> <p>A última esperança – Dilma Rousseff – a presidente eleita e afastada – a presidenta afastada – ela – Dilma – o golpe</p>
<p>Reportagem nº 4 – Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder do PT</p>	<p>Reportagem nº 8 – Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado</p>

Mandato de Dilma – ruptura institucional – ruptura democrática - a militante da luta armada – a presidente – uma presidente isolada – presidente impedida – presidente condenada – ela – Dilma	Dilma – presidente afastada – reeleita em 2014 com 54 milhões de votos – a petista – a presidenta – menina – a presidenta petista – Dilma Rouseeff – ex-militante da luta armada contra a ditadura – estelionato eleitoral.
--	---

Tabela 1 Progressões Referenciais encontradas nas reportagens de Veja e Carta Capital

Ao analisar a tabela, e também levando em consideração as análises feitas, pode-se inferir que a hipótese que regia esta pesquisa foi confirmada: que enquanto a revista Carta Capital atribuía ao referente “Dilma Rouseff” categorizações e recategorizações que visavam uma maior preocupação com uma imagem social positiva da mesma, as categorizações e recategorizações feitas pela revista Veja tinham uma menor ou quase nula preocupação com uma imagem social positiva da ex-presidente.

Ou seja, observou-se que a revista Carta Capital usou sempre de estratégias de polidez positiva tendo em vista que os enunciados e as (re)categorizações usados marcam uma aproximação entre os interlocutores, uma vez que pertenciam ao mesmo grupo, daqueles que apoiam e familiarizam com o governo Dilma, e compartilham dos mesmos objetivos, de que o impeachment não fosse aprovado.

Já nas análises da revista Veja notou-se que ao praticar um ato de ameaça a face de Dilma, o jornalista usou ou de estratégia de polidez negativa ou da estratégia *off-records* (polidez indireta), uma vez que usou de ambiguidade, de indiretividade, de ironia, quebrou a máxima do modo proposta por Grice ao ser vago em algumas situações, mostrando, então, não haver uma relação de proximidade com a ex-presidente.

Dentre essas categorizações e recategorizações atribuídas ao referente “Dilma Rouseff”, pode-se constatar que foi muito evidente entre as revistas o uso dos termos **presidente** e **presidenta**.

Tal como já foi explicado nesta pesquisa o termo “presidenta” existe desde 1899 no dicionário Cândido Figueiredo e está presente em vários dicionários da

atualidade como sendo o feminino do substantivo masculino “presidente”, ou seja, mulher que é chefe de governo de um país cujo regime é presidencialista.

Sendo assim, o termo não foi criado por Dilma Rousseff ou para se referir a ela, ele já existia bem antes da ex-presidente assumir o cargo, sendo utilizado por escritores e jornalistas.

Contudo, como a ex-representante presidencial do Brasil manifestou vontade de ser assim chamada, a revista Carta Capital demonstrou apoio, criando, pode-se dizer, uma forma de identidade de grupo. A revista Veja, no que lhe concerne, que já havia usado esse termo em reportagens em 1997, 1980, 1990 e em 200, preferiu por motivos de oposição utilizar a forma mais comumente conhecida, “presidente”.

Nessa conjuntura, sabe-se que a referenciação nunca será neutra, pois a forma como os objetos de discurso são apresentados no texto revelam determinados pontos de vista. Assim, as seleções lexicais manifestada nas reportagens revelam de forma velada ou explícita as escolhas dos enunciadores.

Durante as análises e com base na tabela de (re)categorizações aqui apresentada, foi possível perceber que as escolhas lexicais usadas por cada revista podem revelar um posicionamento, bem como uma orientação argumentativa desde que o leitor compreender os estilos de cada revista.

Ou seja, a Veja é uma revista mais conservadora e de direita se configurando nos últimos anos por ser fortemente contrária ao governo federal petista desde 2002 e , portanto, as escolhas lexicais usadas pela Veja para se referir a Dilma Rousseff - e seu mandato - durante o julgamento do impeachment tiveram um tom reprovativo, induzindo seus leitores a uma orientação argumentativa com vistas a um despreço ao governo até então vigente.

Já a carta Capital enquanto uma revista que visa compartilhar uma ideologia de centro-esquerda, com interferência do governo em quase todos os setores sociais, tendo a igualdade como base ideológica, fez escolhas lexicais que tiveram um tom mais valorativo. Isto é, as expressões usadas pelo jornalista da revista Carta Capital, para a formação de opinião dos seus leitores, são de caráter de defesa com intenção de mostrar apoio e até aprovação a Dilma Rousseff e seu mandato e consequentemente repudio ao processo de impeachment.

Desta forma, o modo de apresentação dos referentes em cada reportagem, sejam eles realizados de forma direta ou indiretamente, demonstram saberes, pensamentos próprios e julgamentos de cada revista sobre Dilma e o impeachment.

Isto posto, espera-se que essa pesquisa, a partir de um viés qualitativo e interpretativo dos dados, tenha contribuído, de alguma forma, para uma melhor compreensão dos estudos Pragmáticos, especificamente a teoria da Polidez linguística de Brown e Levinson (1975), em interface com os princípios da Linguística Textual, especificamente os postulados sobre referenciação.

Além disso, espera-se, também, ter dado contribuições para o entendimento da forma como as expressões linguísticas são capazes de representar um posicionamento político e ideológico, bem como induzir a uma orientação argumentativa.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, Coleção Universidade, 1988. 357 p.

BAKHTIN, M. (1953). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 471 p

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Organizado por Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. Traduzido e adaptado por Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005..

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decisão da presidência**. Brasília, 2016.

BRASIL. Congresso. Senado. **Sentença**. Brasília, 2016.

BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

BROWN, P.; LEVINSON, S. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOODY, E. N. **Questions and politeness: Strategies in social interection**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 56-289.

_____. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-abertura-de-impeachment-de-dilma>. Acesso em agosto de 2016.

CAVALCANTE, M.M. **Referenciação sobre coisas ditas e não ditas** – Fortaleza: Edições UFC, 2011. 192 p.

_____. **Os sentidos do texto**. 1.ed., 2ª reimpresso. – São Paulo: Contexto, 2014.

COIMBRA, O. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. Ática. 2002

Confira a repercussão internacional sobre o impeachment de Dilma. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/confira-a-repercussao-internacionalsobre-o-impeachment-de-dilma/>. Acesso em agosto 2016

CONTE, M.E. Encapsulamento anafórico. IN . In: CALVACANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016

CORTEZ, S; KOCH, I.G.V. A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. In: CAVALCANTE, M.M; LIMA, S.M.C (Orgs). **Referenciação: teoria e prática**. – São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, L. A. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

CRYSTAL, D. **Dicionário de lingüística e fonética**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística)- Programa de Pós Graduação em Linguística do Centro de Humanidades da Universidade do Ceará, Fortaleza, 2011

Dilma e a democracia à espera do veredito do Senado. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-a-democracia-a-espera-do-veredito-do-senado>. Acesso em agosto 2011

Dilma e o fogo olímpico: a imagem de um mandato em chamas: Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dilma-e-o-fogo-olimpico-a-imagem-de-um-mandato-em-chamas/>. Acesso em agosto 2016

Dilma leva tema do impeachment à ONU. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/dilma-leva-tema-do-impeachment-a-onu>. Acesso em agosto 2016

Dilma prepara discurso pós-impeachment. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dilma-prepara-discurso-pos-impeachment/>. Acesso em agosto 2016

FAVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. Linguística Textual: uma introdução. 3 o ed. São Paulo; Cortez, 2009.

FERNANDES, P. V. **Arautos da crise: a cobertura da Operação Lava-Jato em Veja e CartaCapital**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) -

Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 191-228.

GUIMARÃES, S. B. **A construção de face e a (im)polidez linguística em entrevistas de Veja**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística, UFES, Vitória.

GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). **Psicanálise e ciências sociais**. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1980.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santo Raposo. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face.1967. Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011. 255 p.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. Tradução de João Wanderley Geraldi. In:DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística: Pragmática**. V.8. Campinas, 1982 [1975].

KOCH, I.G.V & Marcuschi, L. A. **A progressão referencial na produção discursiva**. DELTA, 14, São Paulo, 1998.

_____; MORATO, E. M; BENTES, A.C. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____.; CUNHA-LIMA, M.L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Org.) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Introdução a Linguística: trajetória e grandes temas**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____.; ELIAS, V.M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. – 3ª. Ed., 7ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

_____ ; ELIAS, V.M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. Ed., 3ª reimpresão. – São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 8ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

LAGE, N. **Estrutura da Notícia**. São Paulo. Ática. 1985

LIMA, S. M.C. de; FELTES, H.P.M. **Construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras**. In: CAVALCANTE, M.M et al (Orgs). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013

LINS, M.P.P. **A Pragmática e análise de textos**. Revista (con) textos linguísticos (UFES), v. 2, p. 15-24, 2008.

MARCUSCHI, L. A.. Léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, _____. M. J.; OLIVEIRA, R. P. de. **Sentido e Significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.G.V; MORATO, E.N; BENTES, A.C. (Orgs). **Referenciação e discurso**. 2ª Ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MARQUES DE MELO. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes: 1985.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC . São Paulo, v.39, n.1, p., jan./abr. 2016.

MARTINS, I.G.S. et al. **Impeachment: instrumento da democracia**. 1ª Ed. Editoria IASP – São Paulo, 2016.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I.G.V; MORATO, E.N; BENTES, A.C. (Orgs). **Referenciação e discurso**. 2ª Ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

_____DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CALVACANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2016.

TAVARES, R.R. **A negociação da imagem na pragmática: por uma visão sociointeracionista da linguagem**. Maceió: EDUFAL, 2007

YULE, G. **Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 1996.